



Observatório da Política
Externa Brasileira



CRISTÃO

RETORNO DE

TRUMP
TRUMP

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Coordenação: Fernando Comiran e Daniel Rei Coronato

FaDir - Faculdade de Direito - FaDir/FURG

Organização: Fernando Comiran; Daniel Rei Coronato

Pesquisadores: Amanda de Oliveira, Camilla Maria Fiel Ribeiro Facini, Dienifer Franciele Raenke, Lucia Medeiros Rodrigues, Mell Caroline Mengui Lemos, Milena Larroza de Moura, Pedro David Ferreira dos Santos, Raissa Maciel Freitas, Roberta Azambuja Calvete, Ygor de Souza Feitosa

Revisão: Fernando Comiran; Daniel Rei Coronato

Diagramação e Projeto Gráfico: Fernando Comiran; Daniel Rei Coronato

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
POLÍTICA MIGRATÓRIA E SEGURANÇA NACIONAL	7
Eleições Presidenciais nos Estados Unidos da América (2024)	7
Conjuntura e Cenários Futuros	19
A GUERRA NA UCRÂNIA E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS	
UNIDOS.....	23
Posições dos candidatos em relação ao financiamento e suporte militar à Ucrânia	23
O compromisso dos EUA com a OTAN e possíveis mudanças nesse compromisso	26
Relações com aliados europeus e impacto na estabilidade da Europa Oriental	27
Consequências para as relações com a Rússia e sanções econômicas	28
Conjuntura e Cenários Futuros	31
OS ESTADOS UNIDOS NO ORIENTE MÉDIO	34
O acordo nuclear com o Irã e suas implicações para a segurança regional	34
Acordo de Abraão	38
Possíveis realinhamentos na presença militar americana na região.....	41
Desdobramentos regionais	44
Conjuntura e Cenários Futuros	47
EUA E CHINA: RECONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS E IMPACTOS	
ECONÔMICOS	50
Conjuntura e Cenários Futuros	59
RELAÇÕES EUA-UE E REPERCUSSÕES PARA O BRASIL	67
Segurança tecnológica e proteção de dados frente à ascensão da China	70
Política ambiental da UE e seus impactos nos interesses americanos.....	71
Notícias recentes e cenários de impacto econômico.	73
Conjuntura e Cenários Futuros	77
ÁFRICA NO TABULEIRO GEOPOLÍTICO.....	79
Relações Estados Unidos-África: História e Contexto Atual	79
A Presença chinesa na África.....	82
Presença Militar Americana na África	84
Conjuntura e Cenários Futuros	91

APRESENTAÇÃO

O Brasil continua sendo uma região estratégica no cenário global, especialmente em suas relações com os Estados Unidos, onde as dinâmicas políticas internas têm repercussões profundas para toda a região. Este relatório, elaborado no âmbito do Observatório da Política Externa Brasileira, reúne uma análise aprofundada dos desdobramentos das eleições presidenciais de 2024 nos EUA e suas implicações para o Brasil, com destaque para os desafios que a reeleição de Donald Trump trará à política, economia e sociedade da região.

A análise de conjuntura apresentada neste trabalho destaca o impacto das políticas de imigração, segurança e economia defendidas por Trump. Seu discurso e ações, que prometem endurecimento nas fronteiras e maior controle sobre a imigração, projetam um cenário de tensões regionais e desdobramentos desafiadores para os países latino-americanos. Além disso, suas propostas, como a retomada da construção do muro na fronteira com o México, ameaças de taxações comerciais e políticas intervencionistas, apontam para um período de instabilidade e pressões sobre os governos da região.

Este relatório é fruto de uma colaboração coletiva entre diversos pesquisadores, cujas contribuições foram essenciais para a riqueza e profundidade das análises apresentadas. Mell Caroline Mengui Lemos e Roberta Azambuja Calvete exploraram a centralidade da imigração latino-americana no debate político norte-americano, analisando as propostas de Trump e suas consequências para os fluxos migratórios e as relações hemisféricas. Lucia Medeiros Rodrigues e Raissa Maciel Freitas abordaram a guerra na Ucrânia e o papel dos Estados Unidos no conflito, destacando os desafios que a política externa de Trump impõe à OTAN e às alianças internacionais, com possíveis repercussões para o Brasil.

Dienifer Franciele Raenke aprofundou-se na interseção entre economia e política, analisando os impactos econômicos de um governo Trump mais isolacionista e protecionista, incluindo os desafios para países como o Brasil, que enfrentará dificuldades em equilibrar sua agenda diplomática com interesses econômicos divergentes. Camilla Maria Fiel Ribeiro Facini e Milena Larroza de Moura investigaram as implicações das novas políticas de Trump para o Oriente Médio, oferecendo uma perspectiva detalhada sobre os impactos geopolíticos da conjuntura que se avizinha.

Ygor de Souza Feitosa abordou os desafios da africana, destacando a disputa geopolítica entre Estados Unidos e China pelo continente. Por outro lado, Amanda de Oliveira e Pedro David Ferreira dos Santos concentraram-se nas relações econômicas e políticas da China, abordando as disputas no setor tecnológico que refletem a crescente competição entre as duas grandes potências. Ambos discutiram as implicações dessas tensões para a reorganização das cadeias produtivas globais e para a posição estratégica do Brasil nesse cenário.

O relatório também busca problematizar como a política externa dos EUA, liderada por Trump, pode influenciar os rumos do multilateralismo e da cooperação regional, colocando o Brasil e seus vizinhos diante de escolhas estratégicas complexas.

A análise de conjuntura apresentada aqui tem como objetivo não apenas explicar os eventos em curso, mas também fornecer um quadro crítico e prospectivo, permitindo a identificação de tendências e possíveis cenários futuros. Acreditamos que este trabalho será uma contribuição valiosa para pesquisadores, acadêmicos, formuladores de políticas e todos os interessados em compreender as dinâmicas hemisféricas em um momento de grandes transformações globais.

Que este relatório inspire reflexões profundas e contribua para a construção de estratégias que promovam o fortalecimento da soberania e da cooperação regional.

Boa leitura!

Daniel Rei Coronato e Fernando Comiran

Política Migratória e Segurança Nacional

Mell Caroline Mengui Lemos

Roberta Azambuja Calvete

Eleições Presidenciais nos Estados Unidos da América (2024)

A imigração latino-americana continua sendo uma questão central nas eleições dos EUA, influenciando tanto a política interna quanto a política externa do país. Com a eleição de Donald Trump, representante do Partido Republicano, esse tema passa a ser tratado de forma mais rígida, com a implementação de novas políticas mais radicais e a retomada de projetos já propostos em seu governo anterior. Durante a corrida eleitoral de Trump, destacaram-se propostas que enfatizavam medidas mais restritivas para a entrada de imigrantes, bem como ações voltadas ao enfrentamento da situação dos imigrantes irregulares no país, estimados atualmente em cerca de 11 milhões¹, sendo majoritariamente latino-americanos. Um dos principais pontos da campanha republicana foi a promessa de Trump de deportar um número sem precedentes de imigrantes ilegais. Segundo James David Vance, candidato a vice-presidente na chapa de Trump, a operação poderia resultar na expulsão de cerca de 1 milhão de pessoas por ano, o que exigiria um aumento substancial no contingente policial, a nomeação de novos juízes para os tribunais de imigração e a construção de novos centros de detenção¹. Essa operação também incluiria novas estratégias, como a realização de batidas e a detenção de indivíduos em locais anteriormente considerados protegidos, incluindo escolas, hospitais, locais de culto, playgrounds, abrigos para sem-teto e refúgios para vítimas de violência doméstica, que tradicionalmente eram classificados como locais sensíveis².

Outras medidas propostas pelo governo Trump, já apresentadas durante seu primeiro mandato, incluem o congelamento do reassentamento de refugiados vindos do exterior e a aplicação da Regra do Encargo Público. Com o novo mandato, Trump pretende intensificar essas medidas, especialmente no que diz respeito à Regra do

¹DEPORTAÇÃO em massa prometida por Trump: entenda como deve ser executada e os obstáculos. CNN Brasil, São Paulo, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/deportacao-em-massa-prometida-por-trump-entenda-como-deve-ser-executada-e-os-obstaculos/>.

²TRUMP desafia las leyes de Estados Unidos con sus promesas migratorias. El País, Madrid, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/us/migracion/2024-12-23/trump-desafia-las-leyes-de-estados-unidos-con-sus-promesas-migratorias.html>.

Encargo Público, que permite às autoridades migratórias negar a entrada de qualquer indivíduo no país que possa representar um possível ônus aos sistemas de assistência pública³. Segundo o *Wall Street Journal*, assessores e aliados próximos a Trump avaliam a utilização dessa regra como forma de restringir ainda mais a imigração de pessoas de baixa renda, deficientes ou com conhecimentos limitados da língua inglesa⁴, impactando diretamente a comunidade latino-americana, que compõe uma parcela significativa dos imigrantes em busca de melhores oportunidades nos Estados Unidos.

Essa abordagem mais rígida também reflete a prioridade de Trump em associar a questão da imigração às políticas de segurança nacional e proteção de fronteiras. Nos primeiros momentos de seu governo, a partir da inauguração presidencial em 20 de janeiro de 2025, Trump planeja emitir cerca de 25 decretos imediatos. Entre essas ações, estarão medidas focadas em reverter o que ele considera como políticas excessivamente permissivas da administração Biden, visando bloquear a entrada de imigrantes latinos pela fronteira sul dos Estados Unidos⁵ com o México. Entre esses decretos, destaca-se a maior autonomia conferida aos agentes migratórios para realizar prisões, mesmo em casos envolvendo pessoas sem antecedentes criminais. Além disso, está previsto o envio de um número maior de tropas militares para a região fronteira, juntamente com a retomada da construção do muro entre os dois países⁵.

Além dessas medidas de controle físico e administrativo, Trump também propõe mudanças legislativas que impactam diretamente a definição de cidadania no país. Em sua entrevista para o programa “Meet The Press”, da emissora NBC, Trump afirmou que uma de suas primeiras ações de governo será a revogação do direito à cidadania por nascimento, garantido pela primeira cláusula da 14ª Emenda da Constituição dos EUA. Essa emenda permite que qualquer pessoa nascida nos Estados Unidos adquira automaticamente a cidadania americana, independentemente do status migratório de seus pais⁶. Segundo o Migration Policy Institute, mais de 5 milhões de menores vivem com

³PUBLIC Charge. Visa Refusal, [S.I.], [2025]. Disponível em: <https://visarefusal.com/inadmissibility/212a4a-public-charge/>.

⁴ASSESSORES de Trump avaliam restringir imigração legal para pessoas de baixa renda, deficientes ou com inglês limitado, diz jornal. O Globo, Rio de Janeiro, 7 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eleicoes-eua/noticia/2024/11/07/assessores-de-trump-avaliam-restringir-imigracao-legal-para-pessoas-de-baixa-renda-deficientes-ou-com-ingles-limitado-diz-jornal.ghtml>

⁵TRUMP planeja mais de 25 decretos nas primeiras horas após assumir. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/12/trump-planeja-mais-de-25-decretos-nas-primeiras-horas-apos-assumir.shtml>

⁶TRUMP planeja acabar com direito à cidadania para nascidos nos EUA. Aventuras na História, São Paulo, 8 dez. 2024. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/historia-hoje/trump-planeja-acabar-com-direito-cidadania-nascidos-nos-eua.phtml>.

seus pais indocumentados no país; com a retirada desse direito, o número de pessoas em situação irregular poderia dobrar, passando de 11 milhões para 24 milhões até o ano de 2050⁷. Tal mudança afetaria principalmente as comunidades latinas, privando descendentes de imigrantes já estabelecidos de direitos fundamentais de cidadania e pertencimento nacional.

Com o objetivo de reforçar suas propostas relacionadas à imigração, Trump tem se mantido ativo em seus discursos à imprensa, especialmente ao direcionar falas a lideranças de outros países. Em um de seus discursos de campanha, ameaçou impor sanções econômicas ao México caso o país não adote medidas para conter a imigração de seus cidadãos para os Estados Unidos⁸. A ameaça incluiu a possibilidade de taxação de 25% sobre todos os produtos exportados pelo México para os EUA, caso a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, não tome providências concretas. Segundo o governo mexicano, tal medida teria potencial para gerar a perda de cerca de 400.000 empregos nos Estados Unidos e impactar negativamente empresas norte-americanas que operam no México. Diante desse cenário, Sheinbaum também mencionou possíveis medidas de retaliação, como o aumento de tarifas sobre produtos americanos, caso as sanções de Trump sejam implementadas⁹. Essa postura crítica reflete a crescente preocupação de outros líderes latino-americanos em relação às políticas migratórias defendidas pelo presidente norte-americano. Um exemplo adicional foi a declaração da presidente de Honduras, Xiomara Castro, que expressou oposição às medidas restritivas de imigração promovidas pelo governo Trump. Castro afirmou que, caso as deportações em massa sejam implementadas, Honduras expulsará as bases militares norte-americanas de seu território, destacando que essas instalações têm operado por décadas sem custos para os Estados Unidos¹⁰. Por fim, a presidente hondurenha declarou esperar que a nova

⁷"Bebê-âncora": Trump quer acabar com direito à cidadania a nascidos nos EUA. UOL Notícias, São Paulo, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/12/23/trump-pode-usar-decreto-para-eliminar-cidadania-de-quem-nasce-nos-eua.htm>

⁸TRUMP ameaça México sobre imigração para os EUA. UOL Notícias, São Paulo, 4 nov. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/11/04/trump-ameaca-mexico-imigracao-eua.htm>

⁹MÉXICO alerta para perda de 400 mil empregos após taxas dos EUA. Poder360, Brasília, 7 dez. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/mexico-alerta-para-perda-de-400-mil-empregos-apos-taxas-dos-eua/>

¹⁰HONDURAS adverte que expulsará bases militares dos EUA se Trump ordenar deportações. CartaCapital, São Paulo, 5 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/honduras-adverte-que-expulsara-bases-militares-dos-eua-se-trump-ordenar-deportacoes/>

administração norte-americana adote uma abordagem mais aberta ao diálogo construtivo, em vez de represálias.

Ainda no contexto da América Central, um dos temas de maior relevância no plano de governo de Donald Trump, revelado recentemente, é sua ambição de retomar o controle do Canal do Panamá¹¹, considerando inclusive o uso de força militar. Segundo Trump, o Panamá estaria cobrando taxas injustas dos Estados Unidos, apesar, em suas palavras, das "extraordinárias concessões" que o governo norte-americano historicamente ofereceu ao país¹². Além disso, Trump afirmou que soldados chineses estariam operando no canal interoceânico, utilizando essa alegação como parte de uma retórica focada na segurança nacional. Em resposta, o corpo diplomático panamenho declarou publicamente que a soberania sobre o canal não está sujeita a negociação, reiterando que sua gestão é exclusiva do povo panamenho¹³.

Para além da América do Norte, que inclui o México, e da América Central, Trump também tem direcionado atenção ao contexto sul-americano, com foco especial na Venezuela, Brasil e Argentina. No caso da Venezuela, Trump tem enfatizado a necessidade de adotar uma postura ainda mais combativa em relação ao país, sugerindo medidas mais radicais para pressionar o regime de Nicolás Maduro. Durante uma de suas entrevistas de campanha, Trump reiterou sua percepção de que a Venezuela é governada por um regime ditatorial. Apesar dessas declarações críticas, Maduro, em um gesto estratégico logo após os resultados da eleição nos EUA, parabenizou o presidente eleito¹⁴. Além disso, Maduro afirmou estar disposto a restabelecer relações diplomáticas e adotar um tom mais conciliador com os Estados Unidos. Mais recentemente, em 9 de janeiro de 2025, Trump publicou em suas redes sociais uma mensagem direcionada ao governo venezuelano, criticando a suposta prisão da líder da oposição, Maria Corina Machado. Na

¹¹TRUMP mostra prévia de política combativa com ameaças ao Panamá e à Groenlândia. CNN Brasil, São Paulo, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-mostra-previa-de-politica-combativa-com-ameacas-ao-panama-e-a-groelandia/>.

¹²TRUMP avalia ação militar para tomar controle do Canal do Panamá. Poder360, Brasília, 4 jan. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/trump-avalia-acao-militar-para-tomar-controle-do-canal-do-panama/>.

¹³PANAMÁ responde a Trump e diz que soberania do canal não é negociável. CartaCapital, São Paulo, 9 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/panama-responde-trump-e-diz-que-soberania-do-canal-nao-e-negociavel/>.

¹⁴Venezuela diz querer manter boas relações com os EUA. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/venezuela-diz-querer-manter-boas-relacoes-com-os-eua/>.

mensagem, Trump destacou que a oposição venezuelana representa a verdadeira vontade popular e deve ser protegida, reforçando sua crítica ao governo de Maduro¹⁵.

Como mencionado anteriormente, o período eleitoral nos Estados Unidos da América, em 2024, foi marcado por intensa polarização. Os discursos de Joe Biden e Kamala Harris, representando os Democratas, e de Donald Trump, pelo Partido Republicano, centraram-se em questões migratórias e de segurança nacional. Enquanto Biden e Harris defenderam abordagens mais flexíveis, Trump adotou uma postura rígida, focada no fechamento de fronteiras e na deportação em massa. Esse tema é primordial não apenas para a América Latina, com destaque para Venezuela e Colômbia, mas também para a América Central, incluindo países como Haiti e Nicarágua, e para o México. Uma pesquisa recente apontou que 88% dos eleitores norte-americanos acreditam que o fortalecimento das fronteiras é prioritário. Com aproximadamente 36 milhões de latinos habilitados a votar, questões como a crise na Venezuela, a economia cubana e a segurança no Haiti têm influência significativa nas perspectivas eleitorais. Em seu mandato anterior (2017–2021), Trump transformou a imigração em um dos pilares de suas políticas externa e doméstica, vinculando o tema à segurança nacional, à criminalidade, ao tráfico de fentanil e ao narcotráfico no território mexicano. Por outro lado, Kamala Harris propôs uma abordagem mais humanitária, rejeitando a deportação em massa e defendendo investimentos no desenvolvimento da América Central para mitigar as causas estruturais da imigração.¹⁶

São apontados diversos desafios jurídicos e logísticos significativos para a implementação de deportações em massa. O sistema de imigração norte-americano já se encontra saturado, e, embora exista dificuldade de cooperação com as autoridades federais nas chamadas “cidades santuários”, a expansão da rede de deportação demandaria investimentos substanciais em recursos humanos e infraestruturais. Além disso, as questões logísticas seriam ainda mais complexas, exigindo um grande contingente de agentes e a criação de novos centros de detenção, o que aumentaria significativamente os custos financeiros. Estima-se que esse plano teria um custo aproximado de 100 bilhões de dólares aos cofres públicos. Além do impacto financeiro,

¹⁵Trump envia recado a Maduro na véspera da posse do presidente da Venezuela. Brasil 247, 9 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/trump-envia-recado-a-maduro-na-vespera-da-posse-do-presidente-da-venezuela>.

¹⁶AGUIRRE, Mariano. Venezuela, México, imigração: as semelhanças e diferenças entre propostas de Kamala Harris e Donald Trump sobre a América Latina. BBC News Brasil, Londres, 01 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clyvzx419yko>. Acesso: 01 de novembro de 2024.

o custo político seria elevado, podendo prejudicar a imagem de Trump tanto em âmbito doméstico quanto internacional.¹⁷

Durante as eleições, a questão migratória gerou intensos debates e preocupações em várias regiões onde a mão de obra imigrante desempenha papel crucial. Por exemplo, a indústria de laticínios em Wisconsin, que depende significativamente do trabalho de imigrantes, vê as propostas de Trump como uma ameaça à estabilidade das comunidades locais e à coesão familiar¹⁸. Apesar disso, muitos eleitores nos chamados estados-pêndulo manifestaram apoio às medidas rígidas propostas pelo republicano, especialmente em relação à imigração ilegal. Entre esses eleitores, uma funcionária de uma loja de conveniência de 49 anos relatou que decidiu votar em Trump porque acredita que a imigração descontrolada estaria prejudicando a economia e comprometendo a segurança nacional. Em suas palavras, sob o governo dos democratas, a fronteira tornou-se descontrolada, e os imigrantes representam um fardo social, sobretudo em um cenário onde o país enfrenta dificuldades para cuidar de seus próprios cidadãos em situação de rua. Outro exemplo é uma comissária de bordo aposentada de 79 anos, que votou em Trump em 2016 e 2020, destacando sua preocupação com a imigração ilegal e os impactos econômicos. Para ela, o dinheiro público deveria ser destinado exclusivamente aos cidadãos norte-americanos, e o fechamento das fronteiras seria essencial para preservar empregos e recursos nacionais¹⁹.

Muitos cristãos latinos, ligados ao “evangelho da prosperidade” — uma crença de que Deus recompensa a fé com riqueza e sucesso —, têm demonstrado apoio significativo a Trump. Esse apoio reflete, em parte, uma desconfiança em relação ao Partido Democrata, que, segundo esses eleitores, estaria mais focado em combater a pobreza do

¹⁷DEBUSMANN Jr., Bernard; WENDLING, Mike. Donald Trump realmente pode deportar 1 milhão de migrantes sem visto? BBC News Brasil, Londres, 19 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c756p40lnx5o>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

¹⁸STELTER, Brian. Eleições nos EUA: o que repórteres locais têm ouvido dos eleitores? CNN Brasil, São Paulo, 05 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/eleicoes-nos-eua-o-que-reporteres-locais-tem-ouvido-dos-eleitores/?utm_source=social&utm_medium=instagram-stories&utm_campaign=internacional-cnn-politica&utm_content=imagem&fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaY6WdMkNApd4C834bdudJ6px0qYzkIdvp3mPlqYog4WOUkwdMbB2e_R944_aem_Csn2d-mV9QfpN0vWujywTg. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

¹⁹REID, Tim. et al. Aborto e imigração são determinantes à eleição dos EUA, indicam eleitores. CNN Brasil, São Paulo, 05 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/aborto-e-imigracao-sao-determinantes-a-eleicao-dos-eua-indicam-eleitores/?utm_source=social&utm_medium=instagram-stories&utm_campaign=internacional-cnn-politica&utm_content=imagem&fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAabjK5v49oQCV5rrWiukdaxkTCvRlZ-fNiFpUdwbnb4oSVA5Et0RzTGliOQ_aem_BmrRqvJ_fhN59Y5tTuD3Xg. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

que em promover o sucesso econômico. Por exemplo, em um de seus discursos, Kamala Harris afirmou que "Trump é o presidente dos ricos", enquanto ela "luta pelos pobres". Esse tipo de discurso, porém, parece afastar alguns latinos que valorizam a ideia de meritocracia. Um exemplo ilustrativo é o caso de um imigrante da República Dominicana, proprietário de uma empresa de transporte, que acredita que fé e trabalho duro são essenciais para o sucesso. Ele afirma que “Deus não quer que você seja pobre” e cita um amigo, dono de uma barbearia, que compartilha dessa visão, mencionando o ditado bíblico: “Deus ajuda aqueles que se ajudam.” Em uma demonstração de admiração por Trump, esse imigrante recebeu de presente, em seu aniversário de cidadania, um vídeo gerado por inteligência artificial no qual Trump o parabenizava, reforçando sua crença nas promessas de prosperidade do candidato. Na Pensilvânia, especialmente em Allentown, onde houve um crescimento expressivo da população latina, o apoio a Trump entre protestantes evangélicos latinos tem aumentado significativamente. Em 2024, Trump obteve um aumento de 14 pontos percentuais entre latinos, especialmente entre os evangélicos, que veem no candidato não apenas um político, mas também um líder inspirado em sua própria trajetória de superação.²⁰

Brasileiros que vivem nos Estados Unidos, mesmo enfrentando o risco de deportação por terem cruzado a fronteira de forma irregular em busca do tão sonhado "sonho americano", frequentemente expressam apoio a Trump. Muitos desses imigrantes, que atualmente vivem com tornozeleiras eletrônicas e estão sob risco iminente de deportação, acreditam que Trump é o candidato ideal para realizar uma "limpeza" no país, expulsando criminosos e indivíduos indesejáveis. Alguns confiam que, por não possuírem antecedentes criminais, poderão ser poupados de uma eventual deportação em massa. Atualmente, estima-se que cerca de 230 mil brasileiros estejam em situação irregular nos Estados Unidos, e, mesmo assim, muitos deles apoiam Trump. A retórica do candidato atrai principalmente brasileiros evangélicos, que se identificam com sua posição conservadora, incluindo a oposição ao aborto, e acreditam que ele protegerá os Estados Unidos e seus empregos. Esse apoio reflete uma perspectiva segundo a qual, mesmo

²⁰CLEMENT, Scott; GUSKIN Emily; BRONNER, Lenny. Para alguns latinos, o "evangelho da prosperidade" os levou a Trump. The Washington Post, Washington DC, 24 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/nation/2024/12/24/trump-latino-voters-prosperity-gospel-pennsylvania/>. Acesso em: 24 de dezembro de 2024.

correndo riscos pessoais, esses imigrantes veem em Trump um defensor dos valores e interesses conservadores.²¹

A preocupação do México com a imigração levou o país a desenvolver um plano para acolher seus nacionais deportados dos Estados Unidos, caso seja implementada uma deportação em massa de imigrantes irregulares. A presidente Claudia Sheinbaum tem enfatizado a importância de tratar questões relacionadas à migração, ao comércio e à segurança de forma estratégica. Durante suas declarações, circularam imagens nas redes sociais mostrando a Guarda Nacional do México confrontando imigrantes e tentando impedir que caravanas seguissem rumo ao norte²². Atualmente, o governo mexicano está desenvolvendo um aplicativo com um "botão de alerta" para ajudar imigrantes ameaçados de deportação pelos Estados Unidos. Esse recurso, ao ser ativado, enviará um sinal ao consulado mexicano mais próximo, à família do imigrante e ao Ministério das Relações Exteriores do México. O lançamento do aplicativo está previsto para janeiro de 2025, coincidindo com a posse de Trump, e busca oferecer uma resposta rápida às questões migratórias. Além disso, o governo mexicano tem mantido diálogo com países como Guatemala e Honduras para discutir medidas de contingência diante do cenário de possíveis deportações em larga escala.²³

Já na América do Norte, em 7 de janeiro de 2025, Trump sugeriu a anexação do Canadá pelos Estados Unidos como forma de promover uma maior segurança financeira e eliminar o que chamou de "linha artificialmente traçada" entre os dois países. Em resposta, o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, rejeitou a possibilidade, destacando que uma parceria baseada no comércio e na segurança mútua seria mais benéfica para ambas as nações. Na mesma linha, Trump também sugeriu que o Golfo do México fosse renomeado como "Golfo das Américas", argumentando que os Estados Unidos desempenham a maior parte do trabalho na região. Contudo, essa proposta reflete, em grande medida, o interesse norte-americano em uma área rica em petróleo, cuja extensão territorial é de aproximadamente 1,55 milhão de quilômetros quadrados. Em

²¹SANCHES, Mariana. O que pensam brasileiros em risco de deportação que apoiam Trump: 'Acho que ele fará uma boa limpa'. BBC Brasil, Washington, 16 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp3z1d0qxn5o>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.

²²REUTERS. México está pronto para receber deportados dos EUA se necessário, diz presidente. Infomoney, São Paulo, 22 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mundo/mexico-esta-pronto-para-receber-deportados-dos-eua-se-necessario-diz-presidente/>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

²³PRESSE, France. México prepara aplicativo com 'botão de alerta' para imigrantes ameaçados de deportação nos EUA. CNN Brasil, São Paulo, 27 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/27/mexico-prepara-aplicativo-com-botao-de-alerta-para-migrantes-ameacados-de-deportacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

resposta, Claudia Sheinbaum declarou que, nesse caso, os Estados Unidos deveriam ser chamados de "América Mexicana", utilizando mapas históricos para reforçar sua crítica e apontando que territórios hoje pertencentes aos EUA já fizeram parte do México. Durante essa declaração, Suárez del Real, ex-ministro da Cultura que acompanhava a presidente, apontou no mapa as áreas mexicanas anexadas pelos Estados Unidos, afirmando que "a América Mexicana foi reconhecida desde o século XVII como parte do norte do continente." Tais declarações ilustram o tom imperialista do slogan de Trump, "Make America Great Again", e sugerem que os próximos quatro anos de seu governo serão marcados por confrontos diplomáticos intensos.²⁴

Ainda em relação ao Canadá, a crise política provocada pelos problemas migratórios levou à renúncia do primeiro-ministro Justin Trudeau. Enquanto isso, a oposição conservadora canadense defende uma política migratória mais restritiva e sustentável. A insatisfação popular com os desafios impostos pela imigração contribuiu para a queda de popularidade de Trudeau, que admitiu falhas ao permitir a entrada de um número maior de imigrantes do que o país conseguia absorver. Após a pandemia de Covid-19, o Canadá recebeu uma quantidade expressiva de imigrantes, o que gerou pressões sobre o mercado de trabalho, o sistema de saúde e a disponibilidade de moradias. Diante desse cenário, o governo canadense tem buscado estabilizar o fluxo migratório, priorizando áreas de escassez de mão de obra, como os setores de saúde e tecnologia. Nos últimos anos, os processos de imigração tornaram-se mais rigorosos, dificultando a obtenção de residência permanente e elevando os critérios de pontuação necessários para aplicar ao sistema de imigração. Essas mudanças também afetam a emissão de vistos para estudantes e os direitos de trabalho para cônjuges de estudantes internacionais. Esse cenário tem levado muitos brasileiros que recentemente imigraram para o Canadá a reconsiderar seus planos, com alguns optando por retornar ao Brasil. Para aqueles que permanecem no país, permanece a dúvida sobre se os investimentos financeiros e pessoais realizados serão devidamente compensados no futuro.²⁵

Sobre a temática do "Trumpismo", no início de janeiro de 2025, o governo eleito ganhou mais um aliado de peso: Mark Zuckerberg, dono da Meta, que anunciou mudanças

²⁴VIANA, Luana. Às vésperas da posse, Trump cria caso com UE, Canadá, México e Panamá. *Metrópoles*, Brasília, 09 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/as-vesperas-da-posse-trump-cria-caso-com-ue-canada-mexico-e-panama>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

²⁵MOYA, Isabel. Brasileiros temem fim de 'sonho canadense' após novas regras de imigração e crise política no país. *Estadão*, São Paulo, 08 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/morar-no-canada-regras-imigracao-mudam/>. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

significativas nas políticas de moderação de conteúdo de suas plataformas. Entre as medidas anunciadas estão parcerias com empresas de "fact-checking" e a adoção de um modelo mais flexível de notas da comunidade, semelhante ao implementado no Twitter, de propriedade de Elon Musk. Musk, grande apoiador de Trump e nomeado chefe do Departamento de Eficiência Governamental, defende que essas mudanças ajudarão a combater o que considera um viés "esquerdista" na moderação de conteúdo, embora críticos apontem que isso possa criar um viés "direitista". Além disso, a Meta alterará seus algoritmos para priorizar conteúdos políticos, o que certamente intensificará a polarização nas redes. Outra mudança destacada foi a transferência das equipes de moderação de conteúdo da Califórnia para o Texas, além da nomeação de Dana White, presidente do UFC (Ultimate Fighting Championship) e apoiador de Trump, para o conselho da empresa. Por fim, Zuckerberg anunciou uma parceria com o governo Trump para combater regulamentações europeias consideradas prejudiciais à liberdade de expressão e às empresas americanas, além de enfrentar práticas de censura judicial na América Latina, incluindo críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro.²⁶

A imigração qualificada levantou debates internos no novo governo, refletindo uma tensão crescente entre os interesses do setor tecnológico e os setores mais conservadores da política norte-americana. Trump declarou apoio à concessão de mais vistos para trabalhadores estrangeiros especializados, especialmente os vistos H1-B, que permitem às empresas americanas contratar profissionais altamente qualificados de outros países. Esse tipo de visto é amplamente utilizado em regiões como o Vale do Silício, epicentro das grandes empresas de tecnologia. Elon Musk, aliado de Trump e beneficiado por esse sistema, argumentou que a imigração qualificada é essencial para manter os Estados Unidos competitivos no campo da inovação e tecnologia, destacando que a escassez de engenheiros qualificados prejudica a capacidade de inovação das empresas americanas. No entanto, essa posição enfrentou forte resistência da base mais radical do governo, alinhada ao movimento MAGA ("Make America Great Again"), que acusou Trump de ceder às pressões de uma agenda globalista e contrária à sua linha dura sobre imigração. Críticas também surgiram em relação à nomeação de figuras como Sriram Krishnan, defensor de uma imigração mais flexível, e Vivek Ramaswamy, que

²⁶ORTELLADO, Pablo. Zuckerberg adere ao trumpismo. O Globo, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2025. Disponível: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/pablo-ortellado/coluna/2025/01/zuckerberg-adere-ao-trumpismo.ghtml>. Acesso em: 07 de janeiro de 2025.

acredita que a imigração qualificada é crucial para combater a "mediocridade" cultural nos Estados Unidos.²⁷

Ainda na "onda trumpista", os primeiros impactos já começaram a se manifestar na Argentina. Um exemplo disso foi a venda de ações da estatal Energía Argentina para um consórcio de investidores norte-americanos, liderado por William S. McGowan, doador de campanha de Donald Trump. Essa transação marcou a primeira privatização do governo de Javier Milei, presidente recém-eleito, que tem adotado uma agenda econômica mais liberal. No entanto, a negociação gerou polêmica, especialmente devido à conexão entre o grupo comprador e setores políticos norte-americanos, levantando questionamentos sobre possíveis influências externas nas decisões políticas e econômicas do país. Essa privatização é apenas a primeira de uma série de iniciativas planejadas pelo governo Milei, que busca reverter o modelo econômico mais intervencionista adotado por administrações anteriores.²⁸

Para 2025, o presidente argentino enfrentará desafios econômicos significativos relacionados ao Brasil, devido à desvalorização do real, que perdeu 25% de seu valor em relação ao dólar. Como o Brasil é responsável por uma grande parte do comércio externo argentino, a fragilidade da moeda brasileira pressiona o peso argentino, dificultando o controle da inflação e a estabilização econômica. Como parte de sua estratégia, o governo argentino planeja solicitar um novo empréstimo de 10 bilhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, a resistência do FMI, devido ao histórico de inadimplência da Argentina, representa um obstáculo considerável. Nesse contexto, o governo de Milei acredita que o apoio do presidente Donald Trump, com quem mantém uma relação estreita, poderá facilitar as negociações e estabilizar a economia argentina.²⁹

A eleição de Trump trouxe diferentes perspectivas para o Brasil. Para os apoiadores de Jair Bolsonaro, a vitória republicana representa uma oportunidade de fortalecer o movimento de direita no país. Eles acreditam que a ascensão de Trump poderá

²⁷AFP e FINANCIAL TIMES. Trump acena a vistos para trabalhadores qualificados nos EUA, mas tema divide apoiadores. Folha de São Paulo, 29 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/trump-acena-a-vistos-para-trabalhadores-qualificados-nos-eua-mas-tema-divide-apoiadores.shtml>. Acesso em: 29 de dezembro de 2024.

²⁸LUCENA, André. A primeira privatização do governo Milei vai para doadores de campanha de Trump. Carta Capital, São Paulo, 09 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-primeira-privatizacao-do-governo-milei-vai-para-doadores-de-campanha-de-trump/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

²⁹RITTNER, Daniel. Sob pressão do real fraco, Milei terá um olho em Trump e outro no Brasil em 2025. CNN Brasil, Brasília, 30 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/sob-pressao-do-real-fraco-milei-tera-um-olho-em-trump-e-outro-no-brasil-em-2025/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2024.

pressionar o Brasil a adotar uma agenda mais alinhada à direita radical, especialmente em temas como “fake news” e liberdade de expressão, frequentemente criticando decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, veem a eleição de Trump como um impulso para fomentar maior integração entre movimentos de direita internacionais, com apoio de figuras como Elon Musk³⁰. Um exemplo emblemático dessa relação foi o convite feito por Trump para que Bolsonaro comparecesse à sua posse presidencial, o que levou o ex-presidente brasileiro a solicitar ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, a devolução de seu passaporte, apreendido em 2023 no contexto de uma investigação sobre uma tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro descreveu o convite como um evento significativo, ressaltando os laços entre as famílias Bolsonaro e Trump.³¹

Por outro lado, a vitória de Trump gerou preocupações no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A ascensão da direita global é vista como um desafio à agenda progressista de Lula, especialmente em temas como mudanças climáticas e taxaço de grandes fortunas. Analistas apontam que a postura republicana, contrária a políticas ambientais que impactem a economia, pode dificultar a atuação internacional do governo brasileiro em questões climáticas³². Além disso, há receios de que as pautas identitárias, defendidas pela esquerda brasileira, percam força diante do avanço de agendas econômicas e de liberdade individual promovidas pela direita. Para mitigar esses impactos, o presidente Lula tem articulado iniciativas como o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que busca reduzir tarifas comerciais, promover a cooperação política e ambiental e estimular investimentos estrangeiros. Segundo estimativas, o Brasil poderia registrar um crescimento de 0,46% no PIB e um aumento de 1,49% nos investimentos estrangeiros diretos, além de ganhos econômicos aproximados de 302,6 milhões de dólares, consolidando-se como o país mais beneficiado pelo tratado. Além dos aspectos econômicos, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia tem implicações políticas importantes para o Brasil no contexto da vitória de Trump. A proposta busca não apenas fomentar o comércio, mas também fortalecer a posição brasileira em negociações globais,

³⁰SANCHES, Mariana. O que bolsonaristas esperam de uma vitória de Trump. BBC Brasil, Washington, 3 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5yg4knl45qo>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

³¹FALCÃO, Márcio. Bolsonaro pede a Moraes autorização para ir à posse de Trump e devolução do passaporte. G1, Brasília, 10 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/10/bolsonaro-pede-a-moraes-autorizacao-para-ir-a-posse-de-trump-e-devolucao-do-passaporte.ghtml>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

³²OLIVEIRA, Wesley; MANFRIN. Vitória total de Trump impõe duro recado a Lula e à esquerda brasileira. Gazeta do Povo, Curitiba, 06 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/vitoria-total-de-trump-impoe-duro-recado-a-lula-e-a-esquerda-brasileira/>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

especialmente diante de uma administração norte-americana mais alinhada à direita conservadora. O tratado, que prevê a redução ou eliminação de tarifas de importação e exportação, também inclui cláusulas voltadas para a cooperação em questões ambientais, ponto sensível nas relações entre os dois blocos. No entanto, os próximos passos para a implementação do acordo dependem de sua aprovação pelos parlamentos dos países membros do Mercosul e pelos órgãos legislativos da União Europeia, etapa que ainda enfrenta resistência em alguns setores. Analistas avaliam que, apesar das dificuldades, o tratado representa uma oportunidade para o Brasil consolidar sua posição como líder regional, especialmente em um cenário de crescente polarização internacional.³³

Conjuntura e Cenários Futuros

Mediante as intenções e declarações de Trump sobre a América Latina aqui expostas, é possível delinear três cenários potenciais para suas políticas na região: um cenário positivo, marcado pela priorização da cooperação e do diálogo; um cenário negativo, caracterizado pelo aumento das tensões; e o “Worst Case” (pior dos casos), que envolveria ações extremas e impactos de maior escala, como instabilidade e conflitos prolongados.

No cenário positivo, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina poderiam superar as ameaças e tensões, especialmente as provocadas por Trump. Nesse contexto, os laços bilaterais ou regionais poderiam seguir duas perspectivas principais: uma pautada por maior cooperação econômica e diálogo, ou outra, marcada por um certo desinteresse dos EUA, com menos intervenções políticas e maior respeito à soberania dos Estados latino-americanos. Essa “apatia” reduziria as pretensões expansionistas demonstradas até o momento, protegendo, de certa forma, a integridade dos territórios e governos que, durante sua campanha, estiveram sob a mira de Trump.

Em um cenário de maior amistosidade e colaboração, ameaças como a taxaço sobre países devido à imigração seriam contornadas, com a criação de políticas de colaboração bilateral ou multilateral para abordar o tema. As deportações seriam drasticamente reduzidas e conduzidas de maneira coordenada, respeitando os direitos

³³CATTO, André; BOLZANI, Isabela. Mercosul e União Europeia anunciam acordo de livre comércio depois de 25 anos de negociações. G1, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/06/acordo-uniao-europeia-mercotel.html>. Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

humanos e a dignidade dos imigrantes. Além disso, maiores investimentos poderiam ser direcionados ao desenvolvimento dos países latino-americanos. No caso específico das relações Brasil-Estados Unidos, Trump poderia tentar manter certa cordialidade, na medida do possível, considerando sua personalidade e estilo político. Contudo, com base no perfil político de Trump, suas estratégias e a composição de seu governo, tanto a perspectiva de desinteresse quanto a de cooperação significativa parecem pouco prováveis. A posição ideológica de Trump e seus aliados demonstra uma atenção maior à América Latina, sendo provável que apenas países alinhados ideologicamente ao republicano, como a Argentina de Javier Milei, obtenham benefícios diretos.

Já o cenário negativo apresenta maiores chances de se concretizar. Nesse caso, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina seriam marcadas por tensões crescentes, impulsionadas pelas posturas agressivas e unilaterais do governo Trump. A implementação das ameaças feitas durante a campanha, especialmente no tocante à imigração, seria uma realidade. O projeto de deportação em massa aconteceria em larga escala, agravando a crise migratória no continente e desestabilizando os países de origem dos indivíduos expulsos dos EUA.

A taxação de países que não colaborassem com as políticas migratórias de Trump seria implementada, colocando economias como a do México em situação crítica, dado o nível de interdependência econômica entre os dois países. No âmbito das políticas de proteção fronteira, novos centros de detenção seriam construídos e operacionalizados sob medidas radicais, com pouca atenção aos direitos humanos dos imigrantes.

Ademais, a atenção dos Estados Unidos aos governos latino-americanos se intensificaria, mas de forma intervencionista, justificando ações sob o pretexto de proteger sua segurança nacional. Países como México, Venezuela, Brasil e Panamá seriam amplamente monitorados e, em muitos casos, coagidos. No caso do Panamá, Trump utilizaria o poder econômico e político dos EUA para pressionar o governo panamenho a colaborar com seus objetivos em relação ao Canal do Panamá, dificultando a atuação de outros atores, como a China. Já a Venezuela enfrentaria sanções econômicas ainda mais rigorosas, comprometendo sua já fragilizada economia. No Brasil, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, as dificuldades estariam concentradas em tópicos como a regulamentação das redes sociais, criticada por Trump e seus apoiadores como uma ameaça à liberdade de expressão, e durante as eleições de 2026, com possíveis interferências de “big techs” norte-americanas no processo eleitoral.

Além disso, as declarações de Trump sobre a possível anexação ou uso de força militar para tomar regiões como Groenlândia, Canal do Panamá, Golfo do México e Canadá indicam uma retórica expansionista e imperialista. Essas ameaças revelam uma tentativa de reafirmar o poder dos EUA, ampliando sua influência global. No caso do Canal do Panamá, o objetivo seria reduzir tarifas para navios americanos e reforçar a posição frente à China, especialmente no contexto de uma guerra comercial.³⁴ Em relação à Groenlândia, a justificativa seria sua localização estratégica e a exploração de recursos minerais valiosos, como terras raras e petróleo, essenciais para a indústria de alta tecnologia. Já no Canadá, o interesse estaria relacionado ao controle de recursos naturais, como petróleo, e à pressão em questões comerciais.

Em um comentário publicado na plataforma “X” (antigo Twitter), Gerd Wenzel questionou: "De acordo com Trump, os Estados Unidos precisam de 'Lebensraum' para sua segurança econômica. É isso mesmo?" O conceito de “Lebensraum” (espaço vital), cunhado pelo geógrafo Friedrich Ratzel em sua obra *Geografia Política* (1897), descreve o território como essencial para a sobrevivência e crescimento de uma nação.³⁵ Ratzel comparava os Estados a organismos vivos, que necessitam de expansão contínua para garantir sua vitalidade e desenvolvimento. Esse conceito, posteriormente utilizado por regimes expansionistas como o nazismo, serviu para justificar práticas de conquista e colonização de territórios³⁶. Nesse contexto, um “Worst Case Scenario” (pior cenário) para o Brasil poderia envolver o interesse de Trump na Amazônia, sob o argumento de que a região, declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO, é essencial para o equilíbrio ambiental e econômico global.

Por fim, o Brasil enfrentará cenários políticos e econômicos desafiadores com a vitória de Trump, que poderá impactar agendas internas e externas, como políticas de liberdade de expressão, ambientais, econômicas e comerciais, além da soberania territorial. A capacidade diplomática do Brasil será crucial para articular suas agendas e manter sua relevância e liderança regional. O acordo de livre comércio entre Mercosul e

³⁴BORDALLO, Emanuelle. 'Retórica do medo': Por que Trump ameaça tomar à força a Groenlândia e o Canal do Panamá? O Globo, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/01/08/retorica-do-medo-por-que-trump-ameaca-tomar-a-forca-a-groenlandia-e-o-canal-do-panama.ghtml>. Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

³⁵WENZEL, Gerd. Ou seja, de acordo com Trump nesta coletiva de imprensa, os Estados Unidos precisam de "Lebensraum" para sua segurança econômica. É isso mesmo. Ouvi direito? São Paulo, 07 de janeiro de 2025. Instagram: @gerdwenzel. Disponível em: <https://x.com/gerdwenzel/status/1876745183045238901?t=Ct6WcYSYS5iR-hDNeNRNTg&s=08>.

³⁶DA COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. EdUSP, 2008.

União Europeia representa uma oportunidade para o Brasil se destacar economicamente, mas também impõe desafios relacionados à sua implementação e ao alinhamento de interesses regionais. Nas eleições de 2026, o sucesso dos partidos políticos de esquerda dependerá de como eles abordarão questões econômicas e de poder de compra, além da influência das “big techs” nas redes sociais e no financiamento das campanhas da direita.

A guerra na Ucrânia e a Política Externa dos Estados Unidos

Lucia Medeiros Rodrigues

Raissa Maciel Freitas

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, reconfigurou a segurança europeia como uma questão central na política internacional, colocando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em destaque. No entanto, o impacto do conflito transcendeu as fronteiras europeias, influenciando diretamente o cenário político nos Estados Unidos, especialmente devido ao papel do país como principal financiador e provedor de suporte militar à Ucrânia. Essa postura gerou intensos debates internos, particularmente no contexto das eleições presidenciais americanas.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as posições de Donald Trump e Kamala Harris em relação ao financiamento e suporte militar à Ucrânia, analisando como suas visões refletem abordagens divergentes sobre o papel dos Estados Unidos no sistema internacional. Além disso, examina-se o compromisso dos EUA com a OTAN e as potenciais mudanças que poderão ocorrer sob a liderança do presidente eleito.

Outro ponto central da análise é a relação dos Estados Unidos com seus aliados europeus, que enfrentam pressões econômicas e políticas decorrentes do prolongamento do conflito. A estabilidade da Europa Oriental, especialmente no contexto de uma liderança iminente de Donald Trump, será discutida, assim como as possíveis repercussões para a relação com a Rússia e o futuro das sanções econômicas impostas ao país.

Por fim, o capítulo apresenta uma análise de conjuntura baseada em notícias recentes, abordando os cenários futuros e as implicações do conflito para o Brasil. Essa discussão oferece uma projeção analítica sobre como a guerra na Ucrânia, a vitória de Donald Trump e sua abordagem em relação à OTAN podem impactar o Brasil, tanto em termos políticos quanto econômicos.

Posições dos candidatos em relação ao financiamento e suporte militar à Ucrânia

As eleições nos Estados Unidos em 2024 foram marcadas por um intenso debate sobre política externa, com grande foco na guerra na Ucrânia, amplamente discutida no cenário internacional. A postura do presidente Joe Biden, ao financiar e fornecer suporte militar à Ucrânia, gerou divisões significativas entre os eleitores, resultando em dois

blocos ideologicamente opostos: o republicano, liderado por Donald Trump, e o democrata, representado por Kamala Harris, que substituiu Biden na corrida presidencial.

Seguindo a política adotada por Joe Biden, a candidata Kamala Harris manteve, durante sua campanha, o compromisso com o apoio à Ucrânia. Harris declarou, em uma convenção do Partido Democrata realizada em Chicago, que permaneceria firmemente ao lado da Ucrânia e dos aliados da OTAN³⁷. Isso sugere que os pacotes de ajuda militar e econômica fornecidos pela administração Biden seriam preservados, e a relação com a OTAN, fortalecida. Além disso, Harris acusou a Rússia de cometer crimes contra a humanidade e, em seu site de campanha, destacou que "ajudou a mobilizar uma resposta global de mais de 50 países para apoiar a Ucrânia na defesa contra a agressão brutal de Vladimir Putin".³⁸

Por outro lado, o candidato Donald Trump afirmou durante sua campanha eleitoral que seria capaz de encerrar a guerra na Ucrânia antes mesmo de assumir a presidência, mas não apresentou um plano detalhado para alcançar esse objetivo³⁹. Em entrevistas, Trump questionou repetidamente o apoio dos Estados Unidos à Ucrânia e, ao ser perguntado sobre a possibilidade de o país ceder territórios à Rússia para alcançar a paz, respondeu: "Veremos o que acontece, precisamos de paz." Esse posicionamento foi amplamente criticado por Kamala Harris, que, em discurso ao lado do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, classificou tais propostas como perigosas e inaceitáveis. Segundo Harris, essas ideias não representam paz, mas sim rendição, alinhando-se às ambições de Vladimir Putin.⁴⁰

Após vencer as eleições de 2024, Trump propôs como medida inicial para o conflito um cessar-fogo imediato, considerado por muitos aliados europeus e pelo presidente Zelensky como uma abordagem que pode enfraquecer a posição de Kiev e

³⁷ EURONEWS. Kamala Harris aceita a nomeação democrata e defende a Ucrânia e a NATO. Euronews, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/08/23/kamala-harris-aceita-a-nomeacao-democrata-e-defende-a-ucrania-e-a-nato>. Acesso em: 10 jan. 2025.

³⁸ DEUTSCHE WELLE. O que pensam Harris e Trump sobre questões-chave para os EUA. DW Brasil, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-pensam-harris-e-trump-sobre-questões-chave-para-os-eua/a-70526399>. Acesso em: 10 jan. 2025.

³⁹ DEUTSCHE WELLE. O que pensam Harris e Trump sobre questões-chave para os EUA. DW Brasil, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-pensam-harris-e-trump-sobre-questões-chave-para-os-eua/a-70526399>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁴⁰ EURONEWS. Harris discorda de Trump sobre Ucrânia ceder território para alcançar a paz. Euronews, 27 set. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/09/27/harris-discorda-de-trump-sobre-ucrania-ceder-territorio-para-alcancar-a-paz>. Acesso em: 10 jan. 2025.

favorecer Moscou. Zelensky reiterou a necessidade de uma "paz justa e robusta", enfatizando a importância de proteger a integridade territorial da Ucrânia.⁴¹

Além disso, Trump reafirmou sua postura crítica em relação à OTAN. Ele ameaçou retirar os Estados Unidos da aliança caso os países membros não cumpram os compromissos de aumentar seus gastos militares nacionais. Embora os aliados já tenham ampliado seus orçamentos de defesa, em parte devido à pressão exercida por Trump em seu primeiro mandato, ele ressaltou que a permanência dos EUA na OTAN dependeria de uma avaliação da "justiça" no tratamento recebido pelos americanos. Quando questionado diretamente sobre uma possível saída da OTAN, Trump respondeu categoricamente: "Absolutamente. Sim, absolutamente." Em relação a possíveis cortes na ajuda militar à Ucrânia, foi mais evasivo, limitando-se a dizer: "Possivelmente." Essas declarações geraram preocupações entre aliados europeus, que temem que tal postura fragilize o compromisso dos Estados Unidos com a segurança e a estabilidade na Europa Oriental.⁴²

Segundo uma análise da Reuters, as propostas de Trump para o fim do conflito podem ser compreendidas com base em declarações e entrevistas de seus conselheiros. Três de seus principais assessores, incluindo o novo enviado especial à Rússia e Ucrânia, tenente-general aposentado Keith Kellogg, sugerem que a Ucrânia deveria permanecer fora da OTAN⁴³. A estratégia de Trump inclui uma abordagem baseada em incentivos e punições, como suspender a ajuda militar à Ucrânia caso o país se recuse a negociar, enquanto ampliaria a assistência caso Vladimir Putin demonstrasse falta de interesse em negociações⁴⁴. Embora essa postura busque reposicionar os Estados Unidos como mediadores do conflito, ela levanta preocupações sobre os impactos para a segurança europeia e a autonomia ucraniana.

⁴¹ EURONEWS. Trump apela ao cessar-fogo imediato na Ucrânia e sugere repensar papel dos EUA na NATO. Euronews, 9 dez. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/12/09/trump-apela-ao-cessar-fogo-imediato-na-ucrania-e-sugere-repensar-papel-dos-eua-na-nato>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁴² EURONEWS. Trump apela ao cessar-fogo imediato na Ucrânia e sugere repensar papel dos EUA na NATO. Euronews, 9 dez. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/12/09/trump-apela-ao-cessar-fogo-imediato-na-ucrania-e-sugere-repensar-papel-dos-eua-na-nato>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁴³ REUTERS. Plano de Trump para Ucrânia prevê concessões territoriais à Rússia. CNN Brasil, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/plano-de-trump-para-ucrania-preve-concessoes-territoriais-a-russia/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁴⁴ REUTERS. Plano de Trump para Ucrânia prevê concessões territoriais à Rússia. CNN Brasil, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/plano-de-trump-para-ucrania-preve-concessoes-territoriais-a-russia/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Por fim, embora Trump tenha inicialmente prometido encerrar a guerra na Ucrânia em 24 horas, adotou um tom mais cauteloso após uma coletiva de imprensa em 7 de janeiro. Trump reconheceu que o conflito é muito mais complexo do que parecia inicialmente e alertou para a possibilidade de um agravamento. Agora, ele avalia que a resolução do conflito pode levar, no mínimo, seis meses, sinalizando uma abordagem mais pragmática.⁴⁵

O compromisso dos EUA com a OTAN e possíveis mudanças nesse compromisso

Donald Trump não pretende arcar com custos extraordinários para manter a estratégia de defesa norte-americana e europeia contra a Rússia e os países da Europa Oriental. Ele afirmou: “Se pagarem suas contas e nos tratarem de forma justa, ficaremos na OTAN.”⁴⁶ Mudanças geopolíticas e outras ameaças à segurança, como o terrorismo global, o avanço do poder militar chinês e os desafios da cibersegurança, poderão alterar a percepção do governo norte-americano em relação aos aliados do Atlântico Norte.

Para o novo governo dos Estados Unidos, alternativas à OTAN podem emergir a partir do estreitamento de relações com outros parceiros comerciais, como as nações do bloco Ásia-Pacífico e a intensificação de laços com países do G7 ou do G20. Isso poderia resultar em uma diminuição da dependência norte-americana em relação aos aliados tradicionais do Norte Global, especialmente no que diz respeito às condições de segurança.

Ademais, a demanda dos Estados Unidos por uma maior repartição dos custos de defesa entre os membros da OTAN tem como premissa que as nações europeias contribuam com pelo menos 5% de seus respectivos Produtos Internos Brutos (PIB). No entanto, essa exigência pode gerar cortes em outros setores internos, afetando as populações locais e aumentando o custo político para os governos europeus. Segundo especialistas, é improvável que o percentual exigido seja alcançado pela maioria dos aliados, considerando que os próprios Estados Unidos contribuem com cerca de 4% de seu PIB. Atualmente, França e Alemanha, as principais economias da Europa, destinam

⁴⁵ CNN BRASIL. Trump diz que simpatiza com oposição da Rússia sobre adesão da Ucrânia à OTAN. CNN Brasil, 15 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-diz-que-simpatiza-com-oposicao-da-russia-sobre-adesao-da-ucrania-a-otan/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁴⁶ AGENCE FRANCE-PRESSE. Trump diz que membros da Otan deveriam aumentar gastos com defesa para 5% do PIB. UOL Notícias, 7 jan. 2025. Disponível em: www.noticias.uol.com.br. Acesso em: 10 jan. 2025

apenas 2% de seus PIBs à aliança militar, enquanto a Espanha contribui com apenas 1,28%. Dos 32 países membros da OTAN em 2024, apenas 23 estão mais próximos de atingir a meta dos 5%. A Polônia, por outro lado, se destaca como a nação mais apta a alcançar essa meta, com uma contribuição de 4,12% de seu PIB.

Outro cenário possível seria os Estados Unidos solicitarem à OTAN uma revisão pragmática de suas prioridades militares, de defesa e de segurança. Essa reavaliação poderia ser influenciada pela intensidade das ameaças externas, que podem diminuir em alguns contextos ou se intensificar em outros, como no caso da crescente influência chinesa⁴⁷.

Conclui-se que as futuras dinâmicas adotadas pelos republicanos em relação à OTAN dependerão de fatores estratégicos, econômicos e políticos, tanto internos quanto externos, incluindo ameaças geopolíticas. Durante seu primeiro mandato como presidente, Donald Trump já havia ameaçado retirar os Estados Unidos da aliança, acusando os demais membros de se beneficiarem dos recursos econômicos de Washington para financiar suas alianças militares. Embora tais declarações tenham sido, em grande parte, interpretadas como bravatas, não se pode descartar a possibilidade de que essa ameaça venha a ser cumprida.

Relações com aliados europeus e impacto na estabilidade da Europa Oriental

O presidente republicano afirma que pretende encerrar o conflito entre Ucrânia e Rússia assim que reassumir a Casa Branca. Segundo fontes de notícias, o conflito, que já dura três anos, estaria próximo de um desfecho⁴⁸.

A Europa Oriental, ou Leste Europeu, é uma área geopolítica de grande relevância no continente, caracterizada por frequentes tensões que podem resultar em conflitos armados. A intensificação das disputas territoriais, políticas e econômicas na região, especialmente nos últimos dias de novembro de 2024, gerou alertas entre os governantes locais quanto à possibilidade de novas confrontações.

⁴⁷MSN. Trump promete tirar EUA da Otan se aliados não pagarem mais pela defesa. MSN Notícias, 7 dez. 2024. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/trump-promete-tirar-eua-da-otan-se-aliados-n%C3%A3o-pagarem-mais-pela-defesa/ar-AA1vuiEF?ocid=socialshare&pc=ACTS&cvid=c89f5f6e83b64076a6d02c9b3abfaa06&ei=12>. Acesso em: 7 dez. 2024

⁴⁸MASON, Jeff; HOLLAND, Steve. Trump diz que conversará com Putin e Zelensky sobre fim da guerra na Ucrânia. CNN Brasil, 16 dez. 2024. Disponível em: www.cnn.brasil.com.br. Acesso em: 10 jan. 2025.

De acordo com declarações de Rob Magowan, vice-chefe do Estado-Maior britânico, durante um comitê no Parlamento, “as forças britânicas estão prontas para lutar caso Vladimir Putin decida invadir outra nação do Leste Europeu.” Essas declarações refletem as preocupações crescentes com a estabilidade na região e o papel das potências ocidentais na contenção de possíveis avanços russos.⁴⁹

Outro tema de relevância emergiu recentemente quando Donald Trump manifestou seu desejo de anexar territórios fora dos Estados Unidos. Entre os alvos mencionados estão o Canadá, o Canal do Panamá e, sobretudo, a Groenlândia, uma possessão da Dinamarca, que é membro da OTAN. Essas declarações provocaram fortes reações de aliados europeus e críticas às ameaças de invasão armada. Para Trump, “a Groenlândia está na rota mais curta entre a América do Norte e a Europa e abriga bases militares americanas.” Além disso, ele destacou os vastos recursos naturais da ilha, que incluem depósitos de carvão, ferro, chumbo, zinco, molibdênio, diamantes, ouro, platina, nióbio, tantalita e urânio, componentes vitais para a fabricação de aparelhos eletrônicos e baterias⁵⁰.

São, portanto, as riquezas naturais, os recursos minerais e a localização estratégica e militar privilegiada que atraem o interesse norte-americano pela ilha dinamarquesa. Empresas do setor já demonstram interesse em expandir seus negócios na região, o que aumenta a conveniência e o desejo de controle por parte dos Estados Unidos. Além disso, questões climáticas podem estar no centro dessa disputa territorial, uma vez que o aquecimento global deve abrir novas rotas de comércio na Groenlândia, reduzindo as distâncias entre os EUA e mercados asiáticos.⁵¹

Consequências para as relações com a Rússia e sanções econômicas

Com a vitória de Donald Trump na corrida presidencial e a guerra na Ucrânia como tema central do debate internacional, Trump afirmou, em uma reunião com governadores de seu partido, que está organizando um encontro com Vladimir Putin, presidente da Rússia. Ambos os líderes indicaram abertura para discussões e uma possível

⁴⁹BBC NEWS BRASIL. Os alertas de guerra na Europa que preocupam o mundo. BBC News Brasil, 4 dez. 2024. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 5 dez. 2024.

⁵⁰BIERNATH, André. Por que Groenlândia, cobiçada por Trump, é parte da Dinamarca. BBC News, 8 jan. 2025. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 9 jan. 2025.

⁵¹CHADE, Jamil. Trump sabe que o mundo está derretendo por isso quer a Groenlândia. UOL Notícias, 8 jan. 2025. Disponível em: www.noticias.uol.com.br. Acesso em: 10 jan. 2025.

negociação do conflito. Durante uma sessão de perguntas e respostas em dezembro de 2024, Putin declarou estar disposto a dialogar com o novo presidente americano “a qualquer momento”.⁵²

Apesar dos indícios de disposição para negociações, autoridades europeias e ucranianas temem que Trump possa pressionar Kiev a fazer concessões significativas para alcançar um acordo, o que resultaria em uma vitória geopolítica para o Kremlin⁵³. Esse posicionamento contrasta com a abordagem de Joe Biden, que se baseou no fortalecimento das sanções econômicas contra a Rússia para enfraquecer o governo de Putin e apoiar a resistência ucraniana. Por outro lado, a postura de Trump, ao considerar concessões e uma possível flexibilização das sanções, representa uma mudança significativa na estratégia dos Estados Unidos.

Desde o início da guerra, em 2022, o Ocidente impôs uma série de sanções econômicas contra a Rússia, em uma escala sem precedentes desde a Guerra Fria. Essas sanções buscaram atingir diversas indústrias e atividades comerciais russas, com o objetivo de causar um colapso econômico significativo, desvalorizando o rublo e provocando a saída em massa de empresas ocidentais do país. No entanto, a economia russa demonstrou resiliência, sustentada principalmente pelas exportações de gás e petróleo⁵⁴ nos mercados internacionais e pelas brechas existentes nas sanções, que limitaram sua eficácia.⁵⁵

Em outubro de 2024, os Estados Unidos anunciaram novas sanções contra a Rússia, visando aumentar os custos da guerra para o país eslavo e enfraquecer sua capacidade econômica e militar. Os esforços liderados pelos departamentos do Tesouro e de Estado sancionaram cerca de 400 empresas e entidades de diversos países, incluindo Rússia, Índia e China, acusadas de fornecer suporte econômico e tecnológico a Moscou.

⁵² O GLOBO. Putin está aberto ao contato e sem condições prévias, diz Kremlin após Trump sugerir reunião para colocar fim à guerra na Ucrânia. O Globo, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/01/10/putin-esta-aberto-ao-contato-e-sem-condicoes-previas-diz-kremlin-apos-trump-sugerir-reuniao-para-colocar-fim-a-guerra-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵³ O GLOBO. Putin está aberto ao contato e sem condições prévias, diz Kremlin após Trump sugerir reunião para colocar fim à guerra na Ucrânia. O Globo, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/01/10/putin-esta-aberto-ao-contato-e-sem-condicoes-previas-diz-kremlin-apos-trump-sugerir-reuniao-para-colocar-fim-a-guerra-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵⁴ EURONEWS. EUA impõem novas sanções à Rússia após tentativas de evasão de Moscovo. Euronews, 31 out. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/10/31/eua-impoem-novas-sancoes-a-russia-apos-tentativas-de-evasao-de-moscovo>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁵⁵ EURONEWS. O que está a faltar nas sanções do Ocidente contra a Rússia. Euronews, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/08/24/o-que-esta-a-faltar-nas-sancoes-do-ocidente-contra-a-russia>. Acesso em: 11 jan. 2025.

Essas medidas também visaram punir “países terceiros” que ajudaram a Rússia a contornar as sanções.⁵⁶

Entre os alvos das sanções do Departamento do Tesouro estavam 274 empresas, incluindo fornecedoras de tecnologia avançada, além de fabricantes de produtos de defesa e militares. O Departamento de Estado também aplicou sanções diplomáticas a altos funcionários do Ministério da Defesa russo, empresas de defesa, grupos de empresas chinesas e entidades bielorrussas, relacionadas ao apoio do regime de Lukashenko à Rússia.⁵⁷

Nos últimos dias do governo Biden, em 2025, os Estados Unidos anunciaram o pacote mais agressivo de sanções contra o setor energético russo, atingindo diretamente a principal fonte de receita do Kremlin. Essas medidas impactaram centenas de alvos, incluindo duas das maiores empresas petrolíferas russas, Gazprom Neft e Surgutneftegas, além de quase 200 navios envolvidos no transporte de petróleo, muitos dos quais pertencem à chamada “frota sombra”, utilizada para driblar as restrições. As novas sanções também afetaram a produção e exportação de gás natural liquefeito (GNL), reduzindo ainda mais as receitas do setor energético russo.⁵⁸

Essas ações, coordenadas com o Reino Unido, fazem parte de uma estratégia mais ampla para fortalecer a posição da Ucrânia e prepará-la para trabalhar com o novo governo de Donald Trump, buscando alcançar uma paz “justa e duradoura”. Segundo um alto funcionário do governo Biden, “esperamos que nossas ações custem à Rússia bilhões de dólares por mês.” Apesar do ceticismo de alguns membros do governo Trump quanto à eficácia dessas medidas, há expectativas de que o novo presidente mantenha algumas sanções, reforçando o compromisso com a política de pressão sobre Moscou.⁵⁹

Em síntese, enquanto Biden adotou uma estratégia agressiva de sanções para enfraquecer a economia russa e pressionar o Kremlin a encerrar a guerra, Trump pode optar por uma postura mais flexível, priorizando negociações diretas em detrimento das

⁵⁶ EURONEWS. EUA impõem novas sanções à Rússia após tentativas de evasão de Moscovo. Euronews, 31 out. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/10/31/eua-impoem-novas-sancoes-a-russia-apos-tentativas-de-evasao-de-moscovo>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁵⁷ EURONEWS. EUA impõem novas sanções à Rússia após tentativas de evasão de Moscovo. Euronews, 31 out. 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/10/31/eua-impoem-novas-sancoes-a-russia-apos-tentativas-de-evasao-de-moscovo>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁵⁸ CNN BRASIL. Biden impõe sanções ao petróleo russo para enfraquecer financiamento de guerra. CNN Brasil, 8 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/biden-impoe-sancoes-ao-petroleo-russo-para-enfraquecer-financiamento-de-guerra/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁵⁹ CNN BRASIL. Biden impõe sanções ao petróleo russo para enfraquecer financiamento de guerra. CNN Brasil, 8 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/biden-impoe-sancoes-ao-petroleo-russo-para-enfraquecer-financiamento-de-guerra/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

sanções. Embora Trump tenha expressado ceticismo quanto à eficácia das sanções, pressões de aliados internacionais e a necessidade de preservar relações com a Europa podem levá-lo a manter parte das medidas adotadas por Biden. Isso seria essencial para evitar o enfraquecimento das relações transatlânticas e assegurar o compromisso americano com a estabilidade geopolítica.

Conjuntura e Cenários Futuros

Após afirmar que encerraria a guerra na Ucrânia em apenas um dia, Donald Trump revisou sua posição e declarou que o conflito pode se intensificar e prolongar-se por um longo período⁶⁰. A poucos dias de sua posse, o presidente eleito prevê que a guerra, mediada possivelmente pelos Estados Unidos, exigirá um longo processo de negociações entre Ucrânia e Rússia para alcançar um acordo de paz.

Trump diz entender a motivação russa para a guerra na Ucrânia⁶¹. Segundo Trump, a Rússia teria razões justificáveis para sua invasão à Ucrânia, dada a possibilidade de o país vizinho ingressar na OTAN, uma possibilidade aventada por Joe Biden em 2022. Nesse sentido, Trump defende que as conversações sejam a principal estratégia para reduzir as tensões entre as duas nações eslavas.

Trump simpatiza com a posição da Rússia sobre a adesão da Ucrânia à OTAN. Para o presidente republicano, a adesão da Ucrânia à OTAN seria "uma provocação desnecessária à Rússia". Dessa forma, é provável que os Estados Unidos, sob sua administração, não apoiem um futuro convite para que a Ucrânia se torne membro do Tratado do Atlântico Norte.

Cenário Positivo: Se Donald Trump adotar uma postura mais conciliatória em relação à Rússia e priorizar negociações diretas para encerrar a guerra, o resultado pode incluir uma redução nas sanções econômicas contra Moscou e uma estabilização das relações internacionais. Para o Brasil, esse cenário poderia significar uma recuperação da economia global, com a queda nos preços de commodities energéticas e a retomada das trocas comerciais com a Rússia. A estabilização dos mercados de petróleo e gás também beneficiaria as exportações brasileiras. Além disso, uma postura mais diplomática e

⁶⁰ CHOWDHURY, Maureen. Após dizer que terminaria guerra na Ucrânia, Trump afirma que conflito pode piorar. CNN Brasil, 7 jan. 2025. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁶¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Trump diz entender a motivação russa para a Guerra da Ucrânia. Folha de S. Paulo, 7 jan. 2025. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 jan. 2025.

menos punitiva dos EUA poderia criar oportunidades para o Brasil ampliar sua atuação geopolítica global, alinhada ao pragmatismo que caracteriza sua política externa.

Cenário Negativo: Caso Trump adote uma postura mais isolacionista, com menor envolvimento dos EUA em conflitos externos e sem apresentar uma solução clara para a guerra na Ucrânia, o Brasil poderá enfrentar um cenário de incerteza econômica. A continuidade do conflito prolongaria os altos preços das commodities e aumentaria a volatilidade dos mercados globais, impactando negativamente a inflação e o crescimento econômico brasileiro.

Além disso, o enfraquecimento das alianças internacionais dos EUA poderia gerar instabilidade política e econômica global, prejudicando o comércio exterior do Brasil, especialmente com parceiros estratégicos como a União Europeia e os próprios Estados Unidos. A falta de coordenação global poderia levar ao aumento do protecionismo, comprometendo a competitividade das exportações brasileiras.

Worst Case Scenario: Caso Trump decida retirar os Estados Unidos da OTAN e abandonar o apoio financeiro e militar à Ucrânia, o impacto global pode ser devastador, com consequências diretas para o Brasil. Primeiramente, a saída dos EUA da OTAN criaria um vácuo de poder na Europa, possibilitando uma maior influência russa no continente e agravando as tensões geopolíticas. A ausência de apoio à Ucrânia prolongaria o conflito, exacerbando a instabilidade regional e global.

Para o Brasil, as implicações econômicas seriam significativas. O agravamento das incertezas globais e das tensões internacionais afetaria os mercados financeiros e as commodities de forma adversa. A diminuição do suporte ocidental à Ucrânia poderia facilitar que a Rússia contornasse sanções, impactando negativamente as exportações brasileiras para a Europa e os preços do petróleo. Como grande exportador de commodities, o Brasil enfrentaria uma redução na demanda global, especialmente em setores dependentes de estabilidade econômica e parcerias comerciais com o Ocidente.

Politicamente, o Brasil enfrentaria um cenário de isolamento. A saída dos EUA da OTAN seria interpretada como um abandono do multilateralismo e da estabilidade internacional, forçando o Brasil a se posicionar em um contexto de polarização global. Essa situação dificultaria o equilíbrio das relações com potências como os EUA, a Rússia e a China. Além disso, a falta de convergência ideológica entre o governo de esquerda de Lula e a administração republicana de Trump poderia enfraquecer ainda mais a relação bilateral, já marcada por tensões. Isso resultaria em uma perda de influência política

brasileira no cenário internacional, comprometendo a negociação de acordos comerciais e cooperações multilaterais essenciais para a economia do país.

Em síntese, uma retirada de Trump da OTAN e o abandono da Ucrânia podem gerar um cenário de desordem global com impactos diretos e severos para o Brasil. O país enfrentaria aumento das incertezas, instabilidade no comércio internacional e uma possível redução de seu protagonismo global. As consequências econômicas, políticas e estratégicas seriam profundas, exigindo esforços diplomáticos significativos para mitigar os efeitos de um ambiente internacional cada vez mais polarizado.

Os Estados Unidos no Oriente Médio

Milena Larroza de Moura

Camilla Maria Fiel Ribeiro Facini

A formação do acordo nuclear iraniano e a vitória de Donald Trump trazem incertezas para a diplomacia e a segurança internacional, dado o papel central dos Estados Unidos no Oriente Médio e sua influência na dinâmica de conflitos e na estabilidade regional. Israel, em particular, emerge como um ponto focal dessa instabilidade, uma vez que sua segurança é vista como essencial para o equilíbrio da região. O ano de 2024 foi marcado por tragédias intensas, ataques incessantes e um aumento significativo no número de óbitos, agravando a crise humanitária e política.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e sua política de expansão territorial e dominação reavivam uma abordagem geopolítica tradicional que desperta preocupações globais, especialmente quando considerada em conjunto com os planos e posições do governo de Donald Trump. Nesse contexto, a aliança estratégica entre os Estados Unidos e Israel exerce impactos profundos no cenário internacional, com consequências diretas e indiretas para a política externa de outros países, incluindo o Brasil.

A relevância geopolítica dessa relação é sublinhada pela célebre teoria de Nicholas Spykman, que afirmou: "Quem controla o Rimland domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla o destino do mundo" (SPYKMAN, 1942). Essa perspectiva ressalta a importância estratégica do Oriente Médio como parte do Rimland e sua influência sobre os equilíbrios de poder globais.

O acordo nuclear com o Irã e suas implicações para a segurança regional

Com a escalada de conflitos na região, especialmente entre Irã e Israel, originam-se implicações dada a rigorosa postura de Trump sobre o Estado Iraniano. Durante o seu mandato, o presidente anterior, Joe Biden, tentou buscar, por meios diplomáticos, cessar as tensões nucleares com o Irã, mesmo que enfrentasse as pressões de seus aliados regionais, demonstrando interesse em voltar para o JCPOA (Acordo Nuclear Iraniano). No entanto, o ex-presidente americano enfrentou uma alta dificuldade em manter a segurança regional do continente, lidando com a pressão internacional e as críticas sobre

a eficácia do acordo. O JCPOA, foi um acordo internacional assinado em 14 de julho de 2015 que tinha como objetivo limitar o programa nuclear do país do Oriente Médio em troca de interrupções de avaliações econômicas. Em maio de 2018, o agora atual presidente americano, Donald Trump, anunciou a sua saída do acordo, pois alegava que era um "acordo terrível" que não impedia de forma eficaz o Irã de desenvolver armas nucleares. Essa ruptura diplomática gerou uma retaliação iraniana, logo cessada pela necessidade financeira de sua população, além da dificuldade de negociações petrolíferas do país. Trump, novamente com sua política de pressão máxima, iniciou a sua campanha de 2024 desafiando o governo do Irã e fortalecendo sua aliança com Israel, que considera o país sudoeste da Ásia como uma ameaça existencial.

Em setembro de 2020, foi assinado o Acordo de Abraão, que visava normalizar as relações diplomáticas entre Israel e os países árabes, além de isolar o Irã de criar novas alianças benéficas contra o seu país. Ademais, Trump mostrava em seu primeiro mandato a sua diplomacia unilateral e como as suas mudanças de posicionamento moldam as dinâmicas de poder do Oriente Médio, evidenciando a relevância do multilateralismo para a segurança internacional. Durante o primeiro mandato de Donald Trump, foi marcado o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel e a transferência da embaixada dos EUA de Tel Aviv para um novo espaço, sendo Jerusalém, demonstrando em forte exemplo da diplomacia unilateral presente em seu governo. Essa decisão foi criticada por muitos países e organizações internacionais, sendo vista como um movimento que poderia desestabilizar ainda mais a região e prejudicar as negociações de paz entre israelenses e palestinos, já que os atos de guerra e um cenário de desumanidade ainda é predominante na Faixa de Gaza. Outrossim, Trump frequentemente adotou uma postura agressiva em relação ao Oriente Médio, como durante a ameaça de instaurar o "inferno" no Oriente Médio, caso o líder palestino, Hamas, não libertasse reféns israelenses antes de sua posse. Ele também prometeu uma abordagem dura contra o Irã, retirando os EUA do acordo nuclear com o país e impondo sanções severas. Outra questão importante existente se desmistifica no segundo mandato de Trump, deixando a situação do oriente mais incerta e insegura, afastando-se ainda mais de uma perspectiva de paz.

A disputa entre as grandes potências como Estados Unidos, China e Rússia pela dinâmica de poder na região é culminado por fatores geopolíticos, econômicos e estratégicos que impactam diretamente a política global. Diversos aspectos que explicam esses interesses das potências, mas desde o final da segunda guerra, o EUA demonstra

seu comprometimento com o oriente médio que além de uma localização estratégica para as suas rotas comerciais que remodelam o mercado, a região também possui uma das maiores reservas petrolíferas, fornecendo gás natural para EUA, Ásia e Europa, tornando-se denominada por uma região posto-chave para a rivalidade global entre as hegemonias. O Oriente Médio é historicamente recordado pela divisão Sunita, representados pela Arábia Saudita, enquanto o Irã representa os Xiitas, os quais disputavam a supremacia do território e buscavam expandir a sua influência no espaço geopolítico. Para o governo americano, essa aliança estratégica tinha um grande impacto sobre a sua política externa, visto que, internacionalmente, os Estados Unidos sempre buscou manter a sua posição superior, muitas vezes apenas apoiando financeiramente seus governos aliados. Essa postura perdurou uma grande desconfiança e resistência de outros atores globais, como o caso do Brasil, que via a atuação americana como um ato de imoralidade na ordem regional.

Ao longo da história, a relação diplomática entre Brasil e Israel tem sido marcada por uma cooperação e respeito mútuo, o que é de extrema importância para ambos os países, gerando uma ponderação sobre as complexidades da divisão internacional do trabalho, onde os países em desenvolvimento são subordinados as economias do Norte Global. Essa teoria fornece uma compreensão acerca da variedade de fatores que transbordam as relações internacionais interconectadas que fazem o Estado do Brasil flexibilizar e adaptar a sua política, levando em conta a imprevisibilidade e a constante evolução dos sistemas. Desde a criação do Estado de Israel, o Brasil desempenhou um papel fundamental, como na votação da ONU, que levava a formação daquele país, sendo um dos primeiros a reconhecer Israel em 1948.

Assim, o vínculo entre as nações está diretamente ligado as áreas de desenvolvimento, como tecnologia, segurança, agricultura e a defesa do país. Recentemente, tensões entre o atual presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o primeiro ministro israelense Netanyahu, receberam fortes declarações sobre as ações de Israel em relação ao holocausto palestino. Ademais, a política global apresenta novos rumos neste século. O Brasil possui diversas vantagens e desvantagens sob o que se espera do governo americano, onde a diplomacia brasileira contém uma chance de fortalecer ainda mais a sua posição global, com sua abordagem direcionada em soluções pacíficas, como por exemplo, o Acordo Tripartite, entre Brasil, Turquia e Irã que buscava reaproximar-se do Oriente Médio e seguir com o programa nuclear iraniano, e pelo seu forte desempenho nos BRICS, que beneficiam a economia brasileira. Portanto, espera-se

um cuidado ao equilibrar a sua diplomacia nas negociações bilaterais e os interesses econômicos, além de mitigar o risco que se associa a maximização de benefícios e essa complexa conduta geopolítica existente.

O “acordo do século”, entre Israel e Palestina, a fim de promover a paz no Oriente Médio de fato nunca foi rigorosamente seguido. Donald Trump, ao receber a proposta de Benjamin Netanyahu e Mohammed bin Zayed Al Nahyan para a formalização do acordo, oferecia uma maior soberania em relação ao seu aliado fiel, Israel, fortalecendo ainda mais as desavenças territoriais e contribuindo para a propagação de heranças religiosas para com a Palestina, tendo o acordo selado através de uma ligação telefônica entre os representantes, anunciando a aliança entre os países através das redes sociais. Com poder militar, econômico e o apoio dos Estados Unidos, em maio de 2021, Israel começava a sua “limpa” pelo povo palestino que habitava a sua capital indivisível, Jerusalém, que culminou em respostas militares e um extremo ataque aos direitos humanos, tudo ordenado pelo governo israelense. Em segundo plano, a ideia era proporcionar um cenário mais diplomático no território, fortalecendo as alianças entre Israel e os Emirados Árabes onde, para Trump, estava feita a sua manutenção de aliados e parceiros. Dessa forma, após o assalto cultural sofrido pelos EUA e Israel, o presidente da Palestina anunciou o rompimento de sua relação com os países. “Os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio podem ser divididos em cinco áreas: garantir o livre fluxo de petróleo; prevenir a proliferação nuclear; combate ao terrorismo; manutenção da segurança de Israel; e a promoção da democratização² (BYMAN; MOLLER, 2016)”.

A disputa se tornou de cunho colonial, tornando o Brasil um lugar de refúgio para as comunidades árabes e judaicas. Durante o conflito, o governo brasileiro adotou uma postura que buscava um equilíbrio e condenação da violência, princípio presente na Constituição brasileira de 1988, onde defende a autodeterminação dos povos e o princípio de não intervenção, sempre mostrando a sua preocupação em relação a situação humanitária em que se encontrava o povo palestino e respeito à autodeterminação de Israel sob sua segurança. Além da crescente alta no número de imigrantes árabes e judaicos no Brasil motivada por esses conflitos, contribui-se para a diversidade cultural do país e o fortalecimento desses laços, que intensificam as relações econômicas com Estados do Médio Oriente, consolidando ainda mais o Brasil como um importante ator diplomático e humanitário no sistema internacional.

Consequentemente, as mídias brasileiras foram fundamentais para um desenvolvimento crítico das mobilizações sobre a polarização deste conflito. A pressão

social, juntamente com a responsabilidade diplomática, demonstra como as dinâmicas internas podem variar com as decisões internacionais, criando uma relação complexa entre as decisões políticas brasileiras, dada às necessidades de segurança de Israel e os interesses dos Estados Unidos no contexto do Oriente Médio. As mudanças na política externa dos EUA, especialmente entre administrações, impactam o comércio internacional e as alianças entre nações, afetando as exportações brasileiras e exigindo adaptações ambientais e comerciais, ao mesmo tempo em que políticas monetárias dos EUA influenciam fluxos de capital e a estabilidade econômica do país.

Com a escalada de conflitos na região, especialmente entre Irã e Israel, originam-se implicações dada a rigorosa postura de Trump sobre o Estado Iraniano. Durante o seu mandato, o presidente anterior, Joe Biden, tentou buscar, por meios diplomáticos, cessar as tensões nucleares com o Irã, mesmo que enfrentasse as pressões de seus aliados regionais, demonstrando interesse em voltar para o JCPOA (Acordo Nuclear Iraniano). No entanto, o ex-presidente americano enfrentou uma alta dificuldade em manter a segurança regional do continente, lidando com a pressão internacional e as críticas sobre a eficácia do acordo. O JCPOA, foi um acordo internacional assinado em 14 de julho de 2015 que tinha como objetivo limitar o programa nuclear do país do Oriente Médio em troca de interrupções de avaliações econômicas. Em maio de 2018, o agora atual presidente americano, Donald Trump, anunciou a sua saída do acordo, pois alegava que era um "acordo terrível" que não impedia de forma eficaz o Irã de desenvolver armas nucleares. Essa ruptura diplomática gerou uma retaliação iraniana, logo cessada pela necessidade financeira de sua população, além da dificuldade de negociações petrolíferas do país. Trump, novamente com sua política de pressão máxima, iniciou a sua campanha de 2024 desafiando o governo do Irã e fortalecendo sua aliança com Israel, que considera o país sudoeste da Ásia como uma ameaça existencial.

Acordo de Abraão

Em setembro de 2020, foi assinado o Acordo de Abraão, que tinha como objetivo normalizar as relações diplomáticas entre Israel e os países árabes, além de isolar o Irã e evitar a formação de novas alianças que fossem favoráveis a este país. Ademais, durante seu primeiro mandato, Donald Trump demonstrava uma abordagem de diplomacia unilateral, evidenciando como suas mudanças de posicionamento influenciavam as dinâmicas de poder no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que ressaltava a importância

do multilateralismo para a segurança internacional. Um exemplo marcante dessa postura foi o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel e a transferência da embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém, decisão amplamente criticada por diversos países e organizações internacionais. Essa medida foi considerada uma potencial fonte de desestabilização na região e um entrave às negociações de paz entre israelenses e palestinos, principalmente em um contexto no qual atos de guerra e violações dos direitos humanos ainda predominam na Faixa de Gaza.

Durante esse período, Trump frequentemente adotou uma postura agressiva em relação ao Oriente Médio, exemplificada por ameaças de instaurar o "inferno" na região caso o Hamas, líder palestino, não libertasse reféns israelenses antes de sua posse. Além disso, ele reforçou sua abordagem dura contra o Irã ao retirar os Estados Unidos do acordo nuclear e impor sanções severas. Tais ações, aliadas à continuidade de políticas unilaterais em um segundo mandato de Trump, tornam o futuro do Oriente Médio ainda mais incerto e afastam qualquer perspectiva concreta de paz.

A disputa entre grandes potências, como Estados Unidos, China e Rússia, pelo controle da dinâmica de poder no Oriente Médio é impulsionada por fatores geopolíticos, econômicos e estratégicos, que impactam diretamente a política global. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos demonstram um compromisso estratégico com a região, tanto por sua localização essencial para rotas comerciais quanto por possuir algumas das maiores reservas petrolíferas e de gás natural do mundo. Essa condição confere ao Oriente Médio uma posição central na rivalidade entre potências hegemônicas, especialmente considerando a histórica divisão entre sunitas, liderados pela Arábia Saudita, e xiitas, representados pelo Irã, que disputam a supremacia territorial e buscam expandir suas influências no cenário geopolítico.

Para os Estados Unidos, essas alianças estratégicas têm impactos profundos em sua política externa, pois o país frequentemente busca preservar sua posição hegemônica, mesmo que isso envolva o apoio financeiro a governos aliados. Essa postura, entretanto, gera desconfiança e resistência de outros atores globais, como o Brasil, que frequentemente percebe a atuação americana como uma demonstração de imoralidade na ordem regional. Ainda assim, historicamente, a relação diplomática entre Brasil e Israel tem sido marcada por cooperação e respeito mútuo, aspectos de grande importância para ambos os países. Desde a criação do Estado de Israel, o Brasil desempenhou um papel relevante, como na votação da ONU que levou à formação daquele país, sendo um dos primeiros a reconhecê-lo em 1948.

Esse vínculo entre as nações está diretamente ligado a áreas como tecnologia, segurança, agricultura e defesa. Recentemente, tensões surgiram entre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, em virtude de declarações de Lula criticando ações de Israel em relação ao chamado "holocausto palestino." Apesar dessas tensões, a política global apresenta novos rumos neste século, e o Brasil possui vantagens e desvantagens frente às expectativas do governo americano. A diplomacia brasileira tem a oportunidade de fortalecer ainda mais sua posição global, adotando abordagens pacíficas, como demonstrado no Acordo Tripartite entre Brasil, Turquia e Irã, que buscava reaproximar-se do Oriente Médio e tratar do programa nuclear iraniano. Além disso, o Brasil desempenha um papel relevante nos BRICS, que beneficiam sua economia e ampliam sua influência no sistema internacional.

Portanto, espera-se que o Brasil mantenha cautela ao equilibrar negociações bilaterais e interesses econômicos, buscando mitigar os riscos associados à maximização de benefícios nesse cenário geopolítico complexo. O chamado "acordo do século", firmado entre Israel e Palestina com o objetivo de promover a paz no Oriente Médio, nunca foi rigorosamente implementado. Trump, ao receber a proposta de Benjamin Netanyahu e Mohammed bin Zayed Al Nahyan para a formalização do acordo, ofereceu maior soberania em relação ao seu aliado Israel, fortalecendo ainda mais as desavenças territoriais e contribuindo para a propagação de heranças religiosas em relação à Palestina.

Em maio de 2021, Israel iniciou ações de remoção forçada de palestinos em Jerusalém, o que gerou respostas militares e graves violações dos direitos humanos, todas diretamente vinculadas ao governo israelense. Em contrapartida, o objetivo declarado era proporcionar um cenário mais diplomático no território, fortalecendo as alianças entre Israel e os Emirados Árabes. Para Trump, essas ações consolidavam sua estratégia de manutenção de aliados e parceiros estratégicos. Contudo, o presidente da Palestina anunciou o rompimento de sua relação com os Estados Unidos e Israel após essas medidas.

Segundo Byman e Moller (2016), "os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio podem ser divididos em cinco áreas: garantir o livre fluxo de petróleo; prevenir a proliferação nuclear; combater o terrorismo; manter a segurança de Israel; e promover a democratização." Essa disputa, que assumiu um caráter colonial, fez do Brasil um refúgio para comunidades árabes e judaicas. Durante o conflito, o governo brasileiro adotou uma postura equilibrada, condenando a violência e respeitando a autodeterminação dos povos,

ao mesmo tempo em que expressava preocupação com a situação humanitária dos palestinos.

Consequentemente, as mídias brasileiras desempenharam um papel relevante ao fomentar uma visão crítica sobre a polarização desse conflito. A pressão social, somada à responsabilidade diplomática, evidencia como as decisões políticas internas podem ser influenciadas por dinâmicas internacionais. Além disso, as mudanças na política externa dos EUA, especialmente entre administrações, impactam o comércio internacional, as alianças entre nações e as exportações brasileiras, exigindo do Brasil adaptações comerciais e diplomáticas para enfrentar as dinâmicas globais.

Possíveis realinhamentos na presença militar americana na região

"Tudo na guerra é muito simples, mas a coisa mais simples é difícil. As dificuldades se acumulam e produzem uma fricção, que ninguém pode imaginar exatamente quem não viu a guerra" (CLAUSEWITZ, 1832). O domínio norte-americano no tabuleiro oriental é evidenciado em diversos ataques de Israel a pequenos países árabes (BRZEZINSKI, 1997). Clausewitz fundou o conceito de "fricção" na guerra, descrevendo como os planos e operações militares são constantemente desafiados por imprevistos e pela realidade caótica do campo de batalha. Essa imprevisibilidade impede que a guerra seja uma ciência exata, destacando a habilidade dos comandantes em lidar com essas instabilidades como fator vital para o sucesso, algo refletido na aliança estratégica entre os EUA e Israel.

A crescente disputa entre potências globais pela influência na Rota da Seda tem intensificado as pressões geopolíticas, especialmente no Oriente Médio. A parceria entre os governos israelense e estadunidense fortalece a presença militar americana na região, reforçando os interesses estratégicos de ambos os países pelo território e impactando diretamente o equilíbrio de poder local e global. Sob a ótica da interdependência complexa proposta por Robert Keohane e Joseph Nye, a interconexão entre questões econômicas, políticas e de segurança torna difícil isolar o impacto de um único fator. Assim, a presença militar dos Estados Unidos, em colaboração com Israel, não se limita à garantia de segurança e estabilidade na região; ela também influencia fluxos econômicos, acordos comerciais e dinâmicas diplomáticas com outros países, incluindo o Brasil, que é diretamente afetado por essas interações globais.

A diferença na postura dos Estados Unidos e do Brasil em relação às publicações e notícias sobre Israel reflete divergências nas políticas externas e nos interesses geopolíticos específicos de cada país. Enquanto a mídia norte-americana frequentemente adota uma postura que justifica as ações de Israel, incluindo possíveis violações de direitos humanos, a mídia brasileira tende a ser mais crítica, principalmente em contextos de escalada de violência em territórios palestinos. Essa postura crítica reflete a tradição diplomática brasileira de defesa do multilateralismo, dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos. Enquanto a mídia estadunidense prioriza os interesses estratégicos de Israel, a brasileira enfatiza questões humanitárias e os impactos do conflito na paz regional.

Além disso, a expansão da extrema direita no Brasil e o aumento de discursos nacionalistas e autoritários têm repercussões na diplomacia cultural e na percepção do país no cenário internacional. O ambiente político doméstico, marcado por tensões internas e ataques à democracia, reflete-se nas relações internacionais do Brasil, desafiando sua postura tradicionalmente multilateral e pacifista.

A eleição presidencial dos EUA de 2024 desempenhou um papel crucial na definição da política externa e da segurança nacional. O governo Biden enfrentou críticas por sua abordagem em relação a Israel e Palestina, buscando equilibrar o apoio a Israel com a necessidade de atender às preocupações humanitárias em Gaza e à crescente insatisfação entre eleitores árabes-americanos⁶². Este grupo, embora pequeno, tem pressionado por maior atenção às questões palestinas, especialmente no contexto do conflito em curso na Faixa de Gaza.

Por outro lado, a vitória de Donald Trump trouxe expectativas variadas para o Oriente Médio. Para parceiros tradicionais, como Israel e Egito, o retorno do republicano oferece uma oportunidade de consolidar interesses estratégicos e fortalecer a cooperação bilateral. Durante seu primeiro mandato, Trump reconheceu Jerusalém como capital de Israel, mediou os Acordos de Abraão e buscou normalizar relações entre Israel e outros países árabes, como a Arábia Saudita⁶³. Contudo, sua política de "cheque em branco" para

⁶²ALJAZEERA. Will escalating violence in the Middle East affect the US elections?: Arab voters have expressed frustration with Vice President Kamala Harris's continued support for Israel's war in Gaza. [S. l.], 12 out. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/10/12/will-escalating-violence-in-the-middle-east-affect-the-us-elections>.

⁶³DW. Middle East looks ahead to return of 'dealmaker' Trump: In his second term as US president, will Donald Trump's policies achieve peace in the Middle East, or just support America's long-term allies?. [S. l.], 11 ago. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/middle-east-looks-ahead-to-return-of-dealmaker-trump/a-70725680>.

Benjamin Netanyahu pode agravar conflitos com o Irã e grupos como o Hamas, especialmente diante de medidas mais rígidas relacionadas aos assentamentos israelenses na Cisjordânia.⁶⁴

Enquanto aliados próximos, como Israel e os Estados do Golfo, podem sentir-se encorajados a adotar posturas mais assertivas sob a liderança republicana, inimigos como o Irã observam atentamente. O Irã, em particular, provavelmente responderá ao aumento militar dos EUA na região aumentando suas atividades regionais de forma confrontacional.⁶⁵ Durante o primeiro mandato de Trump, as sanções econômicas dos EUA decorrentes da retirada do acordo nuclear com o Irã (JCPOA) foram reforçadas⁶⁶. A continuidade dessa abordagem pode levar a novas áreas de conflito direto ou indireto, especialmente em locais estratégicos como o Estreito de Ormuz.

A presença de forças dos EUA no Oriente Médio justifica-se pela necessidade de prevenir ameaças como o terrorismo e a influência regional iraniana. As eleições e a transição de governo influenciam diretamente a percepção dessas ameaças e, consequentemente, as estratégias adotadas. Um regime que vê o Irã como uma ameaça primária pode optar por aumentar a força militar, enquanto abordagens diplomáticas, como as usadas nos primeiros anos da administração Biden, podem resultar em redução de tensões regionais, como a guerra em Gaza e a ascensão do Hezbollah. A ausência de uma estratégia forte poderia criar um vácuo de poder explorado por atores independentes, como o Hamas e outros grupos armados⁶⁷. Além disso, a dinâmica de poder entre Israel e os estados árabes apoiados pelos Estados Unidos impacta diretamente o progresso ou retrocessos nos Acordos de Abraão.

A abordagem americana à paz e à segurança no Oriente Médio terá um impacto significativo na estabilidade regional. Uma política que priorize o diálogo diplomático e

⁶⁴THE GUARDIAN. Trump will give Israel 'blank check' which may mean all-out war with Iran, says ex-CIA chief: Leon Panetta says he also expects US president-elect to favor letting Russia retain control of areas of Ukraine. [S. l.], 7 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2024/nov/07/trump-blank-check-netanyahu-war-iran-panetta>.

⁶⁵THE GUARDIAN. Netanyahu says he held 'friendly' talks with Trump over Syria and Gaza hostages: Israeli PM spoke of 'warm' discussion with US president-elect amid pressure from Trump camp for progress on hostage releases. [S. l.], 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/dec/16/benjamin-netanyahu-donald-trump-talks-israel-war-syria-gaza-hostages>.

⁶⁶FINANCIAL TIMES. Iran keeps door open to talks with Donald Trump. [S. l.], 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/cae38b0b-60d0-4952-ade5-a827cd0f4c90>.

⁶⁷THE GUARDIAN. Trump's Middle East envoy visits Netanyahu in push for Gaza ceasefire: Steve Witkoff meets Israeli PM in renewed efforts to secure hostage release deal with Hamas. [S. l.], 11 jan. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jan/11/white-house-working-on-hostage-release-deal-between-hamas-and-israel-says-cia-director>.

a mediação pode facilitar negociações de paz significativas, enquanto uma postura mais militarista, especialmente sob o regime republicano, pode intensificar as tensões.

Por fim, a reeleição de Donald Trump e o fortalecimento de Benjamin Netanyahu mostram uma possível intensificação de conflitos, como o de Gaza, mas também criam oportunidades limitadas para avanços diplomáticos. Certamente, a expansão dos Acordos de Abraão é possível, desde que as relações entre Israel e países árabes, como a Arábia Saudita, permaneçam estáveis⁶⁸. O principal desafio, no entanto, continua sendo encontrar um equilíbrio entre os interesses estratégicos dos Estados Unidos e a necessidade de promover estabilidade regional, além de responder às crescentes demandas por justiça e direitos humanos no contexto palestino.

Desdobramentos regionais

As notícias e acontecimentos recentes no Oriente Médio destacam um cenário político particularmente turbulento e desafiador, caracterizado por divergências históricas, conflitos armados e mudanças no cenário regional e global. O recente ataque de Israel a Gaza agravou a crise humanitária na região, causando pesadas baixas civis e militares, com estimativas indicando aproximadamente 46.000 mortos⁶⁹. Essa situação deplorável gerou indignação em nível global, desencadeando protestos em massa, especialmente entre comunidades árabes e muçulmanas. A crise dividiu a comunidade internacional, com reações que variaram de fortes condenações às ações de Israel a garantias de apoio, particularmente de aliados ocidentais, como os Estados Unidos⁷⁰.

A administração Biden tentou equilibrar seu apoio histórico a Israel com crescentes preocupações humanitárias em Gaza, enfrentando críticas por sua incapacidade de obter concessões políticas significativas de Israel, o que enfraqueceu sua

⁶⁸DW. Middle East looks ahead to return of 'dealmaker' Trump: In his second term as US president, will Donald Trump's policies achieve peace in the Middle East, or just support America's long-term allies?. [S. l.], 11 ago. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/middle-east-looks-ahead-to-return-of-dealmaker-trump/a-70725680>.

⁶⁹LE MONDE. Middle East war: 'Biden was unable to avoid escalation. He supplied Israel's weapons without anything in return': Over the past year, the US president has never let down Israel. However, he has never obtained anything in return, and has failed to turn his anger into action, writes Le Monde columnist Alain Frachon. [S. l.], 10 out. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/10/10/war-in-the-middle-east-biden-was-unable-or-unwilling-to-avoid-escalation_6728915_23.html.

⁷⁰ALJAZEERA. Will escalating violence in the Middle East affect the US elections?: Arab voters have expressed frustration with Vice President Kamala Harris's continued support for Israel's war in Gaza. [S. l.], 12 out. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/10/12/will-escalating-violence-in-the-middle-east-affect-the-us-elections>.

posição como mediador no Oriente Médio⁷¹. Com a mudança para a administração Trump, as tensões regionais foram reacendidas, já que a nova gestão adotou abordagens amplamente alinhadas aos interesses israelenses. A nomeação de figuras pró-Israel para cargos estratégicos e a remoção de políticas que desencorajavam a expansão de assentamentos na Cisjordânia podem intensificar as tensões com os palestinos e aprofundar o conflito na região^{72,73}.

Além disso, o papel do Irã continua a ser um elemento chave no equilíbrio de poder regional. O país apoia grupos como Hamas e Hezbollah, utilizando a instabilidade como uma oportunidade estratégica para ampliar sua influência. A escalada do conflito em Gaza oferece ao Irã a chance de fortalecer sua posição como contrapeso à aliança EUA-Israel⁷⁴, especialmente se a ação militar israelense resultar em perda de poder ou intensificação da violência. Adicionalmente, as crescentes tensões entre os Estados Unidos e o Irã levantaram preocupações em torno de áreas estratégicas como o Estreito de Ormuz, vital para os mercados globais de petróleo⁷⁵.

Os desdobramentos em Gaza também repercutem diretamente nas relações entre Israel e os países árabes signatários dos Acordos de Abraão. Embora os acordos representem uma grande conquista diplomática, uma escalada do conflito pode desencadear agitação civil nos países signatários⁷⁶, cujas populações enfrentam pressão crescente para reavaliar suas relações com Israel. A Autoridade Palestina, em particular,

⁷¹LE MONDE. Middle East war: 'Biden was unable to avoid escalation. He supplied Israel's weapons without anything in return': Over the past year, the US president has never let down Israel. However, he has never obtained anything in return, and has failed to turn his anger into action, writes Le Monde columnist Alain Frachon. [S. l.], 10 out. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/10/10/war-in-the-middle-east-biden-was-unable-or-unwilling-to-avoid-escalation_6728915_23.html.

⁷²THE GUARDIAN. Trump will give Israel 'blank check' which may mean all-out war with Iran, says ex-CIA chief: Leon Panetta says he also expects US president-elect to favor letting Russia retain control of areas of Ukraine. [S. l.], 7 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2024/nov/07/trump-blank-check-netanyahu-war-iran-panetta>.

⁷³BBC. Israeli settlers in West Bank see Trump win as chance to go further. [S. l.], 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cvpgpgj8kzwo>.

⁷⁴THE GUARDIAN. Netanyahu says he held 'friendly' talks with Trump over Syria and Gaza hostages: Israeli PM spoke of 'warm' discussion with US president-elect amid pressure from Trump camp for progress on hostage releases. [S. l.], 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/dec/16/benjamin-netanyahu-donald-trump-talks-israel-war-syria-gaza-hostages>.

⁷⁵FINANCIAL TIMES. Iran keeps door open to talks with Donald Trump. [S. l.], 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/cae38b0b-60d0-4952-ade5-a827cd0f4c90>.

⁷⁶DW. Middle East looks ahead to return of 'dealmaker' Trump: In his second term as US president, will Donald Trump's policies achieve peace in the Middle East, or just support America's long-term allies?. [S. l.], 11 ago. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/middle-east-looks-ahead-to-return-of-dealmaker-trump/a-70725680>.

expressou preocupação sobre a possibilidade de exclusão dos planos futuros de gestão da Faixa de Gaza, o que dificultaria os esforços de reconciliação nacional palestina⁷⁷.

No âmbito econômico, a situação em Gaza é crítica. A infraestrutura regional foi gravemente danificada, deixando milhões de pessoas sem acesso a comida, água e serviços essenciais⁷⁸. Crises humanitárias prolongadas aumentam o risco de radicalização e violência, dificultando ainda mais iniciativas de paz. Medidas comerciais dos EUA, como tarifas adicionais, podem agravar as condições econômicas, provocar retaliações e interromper cadeias de suprimentos globais⁷⁹. Isso potencialmente aumentaria as tensões sociais e políticas em países que dependem economicamente do comércio com os Estados Unidos.

O cenário atual do Oriente Médio ilustra a interconexão entre crises humanitárias, conflitos armados e interesses estratégicos de atores regionais e globais. O governo Trump, particularmente em sua postura pró-Israel, enfrenta o desafio de equilibrar interesses estratégicos com as exigências da comunidade internacional, que condena veementemente as ações nos territórios palestinos⁸⁰.

A busca pela paz e uma solução duradoura na região exige comprometimento renovado de todas as partes envolvidas, incluindo esforços políticos sólidos e maior atenção às necessidades humanitárias do povo de Gaza. A situação permanece altamente instável e carregada de potencial para rápida evolução. A combinação de conflitos armados, alianças instáveis e crises econômicas faz do Oriente Médio um epicentro de crises com implicações globais, exigindo uma resposta sistemática e coordenada da comunidade internacional.

⁷⁷MIDDLE EAST EYE. Palestinian Authority fears being sidelined in Gaza by Trump and UAE: PA's Jenin offensive is driven by fear that Trump will be drawn to a plan floated by UAE to install a different ruling elite. [S. l.], 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/palestinian-authority-fears-being-sidelined-gaza-trump-and-uae>.

⁷⁸THE GUARDIAN. Trump's Middle East envoy visits Netanyahu in push for Gaza ceasefire: Steve Witkoff meets Israeli PM in renewed efforts to secure hostage release deal with Hamas. [S. l.], 11 jan. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jan/11/white-house-working-on-hostage-release-deal-between-hamas-and-israel-says-cia-director>.

⁷⁹AGBI. Trump tariffs: Middle East braces for pain after gain. [S. l.], 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.agbi.com/trade/2025/01/trump-tariffs-middle-east-braces-for-pain-after-gain/>.

⁸⁰THE GUARDIAN. Trump will give Israel 'blank check' which may mean all-out war with Iran, says ex-CIA chief: Leon Panetta says he also expects US president-elect to favor letting Russia retain control of areas of Ukraine. [S. l.], 7 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2024/nov/07/trump-blank-check-netanyahu-war-iran-panetta>.

Conjuntura e Cenários Futuros

O Oriente Médio continua sendo um epicentro de desafios geopolíticos e econômicos globais. As tensões persistentes entre Israel e Palestina, o papel estratégico do Irã e a influência das potências internacionais moldam os rumos da região. A postura assertiva e pró-Israel da administração Trump, já evidenciada em seus anúncios e nomeações recentes, molda as perspectivas regionais e gera impactos indiretos em países como o Brasil, tanto em sua política externa quanto em questões econômicas e sociais.⁸¹ Com base nas notícias mais recentes, apresentamos uma análise aprofundada de três possíveis cenários futuros para o Oriente Médio e seus impactos no Brasil.

Cenário positivo: Um cessar-fogo duradouro em Gaza, somado a avanços nas negociações de paz entre Israel e Palestina, poderia criar um ambiente de maior estabilidade na região e pavimentar o caminho para a criação do Estado Palestino. A normalização das relações entre Israel e países árabes como a Arábia Saudita continua sendo uma prioridade declarada por Trump, reforçando sua visão de “grande mediador” na região.⁸² As negociações mediadas por Catar, Egito e Estados Unidos têm mostrado que a diplomacia ainda pode ser uma ferramenta eficaz, especialmente se fortalecidas por potências globais.

Com a estabilização do Oriente Médio, o Brasil poderia expandir suas exportações para a região, especialmente em setores como agronegócio e energia. A normalização das relações poderia abrir portas para investimentos e parcerias comerciais. O Brasil, com sua postura historicamente neutra e de promoção ao diálogo, poderia se posicionar como um mediador em fóruns internacionais, ganhando relevância geopolítica.

Cenário negativo: A persistência dos conflitos em Gaza e a intensificação das tensões entre Israel e Irã poderiam gerar instabilidade prolongada. As ações israelenses na Cisjordânia, como a expansão de assentamentos, incentivada pela administração Trump, e as retaliações de grupos como Hamas e Hezbollah seriam catalisadores para o agravamento da violência.⁸³ Além disso, a administração Trump, com sua postura pró-

⁸¹BBC. Trump's pick of Huckabee and Witkoff a clue to Middle East policy. [S. l.], 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c0endd8qj01o>.

⁸²DW. Middle East looks ahead to return of 'dealmaker' Trump: In his second term as US president, will Donald Trump's policies achieve peace in the Middle East, or just support America's long-term allies?. [S. l.], 11 ago. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/middle-east-looks-ahead-to-return-of-dealmaker-trump/a-70725680>.

⁸³BBC. Israeli settlers in West Bank see Trump win as chance to go further. [S. l.], 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cvpgpj8kzwo>.

Israel e alinhada aos interesses de Benjamin Netanyahu, tende a exacerbar a polarização regional.

A instabilidade poderia resultar em um aumento do fluxo de refugiados e imigrantes do Oriente Médio para o Brasil, gerando desafios sociais e econômicos, além de exigir políticas de acolhimento e integração. Tais instabilidades poderiam elevar os preços do petróleo, aumentando o custo de importações e pressionando a inflação brasileira. A incerteza política e econômica na região poderia impactar os mercados globais, afetando as exportações brasileiras e a economia nacional, especialmente em setores dependentes de commodities.⁸⁴ A postura pró-Israel da administração Trump pode dificultar a posição do Brasil em fóruns internacionais, forçando o país a equilibrar interesses econômicos e relações multilaterais.

Worst case: Um conflito em larga escala envolvendo Israel, Hamas, Hezbollah e possivelmente o Irã, incentivado por uma abordagem agressiva da administração Trump, poderia desencadear uma guerra regional, com consequências devastadoras para a população civil e a infraestrutura. Notícias recentes sugerem que a intensificação das hostilidades já está em curso, com ameaças de Israel contra o Irã e ataques contínuos em Gaza.⁸⁵ A retórica de Trump, que frequentemente sugere ações militares severas em caso de ataques a Israel, poderia escalar tensões com o Irã e outras potências regionais.⁸⁶ A intensificação da violência resultaria em uma crise humanitária sem precedentes, com milhões de deslocados e uma deterioração das condições de vida.

A interrupção do tráfego no Estreito de Ormuz poderia disparar os preços globais do petróleo, gerando uma crise energética global.⁸⁷ O Brasil, dependente de combustíveis fósseis importados, sofreria com custos elevados e desabastecimento. Uma crise regional pode afetar os mercados globais, diminuindo a demanda por commodities exportadas pelo Brasil. O aumento da radicalização e do terrorismo poderia ter repercussões na segurança

⁸⁴AGBI. Trump tariffs: Middle East braces for pain after gain. [S. l.], 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.agbi.com/trade/2025/01/trump-tariffs-middle-east-braces-for-pain-after-gain/>.

⁸⁵REUTERS. Trump's Middle East envoy meets Netanyahu on Saturday amid ceasefire push. [S. l.], 11 jan. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/trumps-mideast-envoy-meet-netanyahu-saturday-israeli-official-says-2025-01-11/>.

⁸⁶ALJAZEERA. 'Hell will break out': Trump hints at military moves in Mideast, Americas: Trump does not rule out US military force to retake Panama Canal while doubling down on Gaza threats in broad-ranging news conference. [S. l.], 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/1/7/hell-will-break-loose-trump-hints-at-military-moves-in-mideast-americas>.

⁸⁷FINANCIAL TIMES. Iran keeps door open to talks with Donald Trump. [S. l.], 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/cae38b0b-60d0-4952-ade5-a827cd0f4c90>.

interna do Brasil, exigindo uma resposta mais robusta das autoridades para lidar com possíveis ameaças. O Brasil, como membro do BRICS e com uma política externa que busca o diálogo, poderia enfrentar pressões para tomar posições mais firmes em relação aos conflitos, o que poderia gerar divisões internas e tensões diplomáticas.

EUA e China: Reconfigurações Geopolíticas e Impactos Econômicos

Amanda de Oliveira

Pedro David Ferreira dos Santos

Analisar as motivações de primeira ordem na configuração da política doméstica e externa dos Estados Unidos da América e da República Popular da China, deverá condicionar o público leitor desta análise a projetar possibilidades “*worst-case scenarios*”⁸⁸ quando observado o fluxo de acontecimentos entregues pelos distintos veículos de informação nos meses que antecedem e sucedem as eleições americanas. Ainda que as projeções que considerem desfechos adversos e extremos estejam relacionadas a casos particulares, vê-se que os “*speech acts*”⁸⁹ caracterizam as reações concretas capazes de moldar comportamentos no sistema internacional. A intenção nessa sessão, não vincula-se a compreender as nuances de como se origina a disputa comercial travada a partir de 2018 por ambos os países, mas dentro desse contexto, conseguir entregar “*Most-likely scenarios*”⁹⁰ direcionados pelos fatos até a ascensão ao cargo em 20 de janeiro de 2025.

Para Santos (2021), no seu trabalho de conclusão de curso sobre as “Relações EUA-China: tensões e interdependência econômica (2015-2021)”⁹¹, pôde-se observar ao longo do período dos anos 1960 a 1990, fatores econômicos e estratégicos que motivaram a aproximação da China e EUA, que não versava apenas no comércio exterior entre eles, mas com um saldo positivo para a China em concorrência com outros Estados na competição pelo mercado de importação norte-americano. O autor ainda coloca que os Estados Unidos, mesmo o buscando como parceiro na Ásia, tinha como principal preocupação barrar o crescimento soviético. (Santos, 2021, p. 11) lembra que os EUA tinham como prioridade a manutenção da sua hegemonia no cenário internacional pós-Guerra Fria, enquanto a China mantinha foco exclusivo na sua política de exportação e

⁸⁸ Em sua tradução “cenários de pior caso”, são projeções que contemplam riscos extremos de serem concretizados em uma determinada questão de ordem política, social, econômica.

⁸⁹ Em sua tradução “atos de fala”, são declarações que não apenas surgem como meio de comunicação, mas uma ação estratégica por parte de um ou mais atores envolvidos.

⁹⁰ Em sua tradução “cenários mais prováveis”, enfatizam a maior probabilidade de uma ação ocorrer.

⁹¹ SANTOS, Jônatas Amaral dos. Relações EUA x China: tensões e interdependência econômica (2015-2021). 2021. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3022/1/2022_arti_jonatassantos.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

busca por investimentos externos, o que gerou resultados em sua economia ao longo dos anos.

José Parejo em um dos seus comentários na Fide⁹² -think-tank jurídico-econômico da Espanha-, discorre que foi na comemoração do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, que Xi Jinping proferiu que a China deveria se levantar mais forte econômica e tecnologicamente até 2035. O 5G seria, portanto, uma rede de comunicação que representaria a primeira Revolução Industrial não promovida pelo Ocidente. Para Parejo (2020), a Casa Branca incitaria uma guerra econômica por não querer conflitos militares diretos, ao mesmo tempo que a China constantemente multiplicaria seu arsenal militar até 2049. Ter a nação chinesa quanto os Estados Unidos indispensáveis para o desenvolvimento econômico da Ásia Oriental, deu ao conflito entre estes um impacto significativo no que se refere a Divisão Internacional do Trabalho⁹³, observando que a produção passou por uma grande transformação devido à imposição de altas tarifas entre os EUA, o maior mercado consumidor, e a China a maior base de produção⁹⁴.

As relações EUA e China se firmam durante o segundo governo Bill Clinton, mas Hillary Clinton observa o país asiático como gigante econômico no governo Obama (Santos, 2021, p. 17). Foi durante o governo Trump que se tarifaram em bilhões as exportações chinesas, ainda que as negociações comerciais e um acordo de primeiro estágio em 2020, reduziram parcialmente as tarifas. As motivações para a chamada guerra comercial são várias, mas a gestão Trump de 2017-2021, apontando as práticas comerciais injustas por parte da China com a transferência forçada de tecnologia e possível espionagem industrial, deixa evidente a sua política de “America First”⁹⁵. Já a gestão Biden, apesar de dar continuidade à última gestão, restringe o acesso da China a tecnologias críticas, através de sanções e controles de exportação. Apesar disso, foi perceptível o diálogo em temas também críticos, como as mudanças climáticas.

Nessa ótica, desde a guerra comercial, a China se tornou o maior destino de exportação para todos os países e regiões do Leste Asiático, exceto o Vietnã. Santos (2021) nas suas considerações finais ainda constroi que apesar da gestão Biden não ter os

⁹² FIDE. La guerra comercial entre los Estados Unidos y China. Disponível em: <https://thinkfide.com/pt/la-guerra-comercial-entre-los-estados-unidos-y-china/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁹³ LE GRAND CONTINENT. China contra Estados Unidos: el frente oriental de la guerra (primera parte): el comercio. 2023. Disponível em: <https://legrandcontinent.eu/es/2023/09/27/china-contra-estados-unidos-el-frente-oriental-de-la-guerra-primera-parte-el-comercio/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁹⁴ LE GRAND CONTINENT. Op. cit.

⁹⁵ Em sua tradução “América em primeiro”.

discursos inflamados de Trump, não se viu interesses em retirar as principais sanções outrora desenhadas. O tempo passou, mas a vitória de Trump nas urnas no segundo semestre de 2024, destacou uma das suas características principais comentadas anteriormente; a performance radical. Conforme analisado pelo portal G1⁹⁶, ainda na administração de Joe Biden, foi anunciado em junho de 2024 um pacote de aumento de tarifas sobre os produtos chineses ligados a tecnologia, como baterias e principalmente semicondutores. Seria perceptível, entretanto, riscos inaceitáveis à segurança econômica, dada às práticas injustas de concorrência que deixavam os produtos chineses mais acessíveis⁹⁷.

Ao passo que as relações de comércio entre os EUA e China são deficitárias para os americanos há décadas, para David Shepardson e David Lawder⁹⁸, em matéria publicada no mês de junho de 2024, o presidente norte-americano Joe Biden manteria as tarifas estabelecidas pelo republicano Donald Trump enquanto aumentaria quadruplicando e duplicando as taxas de importação de veículos elétricos e semicondutores chineses. Levando em consideração a tentativa de proteger os empregos da temida inundação de importações chinesas baratas.⁹⁹ O portal “Le Monde,” em setembro de 2024, analisando os variados discursos de Trump, traz uma de suas advertências sobre os impostos de 200% aos produtos da John Deere -empresa americana-, em caso de que esta fabricasse fora do país, ao mesmo tempo em que proferiu o mesmo discurso a fabricantes que pretendiam produzir no México. A visão nesse íterim, seria evitar prejudicar agricultores e a indústria americana¹⁰⁰.

Durante sua campanha, além da promessa de aumentar as barreiras tarifárias, o candidato e próximo presidente dos Estados Unidos, declara que os países com grandes superávits comerciais, como China e Alemanha, seriam "protecionistas", enquanto os

⁹⁶ G1. EUA aumenta tarifas contra produtos da China. 14 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/05/14/eua-aumenta-tarifas-contra-produtos-da-china.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ CNN Brasil. EUA aumentos de tarifas sobre importações chinesas começarão em 1º de agosto. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/eua-aumentos-de-tarifas-sobre-importacoes-chinesas-comecarao-em-1o-de-agosto/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

⁹⁹ CNN Brasil. Op. cit.

¹⁰⁰ LE MONDE. Donald Trump promete la guerre commerciale aux entreprises qui ne produisent pas aux États-Unis. 25 set. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/economie/article/2024/09/25/donald-trump-promet-la-guerre-commerciale-aux-entreprises-qui-ne-produisent-pas-aux-etats-unis_6332570_3234.html. Acesso em: 11 jan. 2025.

Estados Unidos, com déficits crônicos, as "vítimas"¹⁰¹. Assim, colocando 10% sobre importações globais, 60% sobre produtos chineses e 25% sobre produtos do Canadá e México, essas medidas poderiam afetar os fluxos comerciais, aumentar custos e gerar retaliações.¹⁰² É observável que o candidato defende uma política de reciprocidade de tarifas, em que os EUA respondem a aumentos tarifários de outros países com aumentos próprios.¹⁰³ Para a BBC News Brasil¹⁰⁴, os ministros das finanças do G7, grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo, tentaram lembrar aos Estados Unidos a necessidade de ter aliados na economia mundial, pois a ideia não seria iniciar uma guerra comercial.

As ações reativas por parte de Pequim às estratégias de Trump se iniciam quando é anunciado restrições às exportações para os Estados Unidos de componentes essenciais para a fabricação de semicondutores, como gálio, antimônio, germânio e grafite. Essas medidas comentadas pela Folha de São Paulo,¹⁰⁵ são uma resposta a ações semelhantes tomadas pelos EUA contra empresas chinesas no setor de semicondutores. Para o país asiático, as restrições são postas como uma forma de proteger a segurança nacional e cumprir obrigações internacionais de não proliferação, exigindo licenças para exportações desses materiais e proibindo exportações com fins militares¹⁰⁶. A existência de um fundo estatal de US\$47,5 bilhões para semicondutores, visando reforçar sua posição como líder em tecnologia, comprova as rápidas alternativas às respostas americanas. Ainda partindo da terceira rodada de restrições do governo Biden, as novas regras incluem limitações na venda de chips de memória de alta transmissão de dados, essenciais para IA generativa, além de controles sobre software e tecnologia.¹⁰⁷

¹⁰¹ LE MONDE. Com Donald Trump, o risco de multiplicação das guerras comerciais. 6 nov. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2024/11/06/avec-donald-trump-le-risque-d-une-multiplication-des-guerres-commerciales_6380318_3210.html. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁰² CNN Brasil. Mercados globais já precificam riscos de tarifas prometidas por Trump. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/mercados-globais-ja-precificam-riscos-de-tarifas-prometidas-por-trump/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁰³ CNN Brasil. Op. cit.

¹⁰⁴ BBC News Brasil. Vitória de Trump pode ser gatilho de guerra comercial global? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz6jgqv7jo>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁰⁵ FOLHA DE S.PAULO. China rebate EUA e restringe exportações de peças cruciais para semicondutores. 12 dez. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/china-rebate-eua-e-restringe-exportacoes-de-pecas-cruciais-para-semicondutores.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁰⁶ FOLHA DE S. PAULO. Op. cit.

¹⁰⁷ CNN Brasil. China critica último esforço dos EUA para bloquear acesso à tecnologia de chips. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-critica-ultimo-esforco-dos-eua-para-bloquear-acesso-a-tecnologia-de-chips/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

O líder chinês Xi Jinping, alertou que uma guerra comercial com os Estados Unidos não teria vencedores¹⁰⁸. Nesse sentido, cada vez que fique nítido a “Trade War¹⁰⁹”, ocorrem ainda mais incertezas no mercado das commodities agrícolas, como a soja. A guerra comercial, que já afeta o mercado de soja desde novembro de 2024, poderia ter consequências como a redução dos preços e a diminuição da área cultivada nos EUA. Diante disso, se torna visível a China podendo aplicar tarifas de até 25% sobre grãos e oleaginosas dos EUA, aumentando, assim, a demanda por soja brasileira¹¹⁰. Isadora Duarte¹¹¹, comenta que o retorno de Donald Trump à presidência dos EUA em 2025 poderia intensificar a concorrência no agronegócio entre Brasil e Estados Unidos. Trump, portanto, mesmo ciente do impacto nos preços dos consumidores americanos no que se diz respeito às tarifas e medidas protecionistas, esclarece que essas ações seriam importantes para proteger empregos, enquanto para a China, consolidar sua influência global investindo em infraestrutura em várias regiões, além de se afastar da imagem de um “eixo de poder” com Rússia, Irã e Coreia do Norte, a convertirá ainda mais em uma liderança global independente dos EUA.

Segundo Junckes (2022), observando que a disputa entre as duas potências não seria apenas comercial, mas de manutenção da influência regional, o comércio como uma forte arma levaria os países que necessitam de um determinado produto a submeter suas vontades políticas.¹¹² Interpretando a corrida tecnológica como disputa global pela inovação e domínio de novas fronteiras, a BBC News Brasil¹¹³, em matéria sobre o colapso tecnológico ocasionado pelos sistemas Microsoft no mês de julho de 2024, aponta que a China foi poupada pelo baixo uso do software da CrowdStrike, já que empresas como Alibaba, Tencent e Huawei dominam o setor de tecnologia no país. A matéria ainda

¹⁰⁸ GAÚCHA ZH. Presidente chinês diz que guerra comercial com EUA não terá vencedores. 12 dez. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2024/12/presidente-chines-diz-que-guerra-comercial-com-eua-nao-tera-vencedores-cm4i98hb1007n01celyg1221q.html>.

¹⁰⁹ Em sua tradução “Guerra Comercial”.

¹¹⁰ TRADINGVIEW. Notícias agrícolas. Disponível em: <https://br.tradingview.com/news/noticiasagricolas:c3ae514d3bc81:0/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹¹¹ BROADCAST. Trump deve acirrar disputa entre Brasil e EUA no agronegócio. Disponível em: <https://www.broadcast.com.br/news/trump-deve-acirrar-disputa-entre-brasil-e-eua-no-agronegocio/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹¹² JUNCKES, Ana. Análise da guerra comercial com a China no governo Trump sob a ótica do realismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235109/TCC_Ana_Junckes_assinado%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹¹³ BBC NEWS BRASIL. Como a China conseguiu evitar o pior do colapso tecnológico global. BBC News Brasil, 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjl6dx7yrkno>. Acesso em: 12 jan. 2025.

adiciona que a estratégia chinesa de substituir sistemas de TI estrangeiros por nacionais, parte de uma política de segurança nacional, apesar de em paralelo países ocidentais imponham restrições à tecnologia chinesa, como os banimentos da Huawei e do TikTok¹¹⁴.

Pedro Gil e Diogo Schelp em comentário para o portal “Veja” sobre como a disputa em campos como o dos chips deixou de ser apenas um protecionismo comercial e se tornou um elemento central no enfrentamento das duas potências,¹¹⁵ aponta que vai ser desde 2019, que as empresas chinesas como a Huawei enfrentam restrições para fazer negócios com companhias americanas, e que a disputa tecnológica entre Estados Unidos e China intensificou-se nos últimos anos, especialmente no setor de microprocessadores, essencialmente para equipamentos militares, inteligência artificial e telecomunicações. Como descrito pelo “Le Monde”, em 2023 a Huawei apresentou o Kirin 9000s, chip 100% desenvolvido e fabricado na China, superando os desafios das sanções. A empresa de tecnologia expandiu para outros setores, como objetos conectados, software industrial, energias renováveis e automação de fábricas. Nesse sentido, a Huawei simboliza a resiliência da China na batalha tecnológica com os EUA, diversificando-se e investindo massivamente em inovação para superar restrições e consolidar sua posição global.¹¹⁶

Dadas as restrições feitas, a priori, pela administração Biden, as ações explicam a tentativa de conter o avanço tecnológico e militar da China, garantindo que recursos e expertise americanos não sejam usados para fortalecer potenciais adversários.¹¹⁷ O portal “Wired” -especialista em conteúdos de segurança cibernética-, alertou como a política de segurança poderia mudar com o novo presidente dos Estados Unidos, afirmando que a administração Biden implementou regulamentações rigorosas para empresas de tecnologia, infraestrutura crítica e combate à desinformação, enquanto Trump poderá ter uma tendência em reverter essas políticas, eliminando ou reduzindo as regulamentações cibernéticas, dentro de uma abordagem mais voltada para os interesses comerciais e a

¹¹⁴ BBC NEWS BRASIL. Op. cit.

¹¹⁵ VEJA. A guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Veja, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-guerra-fria-tecnologica-entre-estados-unidos-e-china>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹¹⁶ LE MONDE. Huawei : l'innovation au service de la nation chinoise. Le Monde, 4 out. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/economie/article/2024/10/04/huawei-l-innovation-au-service-de-la-nation-chinoise_6343601_3234.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹¹⁷ IT FORUM 365. EUA impõem restrições a investimentos em tecnologia na China. IT Forum 365, 30 out. 2024. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/eua-restricoes-investimentos-tecnologia-na-china/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

segurança nacional¹¹⁸. O governo, para tanto, usará do enfraquecimento das regulamentações de spyware e IA. O portal ainda conclui que há uma expectativa que Trump adote uma postura mais agressiva no combate aos hackers estrangeiros e fortaleça as operações cibernéticas militares, especialmente contra a China.¹¹⁹

É válido observar que durante o governo Trump, os EUA adotaram uma abordagem coercitiva, pressionando a Europa a seguir suas políticas contra a China, como as restrições à Huawei. Em Biden, houve uma mudança para uma abordagem mais diplomática, com foco na cooperação para mitigar riscos econômicos, como demonstrado no controle conjunto de exportações de semicondutores.¹²⁰ Sob análise dos recentes acontecimentos, em que os nomes escolhidos para sua equipe de segurança nacional em seu segundo mandato, priorizou lealdade em vez de experiência¹²¹, o “Council on Foreign Relations” organiza que a ênfase de Trump na lealdade pessoal pode gerar dificuldades na execução de sua agenda de política externa, resultando em conflitos internos e ineficiências. Nomes como Mike Waltz e Marco Rubio que têm bons antecedentes em política externa, Tulsi Gabbard e Pete Hegseth não possuem experiência relevante.¹²² Ainda que o Elon Musk não seja a cerne desta análise, sua aproximação com o futuro presidente deixa claro suas intenções em políticas econômicas e de desregulação, principalmente se levado em consideração seu pragmatismo no que tange as indústrias de altas tecnologias.

Andrew Chung,¹²³ sobre a Suprema Corte dos EUA decidir se bloqueia ou mantém a proibição do TikTok no país, adiciona que se observou um medo de que a China pudesse acessar dados dos usuários americanos e manipular conteúdos. O analista discute que Donald Trump, iniciando seu segundo mandato, irá se opor à proibição, alegando utilizar dos meios políticos para resolver essa situação. São vários os

¹¹⁸ WIRED. Trump administration reverses cybersecurity policies. Wired, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.wired.com/story/trump-administration-cybersecurity-policy-reversals/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹¹⁹ WIRED. Op. cit.

¹²⁰ LE MONDE. Sécurité économique : désormais, c’est le futur gouvernement américain qui fait peser la plus grande menace sur la stratégie de l’Union européenne. Le Monde, 18 nov. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2024/11/18/securite-economique-desormais-c-est-le-futur-gouvernement-americain-qui-fait-peser-la-plus-grande-menace-sur-la-strategie-de-l-union-europeenne_6400168_3232.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹²¹ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Transition 2025: Donald Trump builds his national security team. Council on Foreign Relations, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/transition-2025-donald-trump-builds-his-national-security-team>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹²² COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Op. cit.

¹²³ REUTERS. TikTok's fate divides Trump, fellow Republicans as Supreme Court action looms. Reuters, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/legal/tiktoks-fate-divides-trump-fellow-republicans-supreme-court-action-looms-2025-01-08/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

comentários, mas se examinou o argumento de que o TikTok representaria uma ameaça devido aos seus laços com o Partido Comunista Chinês. Julieta Pelcastre observa ainda que as ações do Paraguai com apoio dos EUA sobre a infiltração do grupo de espionagem cibernética chinês “Flax Typhoon”, deu ao ataque frustrado a importância de colaboração entre os dois países, e que Flax Typhoon, aumentou sua atuação cibernética global, especialmente em países aliados de Taiwan.¹²⁴ A CNN Brasil¹²⁵, com o noticiário de que hackers tiveram acesso a registros telefônicos e chamadas, por meio de invasões em empresas de telecomunicações dos EUA, contribui para observar como a parceria entre Paraguai e EUA, discutida por Chung¹²⁶, buscou realçar a intenção por parte do país da América do Norte em proteger infraestruturas críticas e melhorar a resposta a incidentes cibernéticos.

Deve-se enfatizar, ainda, o aumento dos gastos da China com defesa. Para Yew Lun Tian e Laurie Chen¹²⁷, esse aumento ocorre em meio à postura mais rígida de Pequim em relação a Taiwan. Consoante o portal “Le Monde”, o Indo-Pacífico, região que abrange o Oceano Índico e o Pacífico entre a Índia e o Japão, tornou-se central na geopolítica global, sendo crucial para o comércio mundial, além de abrigar alianças estratégicas e bases militares dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra¹²⁸. Desse modo, Washington defende uma região com liberdade de navegação, enquanto a China busca limitar a presença americana, especialmente no entorno de Taiwan e no Mar do Sul da China, reivindicando amplas áreas marítimas. Harold Thibault¹²⁹, correspondente do portal, sugere que na campanha de Donald Trump, se observou preocupações em Taiwan ao sugerir que a ilha deveria pagar aos EUA por sua defesa, comparando o apoio

¹²⁴ DIÁLOGO AMERICAS. Paraguai e EUA fortalecem segurança cibernética e frustram ameaça de espionagem estatal chinesa. *Diálogo Americas*, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/paraguai-e-eua-fortalecem-seguranca-cibernetica-e-frustram-ameaca-de-espionagem-estatal-chinesa/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹²⁵ CNN BRASIL. Celular de advogado de Trump é alvo de hackers chineses, diz FBI. *CNN Brasil*, 7 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/celular-de-advogado-de-trump-e-alvo-de-hackers-chineses-diz-fbi/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹²⁶ DIÁLOGO AMERICAS. Op. cit.

¹²⁷ REUTERS. China abandona referência à reunificação pacífica de Taiwan e eleva gastos com defesa em 72%. *UOL*, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/03/05/china-abandona-referencia-a-reunificacao-pacifica-de-Taiwan-e-eleva-gastos-com-defesa-em-72.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹²⁸ LE MONDE. L’Indo-Pacifique, nouveau centre du monde : une zone devenue un enjeu géostratégique majeur. *Le Monde*, 18 jun. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2024/06/18/l-indo-pacifique-nouveau-centre-du-monde-une-zone-devenue-un-enjeu-geostrategique-majeur_6241017_3232.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹²⁹ LE MONDE. Donald Trump urges Taiwan to pay for its defense. *Le Monde*, 18 jul. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/07/18/donald-trump-urges-Taiwan-to-pay-for-its-defense_6688008_4.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

americano a um serviço de seguros. Além disso, foi questionada a relevância de uma intervenção dos EUA em caso de invasão chinesa.

O que se constata é relevante, dado que Tawian vem adquirindo caças e submarinos americanos, enquanto busca estreitar laços econômicos, como a construção de fábricas de semicondutores nos EUA. O portal G1¹³⁰, apresenta em outubro de 2024, que a China realizou as maiores manobras militares em torno de Taiwan, envolvendo 125 aviões militares, incluindo bombardeiros H-6K armados, e 17 navios de guerra. Em adição a isso, os Estados Unidos e a União Europeia criticaram as ações chinesas, considerando-as desestabilizadoras, enquanto a Rússia, aliada da China, enviou seu ministro da Defesa para Pequim no mesmo dia, sem confirmar ligação com as manobras.¹³¹ Verificando as surpresas dos sul-coreanos com a reeleição do Trump, a página “The Diplomat¹³²” indica que esperando a continuidade da relação Coreia do Sul com Estados Unidos devido o bom relacionamento de Biden com Yoon Suk-yeo, a possibilidade de um retorno de Trump à Casa Branca coloca em dúvida essa parceria, pois conhecido por seu estilo de liderança focado em negócios, ele poderia impactar negativamente a relação bilateral, no que diz respeito à divisão de custos das tropas dos EUA na Coreia do Sul, podendo exigir um aumento significativo nos pagamentos sul-coreanos, o que certamente causaria tensões¹³³.

É percebido, portanto, que para Robert Sutter¹³⁴, antes das eleições presidenciais dos EUA em 2024, pesquisas mostraram que a maioria dos países asiáticos preferiam a abordagem de política externa do presidente Biden, especialmente sua colaboração com aliados e parceiros. A China, assim, não favorecendo nenhum dos candidatos, preferiu a continuidade das políticas de Biden em vez da incerteza trazida por Trump. As eleições transcorreram e Donald Trump emergiu como o escolhido. À luz do fato de que o ano de 2025 se inicia, os rumores, por sua vez, assumem uma magnitude crescente e se tornam cada vez mais pervasivos. Os acontecimentos trazem que um navio suspeito de danificar um cabo de comunicação submarino perto de Taiwan, fez com que o governo se

¹³⁰ G1. China anuncia início de manobras militares em torno de Taiwan. G1, 14 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/10/14/china-anuncia-inicio-de-manobras-militares-em-torno-de-Taiwan.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹³¹ G1. Op. cit.

¹³² THE DIPLOMAT. How South Korea should prepare before Trump returns to the White House. The Diplomat, 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/11/how-south-korea-should-prepare-before-trump-returns-to-the-white-house/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹³³ THE DIPLOMAT. Op. cit.

¹³⁴ THE DIPLOMAT. Biden's legacy on China. The Diplomat, 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/11/bidens-legacy-on-china/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

preparasse para possíveis cenários de interrupção das comunicações internacionais. Ao mesmo tempo que Trump reafirmou seus planos de adquirir a Groenlândia, sob soberania dinamarquesa, e o controle do Canal do Panamá, também sugeriu que o Canadá deveria ser um estado dos EUA e criticou sua contribuição para a defesa da OTAN.¹³⁵ Em últimas análises, caberá observar como a nova administração Trump aplicará a realpolitik, considerando as circunstâncias concretas e vantagens tangíveis, especialmente em um contexto em que a corrida frente ao seu principal adversário, se intensifica ainda mais.

Conjuntura e Cenários Futuros

O ano de 2025 inicia marcado por um cenário de instabilidades econômicas nos Estados nacionais¹³⁶ e, à medida que as gestões federadas recém-eleitas assumem seus cargos, as integrações econômicas trabalham para mitigar os desafios relacionados às suas economias e, principalmente, a sua Segurança Nacional. Nos EUA, em seu retorno para o segundo mandato, Donald Trump foi reeleito para a representação da mais alta cúpula norte-americana, uma das maiores potências hegemônicas do último século, comprometendo-se a revisar os acordos comerciais já existentes e executados, e demonstrando uma nova tomada de decisão na política externa norte-americana como um fator imprevisível, especialmente em relação aos países compostos pelo continente asiático, um espaço vital para a disputa de influência com a China.¹³⁷

Essa imprevisibilidade tende a impactar, certamente, o campo das relações internacionais durante o ano atual, nas quais a maior parte dessas discussões e, sobretudo, o controle das agendas de política externa, estará centralizado em Washington ao longo do seu segundo mandato, controlando o Estado detentor da maior economia mundial presente, caracterizada por sua diplomacia focada em disputas ideológicas e por uma política voltada ao ‘America First’¹³⁸, priorizando os interesses nacionais do país norte-americano. Em um sistema globalizado corrompido por guerras é perceptível a definição de um projeto protecionista evidente lançado por Trump, adicionando a forte centralidade

¹³⁵ EL PAÍS. Trump sugiere presiones económicas o militares para lograr el control de Groenlandia o el Canal de Panamá. El País, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-01-07/trump-sugiere-presiones-economicas-o-militares-para-lograr-el-control-de-groenlandia-o-el-canal-de-panama.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹³⁶ NAKABASHI, Luciano. As incertezas da economia nacional devem levar a um crescimento menor em 2025. Jornal da USP, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/>.

¹³⁷ HUNG, Ho-Fung. A Ascensão Da China, a Ásia e o Sul Global. Scielo Brasil, 2018.

¹³⁸ MATEUS, William. Trump’s “America First” foreign policy will accelerate China’s push for global leadership. Chatham House, 2024.

do continente asiático denominada uma prioridade estratégica essencial para os Estados Unidos¹³⁹, assegurando a estabilidade, acima de tudo interna no país americano, trazendo a multipolaridade como um determinante positivo para a consolidação internacional norte-americana no momento em que novas potências emergentes interdependem de forma complexa, não se limitando as agendas militares e, sobretudo econômicas, como em múltiplas dimensões culturais e políticas, apresentadas dentro de seu cenário de interdependência já estabelecido, constituindo uma nova visão de poder¹⁴⁰ do sistema capitalista, como os exemplos de Japão, Coreia do Sul, e entre outros territórios asiáticos.

Robert Ross¹⁴¹ (2013) afirmava que a estrutura bipolar vigente na Ásia é dominada por Estados Unidos e China, enquanto os países-membros do continente estão estrategicamente subordinados à sua região, elucidando a dominância do conceito definido pela dependência mútua dentre as nações. Em seu primeiro governo, caracterizado durante a saída dos EUA da Parceria Transpacífica (TPP), o acordo de livre-comércio atingido entre os países banhados pelo pacífico, integrado por países do sul asiático, no ano de 2017, destacou-se a representação de aversão ao multilateralismo. Além disso, Trump evitou comparecer em reuniões regionais, onde afirmou constantemente que os países se aproveitavam das suas relações com os norte-americanos. Ademais, com a guerra comercial definida entre o seu principal oponente, a China, aumentou-se uma constante retórica relacionada à promessa de sanções, ocasionando rupturas ainda maiores em suas diplomacias. É fato que, seja pelo contexto histórico, as nações buscam sempre manter uma política equilibrada, conservando o *status quo*, podendo dessa forma, obter vantagens entre as duas principais economias.

Contudo, a disputa entre a Casa Branca e Zhongnanhai será fundamental para compreender as decisões do Estado norte-americano com os demais países do sistema internacional. Isto é, como Pequim assegura os laços comerciais entre as nações asiáticas durante a contemporaneidade, compreender que dessa forma, a Coreia do Sul, as Filipinas, Índia e o Japão, perceberão que Trump irá exigir um maior comprometimento de seus aliados multilaterais no campo doméstico e externo, priorizando o combate à influência chinesa. Dada a constante necessidade de alternativas comerciais e políticas, pode-se compactuar para uma nova busca de parcerias com potências emergentes, como

¹³⁹ GASPAR, Carlos. Os Estados Unidos e a Transformação da Ásia. América e o Mundo Depois de Bush, 2008.

¹⁴⁰ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence. Editora Pearson, 2011.

¹⁴¹ ROSS, Robert S. US Grand Strategy, the Rise of China, and US National Security Strategy for East Asia, 2013.

o caso da Índia pelos países asiáticos. Outrossim, a preocupação com a segurança aumenta, uma vez que as agressões no Mar do Sul da China realizada com a intervenção dos Estados Unidos, revelam a importância estratégica da região rica em componentes fontes de lucro capitalista, como o gás natural, o petróleo¹⁴², e continuando a evitar parcerias com as duas grandes hegemonias, ocasionando em maiores taxas americanas em seus territórios.

De acordo com o The Economist, os países integrantes da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) exportaram em torno de US\$ 70 bilhões de dólares para o país chinês em 2023, as quais foram, em grande parte, exportadas para os Estados Unidos, momento em que as futuras restrições comerciais do novo governante dos EUA contribuem para a redução da demanda, afetando a economia local do continente, o qual depende das exportações. Com a dificuldade de relacionamento entre Pequim e Washington e a necessidade de encontrar novos atores para acordos bilaterais e multilaterais, parte dos territórios evidenciaram o aumento do desinteresse crescente do Estado norte-americano em suas regiões, assim como lidam com a presente influência geopolítica gerada pela China, buscando alternativas de mercado fora do continente, em blocos do Norte global, como a União Europeia e a Austrália.

Essa cooperação ultrapassa o paradigma comercial, incluindo Trump não deverá recuperar o diálogo entre suas parcerias, variando sobre as alianças tradicionais, aumentando a cobrança de taxas e sanções aos países que não seguirem as suas ordens. Ao exercer o seu primeiro mandato, Trump trabalhou para diversificar suas relações com líderes no território asiático, como no diálogo com Kim Jong-un, da Coreia do Norte e o presidente Vladimir Putin, da Rússia e, fato é perceptível a disposição do presidente do norte-americano em manter os laços novamente, abordado durante toda a sua campanha política, configurando caráter essencial da região em constante mudança e instabilidade que é vivida pelo continente asiático, mesmo em democracias soberanas que enfrentam crises, como na Coreia do Sul, tendo seu presidente tentando gerar um autogolpe, deposto por impeachment tempo depois. Desse modo, os atores tradicionais podem obter um favorecimento com relações positivas com Estados Unidos, premeditando uma abordagem transacional, visando atingir os interesses nacionais norte-americanos,

¹⁴² FAKHOURY, Renato M. M. As Disputas Marítimas no Mar do Sul da China: antecedentes ações militares no século XXI, 2019.

gerando tensão geopolítica eminente, exigindo readaptação em sua política externa, equilibrando as influências hegemônicas no campo territorial.

Nos últimos dias, o então presidente eleito Donald Trump, disseminou uma série de relatos em relação à ocupação do território da Groenlândia, visto como um espaço fundamental para “fins de segurança nacional¹⁴³”, como relatado por Trump. Ele argumentou que o país europeu deveria optar por essa resolução para proteger o mundo livre, ameaçando impor novas tarifas para o Estado dinamarquês, sugerindo estar disposto até a uma compra de território, reforçando a função estratégica do local, contendo até 25% de todos os recursos elementares de terras raras do mundo. Ademais, percebe-se a grande influência apresentada pelo bilionário Elon Musk na região, seja pelo lítio, cobre ou grafite, gerando um conflito de interesse após suas posições políticas com autoridade, podendo tomar decisões que impactam a disponibilidade global desses minérios.

Além disso, comentou sobre a necessidade de retomada do Canal do Panamá, construído e entregue ao Panamá em 1999, com os EUA sendo seu maior utilizador, com fluxos de até 40% do tráfego, criticando o controle do canal por parte do território chinês, acusando a existência de uma operação atuante composta por chineses, assim como se coloca favorável à anexação do Estado canadense ao norte-americano, e a mudança do nome do Golfo do México para “Golfo da América¹⁴⁴” também se tornaram assuntos comentados pelo presidente. E, após as falas, recebeu críticas do primeiro ministro do Canadá, Justin Trudeau, assim como da atual presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, momento em que a chefe de governo chegou a ironizar a implementação de um nome diferente para os Estados Unidos da América, sendo “Estados Unidos do México”.

Esses acontecimentos refletem o objetivo republicano de não apenas trazer a atenção da sociedade e das nações para com as determinações absurdas requisitadas por Trump, como também transferir a responsabilidade dos custos para que, dessa forma, Washington consiga direcionar as suas energias diretamente para a nova “Guerra Fria” implementada contra a China. Ao realizar tais atos, espalhando uma posição absurda em um primeiro momento, justifica a facilidade de concessões futuras relevantes em outras agendas, parecendo menos estranhas do que em determinado período, influenciando em novos discursos securizantes, ao mesmo tempo que controla a ameaça externa. Isto é,

¹⁴³ SANCHES, Mariana. As riquezas da Groenlândia por trás do Interesse de Trump pela a Ilha. BBC News Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/>

¹⁴⁴ GUILBERT, Kieran. Presidente do México troça de Trump por causa de sua ideia de “Golfo da América”. EuroNews, 2025. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2025/01/09>

percebe-se que, em 2026, o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio), composto pelos Estados Unidos, Canadá e México, será revisto. Existindo desde o ano de 1994, o acordo multilateral é essencial para as economias canadense e mexicana. As últimas notícias relacionadas aos países por parte de Trump demonstram que não existe o real interesse na mudança gramatical do nome do Golfo do México, mas que os mexicanos possam financiar o combate às drogas e a crise migratória existente na região, assim como na continuidade de cooperação nacional entre México e EUA, enquanto as questões com Canadá e a Groenlândia refletem a preocupação americana com o Ártico.

Com a implementação de novas agendas através da globalização, o aquecimento global ocasionou uma necessidade de relevância para o espaço geopolítico do Norte. O Ártico possui uma diversificação importante de recursos petrolíferos e minerais e, com o derretimento das geleiras e calotas polares, novas rotas comerciais surgem. Ademais, o território se caracteriza pela sua menor distância para a nominação de um ataque bélico da Rússia e China aos Estados Unidos, assim como de forma inversa. Enquanto a influência americana no Ártico se delimita no Alasca, a Dinamarca e Canadá, ambos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assim como os EUA, possuem uma enorme presença geopolítica na região, aumentando a demanda por bases militares e acordos comerciais, garantindo a perpetuação de seu domínio. Contudo, qualquer violação do direito internacional a esses países reagiria em toda a OTAN, incluindo os Estados europeus, os quais Trump deseja os acolhimentos de uma parcela maior de gastos da organização internacional, concentrando esforços contra seu principal alvo da política externa, a China.

Cenário positivo: o futuro presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, adotou, desde os dias iniciais da campanha política americana, um roteiro fortemente nacionalista e conservador em relação a sua política econômica quando crítico dos temas comerciais e de desenvolvimento nacional. Todo esse enredo se estrutura com fortes efeitos sobre a China, seu principal alvo, criando uma nova oportunidade para a exportação brasileira, especialmente a agroindústria.

Nesse caso, o cenário positivo se dispõe em razão da posição contrária ao país chinês adotada por Trump podendo, desse modo, abrir uma necessidade no mercado para abastecer a demanda na cadeia produtiva se as sanções e tarifas forem realmente impostas. Ademais, a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos pode gerar novas dinâmicas para o comércio entre o Brasil e os EUA, com possíveis oportunidades, especialmente para o setor agroindustrial e produtos de baixo valor agregado. Apesar do

enfoque protecionista de Trump, que inclui o aumento de tarifas sobre produtos importados, algumas áreas poderão ser beneficiadas, como segurança alimentar, infraestrutura e produtos voltados para a segurança militar. No entanto, esses itens não possuem grande valor agregado, e a diversificação das pautas de exportação dependerá da natureza das relações comerciais.

Além disso, Trump pode procurar novos parceiros comerciais para reduzir a dependência dos chineses, o que pode abrir brechas para o Brasil, com produtos do setor da construção civil, cosméticos, saúde, plásticos e embalagens, além de itens de decoração e iluminação, podendo ter novas oportunidades de exportação. Essa possibilidade de aumento de exportações em larga escala desses produtos pode trazer benefícios à economia brasileira, assim como também poderá ser favorecida caso o plano econômico de Trump gere aquecimento no mercado interno americano. Com um mercado aquecido, o volume das exportações brasileiras pode acender, principalmente em itens que já são parte da relação bilateral, como a soja, a carne e o café, onde as tarifas de importação aplicadas por Trump podem gerar novos mercados para o Brasil em economias que também sofrerão com tarifas, mas que não possuem barreiras comerciais com o Estado brasileiro. Por exemplo, se os EUA aplicarem tarifas sobre a soja brasileira, o Brasil poderia explorar novos mercados, como a França, que, ao tributar o milho americano, poderia passar a comprar mais milho brasileiro, acelerando a economia brasileira, para além de um maior protagonismo internacional.

Cenário negativo: o retorno de Trump à Casa Branca deve impactar o Brasil em agendas econômicas, políticas e ambientais, criando barreiras comerciais, agravando a forte crise climática, além de fortalecer pautas da extrema direita bolsonarista. É conhecida a característica defesa protecionista da economia norte-americana e o estímulo ao desenvolvimento da área de combustíveis fósseis em prol dos ideais conservadores republicanos. Em seu plano de governo, Trump tem como objetivo central adquirir o aumento de impostos importados e estimular o aumento do uso do petróleo, carvão e gás, assim como promove a proteção da liberdade de expressão em redes sociais, onde origina um plano forte e agressivo contra a entrada de imigrantes, entre outras questões. A vitória de Trump nas eleições nos Estados Unidos pode ter vários impactos diretos sobre o Brasil, especialmente no contexto da disputa entre EUA e China. No âmbito econômico, o aumento de tarifas propostas por Trump, como de uma tarifa mínima de 10% sobre todas as importações, afetaria diretamente o comércio entre os dois países, incluindo setores chave do Brasil, como o próprio agronegócio e a indústria do ferro e do aço, gerando e

agravando tensões, considerando que o Brasil possui uma forte relação comercial com os EUA, mas também é um grande fornecedor de *commodities* para a China. A alta do dólar provocada por políticas protecionistas pode resultar em uma maior inflação no Brasil e maiores taxas de juros.

Outro cenário importante acontece com a aproximação de Trump com políticas nacionalistas, podendo intensificar a competição entre o país norte-americano e a potência chinesa. Caso os EUA adotem uma postura mais agressiva contra a China, isso pode forçar o Brasil a necessidade de alinhamento em alguma forma, especialmente no contexto das exportações, onde a China representa um mercado estratégico para ambos os países. Sendo assim, o Brasil teria que ajustar as suas táticas comerciais para equilibrar as demandas dos países, o que pode ser desafiador se as tensões entre as duas potências se acentuarem. Em consequência disso, com o enfraquecimento de iniciativas de combate às mudanças climáticas nos EUA e o retorno de Trump ao foco nos combustíveis fósseis, também pode afetar as relações internacionais. O Brasil, como um país com um setor agrícola extenso e influenciador nas dinâmicas de comércio e governo, que enfrenta desafios ambientais, pode se ver pressionado a revisar suas próprias políticas ambientais e o seu papel no cenário global, especialmente após o retorno de Biden ao Acordo de Paris.

Worst case: o pior cenário para o Brasil, diante da vitória de Trump e da ascensão do bolsonarismo, se daria por uma convergência de políticas autoritárias internas e externas, ou seja, a radicalização da política interna, juntamente da implementação de uma agenda conservadora da direita radical apoiada por Trump, poderia resultar em um retrocesso significativo das conquistas democráticas do Brasil, com a imposição de restrições à liberdade de imprensa, ao direito de manifestação e ao combate a fake news. Ademais, a relação existente entre os dois líderes, Trump e Jair Bolsonaro, poderia resultar em uma maior erosão das instituições democráticas no Brasil, promovendo a ascensão de grupos autoritários defensores dos ideais bolsonaristas de poder, legitimando práticas antidemocráticas no território brasileiro. Para o plano internacional, o Brasil poderia se ver isolado em uma luta entre as potências globais, com poucas opções diplomáticas diante das crescentes tensões comerciais e políticas do sistema internacional capitalista, local instaurado pelo fortalecimento de um nacionalismo agressivo dos EUA, podendo impactar negativamente na posição estratégica do Brasil em negociações internacionais, limitando suas opções econômicas e diplomáticas.

Além dos efeitos políticos, a vitória de Trump também teria implicações econômicas para o Brasil. A postura protecionista do republicano, que inclui o aumento das tarifas sobre as importações e a preocupação com políticas energéticas voltadas para os combustíveis, afetaria diretamente o comércio internacional. O Brasil, com sua forte dependência do agronegócio e das exportações para os EUA e China, terá que equilibrar cuidadosamente a sua política externa no tabuleiro internacional. A diminuição das relações comerciais com a China, impulsionado por políticas de Trump, poderia prejudicar as exportações brasileiras para o gigante continente asiático, ao mesmo tempo em que a imposição de tarifas sobre os produtos brasileiros choca-se diretamente na competitividade do mercado norte-americano.

Sendo assim, se Trump intensificar a sua guerra comercial com a China, o Brasil estará à margem entre as duas maiores e mais importantes potências econômicas, forçado a alinhar suas políticas de acordo com as pressões externas. Bem como a possibilidade de um dólar mais forte e de uma inflação crescente poderá agravar a situação econômica interna, visto que o Brasil enfrentaria a coação de manter a rivalidade enquanto trata os impactos de uma possível crise internacional.

Relações EUA-UE e Repercussões para o Brasil

Dienifer Franciele Raenke

As relações com a União Europeia abrangem comércio, tecnologia e segurança, sendo um pilar da política externa dos Estados Unidos. Os dois parceiros comerciais têm como principais objetivos promover o comércio e a tecnologia a serviço da sociedade e da economia; reforçar a liderança tecnológica e industrial; e expandir o comércio e investimento bilaterais. Apesar desses objetivos bem solidificados, durante o período eleitoral, Donald Trump tomou decisões que não favoreceram o relacionamento entre a União Europeia e os EUA.¹⁴⁵

A vitória de Donald Trump se tornou um sinal de alerta para os europeus, especialmente considerando as medidas protecionistas tomadas em relação às tarifas comerciais. Trump acredita que as tarifas são uma forma de fazer a economia estadunidense crescer e aumentar a receita tributária. Anteriormente, ele já havia imposto tarifas a países específicos, como a China. No entanto, uma de suas promessas de campanha eleitoral foi impor taxas de 10% a 20% sobre produtos estrangeiros, o que poderia afetar a economia global em fatores macroeconômicos.¹⁴⁶

Para o futuro presidente americano, os setores que mais geram incômodo em relação à União Europeia são o automotivo e o agrícola. A UE mantém uma tarifa de 10% sobre os carros, enquanto os EUA aplicam apenas 2,5%. Já as tarifas agrícolas da União Europeia chegam a 11%, mais que o dobro do percentual praticado pelos Estados Unidos¹⁴⁷. Especialistas na área estimam que, diante de uma tarifa de 10%, as exportações da zona do euro para os EUA poderiam sofrer uma queda de quase um terço. Essa dependência da Europa em relação às exportações torna essa questão um grande problema para o comércio da União Europeia.

¹⁴⁵ Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA. Disponível em: <https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/eu-us-trade-and-technology-council_pt>. Acesso em: 2 jan. 2025.

¹⁴⁶ [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/BBCNEWS](https://www.facebook.com/BBCNews). Vitória de Trump pode ser gatilho de guerra comercial global? - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz6jgqv7jo>>. Acesso em: 3 jan. 2025.

¹⁴⁷ Como as tarifas de Trump podem desencadear uma guerra comercial e virar um pesadelo para a Europa. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/tarifas-trump-impacto-uniao-europeia/>>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Uma das economias mais afetadas, caso as promessas de Donald Trump sobre as taxas se concretizem, seria a da Alemanha, especialmente por ser o principal exportador para os Estados Unidos. O aumento tarifário promovido por Trump poderia resultar em uma queda significativa nas exportações alemãs, particularmente nos setores automotivo e farmacêutico.

O Presidente do Bundesbank Alemão, membro do Conselho Governador do Banco Central Europeu, Joachim Nagel, afirmou: "Se as novas tarifas realmente se concretizarem, poderemos até cair em território negativo."¹⁴⁸ Dessa forma, nota-se que o plano tarifário de Donald Trump pode representar uma perda de 1% da produção econômica da Alemanha, que já enfrenta um momento delicado, principalmente devido à crise no setor trabalhista do país.

Ademais, outros membros do Banco Central Europeu demonstraram preocupação em relação aos impactos das políticas tarifárias de Donald Trump na zona do euro¹⁴⁹. Analistas acreditam que o segundo mandato de Trump pode ter consequências ainda mais graves do que a guerra comercial de 2018 e 2019 com a China, especialmente devido à intensificação de potenciais conflitos com a Europa. O principal temor da organização é que, além de uma inflação desenfreada, possa ocorrer uma diminuição substancial no crescimento econômico dos países da União Europeia.¹⁵⁰

Em última análise, no final de dezembro, os EUA alertaram a UE sobre o comprometimento na compra de gás natural liquefeito (GNL) e petróleo em grande escala, reiterando que, caso as exigências não fossem acatadas, haveria o risco de uma guerra comercial. Anteriormente, o bloco econômico buscava evitar esse conflito por meio de estratégias como o aumento da compra de produtos agrícolas e de gás natural liquefeito dos Estados Unidos.

Essa decisão dos Estados Unidos é digna de análise, considerando que o país já é o maior fornecedor de GNL e petróleo para a União Europeia. No primeiro semestre de

¹⁴⁸ Presidente do BC da Alemanha diz que tarifas de Trump podem custar 1% da produção econômica alemã. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2024/11/13/presidente-do-bc-da-alemanha-diz-que-tarifas-de-trump-podem-custar-1-da-producao-economica-alema.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2025.

¹⁴⁹ Área dentro da União Europeia que reúne as nações que adotaram o euro, a moeda única do bloco.

¹⁵⁰ REUTERS. Membros do BCE temem que tarifas de Trump afetem mais o crescimento do que a inflação. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/membros-do-bce-temem-que-tarifas-de-trump-afetem-mais-o-crescimento-do-que-a-inflacao/>>. Acesso em: 6 jan. 2025.

2024, os EUA forneceram cerca de 48% das importações de gás natural do bloco, em comparação aos 16% provenientes da Rússia.

Previamente, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, recomendou a substituição das importações de gás natural da Rússia por produtos dos Estados Unidos. Outros analistas também aconselham que a União Europeia cumpra as exigências estadunidenses, tendo em vista as intenções protecionistas que caracterizam as políticas econômicas de Donald Trump.¹⁵¹

Analistas acreditam que a influência do futuro presidente dos Estados Unidos é tão grande que acordos como o tratado entre União Europeia e Mercosul, que demorou mais de vinte anos para ser negociado, podem ter sido diretamente influenciados pela vitória de Trump¹⁵². Ele já declarou que países vizinhos, como México e Canadá, precisarão pagar para acessar os Estados Unidos.¹⁵³ Além disso, ameaçou impor tarifas de 100% sobre os países do BRICS, incluindo o Brasil, caso o bloco insista na criação de uma nova moeda para substituir o dólar.

Os Estados Unidos são um dos principais destinos de exportações tanto para o Brasil quanto para a União Europeia, constituindo uma grande fonte de investimento. No entanto, as promessas de decisões isolacionistas do futuro chefe de Estado tornaram essencial um "casamento forçado" entre a União Europeia e o Mercosul. Analistas acreditam que, se Kamala Harris tivesse vencido as eleições americanas, a União Europeia não estaria tão aberta à conclusão do acordo com o Mercosul. Para os europeus, a parceria com o Mercosul tornou-se estrategicamente relevante, não apenas pela necessidade de reforçar sua presença em mercados onde a China está se expandindo, mas também para mitigar os riscos de uma guerra comercial.

¹⁵¹ FOLHA DE S.PAULO. Trump ameaça tarifas contra UE se bloco não aumentar compras de petróleo e gás dos EUA. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/trump-ameaca-tarifas-contra-ue-se-bloco-nao-aumentar-compras-de-petroleo-e-gas-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

¹⁵² Análise: Volta de Trump criou condições para acordo Mercosul-UE. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/victor-iraja/economia/macroeconomia/analise-volta-de-trump-criou-condicoes-para-acordo-mercosul-ue/>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

¹⁵³ Mercosul e UE fazem “casamento forçado” por volta de Trump ao poder. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/mercosul-e-ue-fazem-casamento-forcado-por-volta-de-trump-ao-poder/>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Segurança tecnológica e proteção de dados frente à ascensão da China

A proteção de dados frente à ascensão da China tornou-se um tema amplamente discutido nos últimos anos, particularmente em relação às decisões dos Estados Unidos sobre a proibição da rede social TikTok no país. O governo federal declarou, em relatório apresentado ao Supremo Tribunal, que a plataforma representa uma ameaça significativa à segurança nacional. A administração dos EUA manifestou preocupações de que o aplicativo poderia ser utilizado pelas autoridades chinesas para realizar atividades de espionagem ou chantagem contra seus usuários, bem como para manipular a opinião pública.¹⁵⁴

Durante uma audiência no Tribunal Federal de Apelações em Washington, os juízes destacaram que a maioria dos acionistas do TikTok são chineses. Diante de uma possível proibição da plataforma, Donald Trump teria três opções para lidar com o cenário. A primeira opção, considerada uma das mais desafiadoras devido à alta aprovação do projeto, seria obter votos suficientes no Congresso para revogar a lei.

A segunda opção envolveria a comprovação das alegações de que o aplicativo afeta a segurança nacional, permitindo a negociação para a venda da plataforma a um país que não represente um risco aos interesses dos Estados Unidos. Essa alternativa exigiria evidências robustas e negociações complexas com todas as partes envolvidas.

A terceira e menos provável opção seria a não aplicação da lei, uma hipótese improvável, sobretudo porque concorrentes do TikTok poderiam decidir tomar ações legais caso as medidas não fossem executadas. Esse cenário reflete a pressão do mercado e as dinâmicas concorrenciais dentro do setor de tecnologia.

Em suma, o debate em torno da proteção de dados e da segurança tecnológica revela-se cada vez mais relevante no contexto contemporâneo, especialmente à luz da crescente rivalidade entre duas potências globais como os Estados Unidos e a China. A questão transcende o âmbito comercial e assume contornos estratégicos e políticos, evidenciando os desafios da governança global na era digital.

¹⁵⁴ SIX, N. TikTok ban in the US: What can we expect from the Supreme Court hearing? Disponível em: <https://www.lemonde.fr/en/pixels/article/2025/01/10/tiktok-ban-in-the-us-what-can-we-expect-from-the-supreme-court-hearing_6736909_13.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Política ambiental da UE e seus impactos nos interesses americanos

O negacionismo climático de Donald Trump representa um desafio significativo para as relações com a União Europeia (UE).¹⁵⁵ O futuro chefe de Estado já sinalizou sua intenção de retirar os Estados Unidos, pela segunda vez, do Acordo de Paris, tratado internacional amplamente reconhecido como um marco histórico na luta contra as mudanças climáticas. Assinado em 2015, o Acordo de Paris estabelece compromissos juridicamente vinculativos para os países signatários, com o objetivo de mitigar os impactos das mudanças climáticas por meio da redução de emissões de gases de efeito estufa.¹⁵⁶

Durante seu primeiro mandato, Trump retirou os Estados Unidos do acordo, alegando que as metas impostas ao país eram excessivamente rigorosas e prejudiciais à economia americana. Apesar disso, o governo de Joe Biden promoveu o retorno dos EUA ao tratado em 2021, comprometendo-se a reduzir as emissões para 52% abaixo dos níveis de 2005 até 2030 e alcançar emissões líquidas zero até 2050. Contudo, Trump, em sua campanha para o segundo mandato, prometeu adotar uma postura rígida contra as regulamentações ambientais, priorizando o aumento da produção de petróleo, gás e carvão.

Entre as medidas anunciadas, está a criação de um "czar de energia" na Casa Branca, responsável por coordenar políticas energéticas interagências com foco na desregulamentação climática. Essa abordagem contrasta fortemente com os compromissos assumidos pelos EUA na COP28, a conferência climática das Nações Unidas de 2024, na qual os Estados Unidos, em conjunto com outros países signatários do Acordo de Paris e a União Europeia, concordaram em intensificar a transição para fontes de energia limpa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.¹⁵⁷

A possível saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris sob a liderança de Trump pode fragilizar ainda mais as relações com a União Europeia, que mantém uma postura firme em relação às políticas climáticas. Essa decisão poderá dificultar negociações em

¹⁵⁵ FOLHA DE S.PAULO. Como Trump planeja deixar Acordo de Paris e dismantelar política ambiental dos EUA. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/como-trump-planeja-deixar-acordo-de-paris-e-desmantelar-politica-ambiental-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

¹⁵⁶ Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/paris-agreement-climate/#EU>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

¹⁵⁷ FOLHA DE S.PAULO. Como Trump planeja deixar Acordo de Paris e dismantelar política ambiental dos EUA. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/como-trump-planeja-deixar-acordo-de-paris-e-desmantelar-politica-ambiental-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

diversas áreas e reforçar o discurso de negacionismo climático, o que representa uma preocupação global, dado que os EUA estão entre os dez países que mais emitem gases de efeito estufa. Essa postura, além de enfraquecer esforços internacionais, ameaça agravar os efeitos das mudanças climáticas.¹⁵⁸

Trump mantém uma relação particularmente conflituosa com a agenda climática. Em seu plano de governo, ele declara explicitamente a intenção de abandonar essa pauta, promovendo o uso intensificado de combustíveis fósseis. De acordo com uma análise do *Carbon Brief*, a vitória de Trump nas eleições pode resultar em 4 bilhões de toneladas adicionais de emissões de carbono até 2030, em comparação com os planos traçados por Biden¹⁵⁹. Além disso, membros de sua campanha sugeriram redirecionar recursos internacionais para apoiar grupos que negam as mudanças climáticas, em clara oposição à agenda climática global.¹⁶⁰

No cenário "Biden" (representado na figura abaixo pela linha azul), as políticas climáticas federais atuais e em desenvolvimento são mantidas, indicando um potencial significativo de redução das emissões americanas até 2030, aproximando o país de suas metas. No entanto, há uma lacuna significativa entre as emissões projetadas e as necessárias para alcançar os objetivos de 2030 e 2050 (linha verde). Por outro lado, o cenário "Trump" (linha vermelha) considera a reversão das políticas climáticas implementadas por Biden, não levando em conta medidas adicionais que Trump poderia adotar para incentivar o uso de combustíveis fósseis ou enfraquecer os avanços da energia limpa.

A oposição sistemática de Trump à agenda climática não se restringe à inação, mas configura uma estratégia ativa de rejeição ao multilateralismo ambiental e à cooperação global em torno da sustentabilidade. Essa postura pode não apenas isolar os Estados Unidos no cenário internacional, mas também comprometer o futuro das negociações climáticas globais, impactando diretamente os interesses da União Europeia e de outros atores globais comprometidos com o enfrentamento das mudanças

¹⁵⁸ How could Trump's policies impact Europe's economy and politics? Disponível em: <<https://www.euronews.com/business/2025/01/06/how-could-trumps-policies-impact-europes-economy-and-politics>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

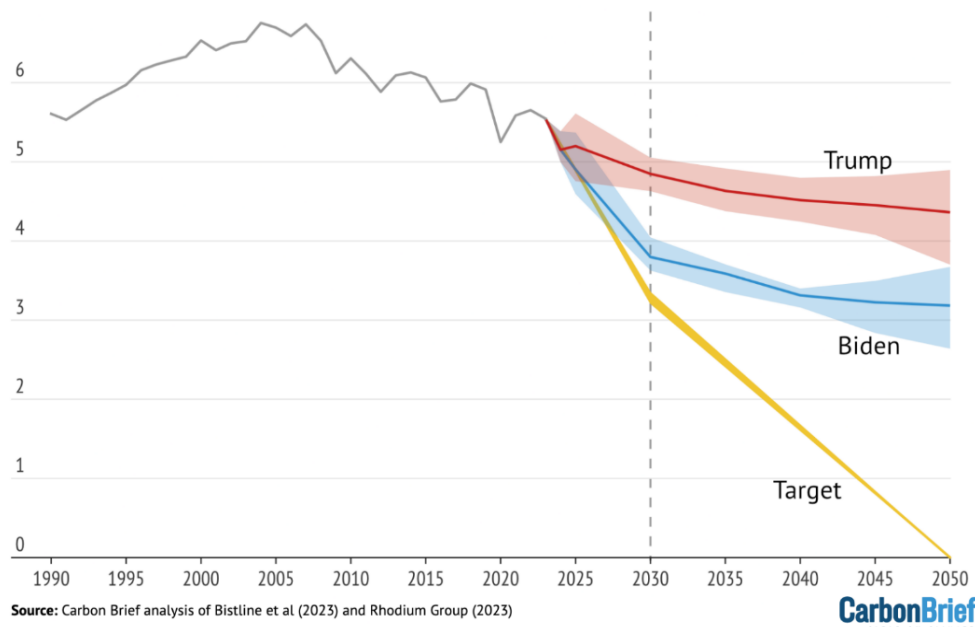
¹⁵⁹ STAFF, C. B. Analysis: Trump election win could add 4bn tonnes to US emissions by 2030. Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/analysis-trump-election-win-could-add-4bn-tonnes-to-us-emissions-by-2030/>>.

¹⁶⁰ PARIS. Disponível em <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/11/06/acordo-de-paris-e-emissao-de-combustiveis-fosseis-como-a-vitoria-de-trump-impacta-no-meio-ambiente.ghml>>.

climáticas.¹⁶¹

A Trump election win could add 4bn tonnes to US emissions by 2030

Greenhouse gas emissions, billion tonnes of CO₂e



Notando-se o negacionismo climático do futuro presidente dos EUA e sua falta de comprometimento com acordos que beneficiem questões ambientais, dessa forma, pode-se perceber o temor dos brasileiros em relação ao Fundo da Amazônia.¹⁶² No ano passado, Joe Biden doou 53 milhões de dólares para o Fundo da Amazônia, com o intuito de cooperação para a conservação da floresta amazônica. Apesar disso, apenas uma pequena parte deste valor foi transferido. É esperado que Trump cancele as remessas de dinheiro para qualquer ajuda ambiental ou climática para o Brasil, diz Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.¹⁶³

Notícias recentes e cenários de impacto econômico.

¹⁶¹ STAFF, C. B. Analysis: Trump election win could add 4bn tonnes to US emissions by 2030. Disponível em: <<https://www.carbonbrief.org/analysis-trump-election-win-could-add-4bn-tonnes-to-us-emissions-by-2030/>>.

¹⁶² O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais.

¹⁶³ Eventual vitória de Trump pode colocar em risco doação para Fundo Amazônia - Crusoé. Disponível em: <<https://crusoe.com.br/diario/eventual-vitoria-de-trump-pode-colocar-em-risco-doacao-para-fundo-amazonia/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Na última quarta-feira, 08 de fevereiro, o futuro presidente dos EUA anunciou que planeja anexar o Canadá e tomar a Groenlândia e o canal do Panamá. As intenções de anexação vêm em um momento oportuno para os estadunidenses, sobretudo considerando seu momento vulnerável no cenário político, com a saída do primeiro-ministro Justin Trudeau. Além disso, a Groenlândia é uma ilha pertencente à Dinamarca, que é um membro da União Europeia e da OTAN. As intenções de tomada da região foram vistas como uma ameaça à OTAN, em especial considerando a principal regra da organização se um território for invadido, todos defendem.¹⁶⁴

Na terça-feira, dia 07 de fevereiro, ele repetiu que o Canadá deveria se chamar 51º estado americano. Além disso, alegou que a anexação do país seria muito vantajosa levando em consideração que os EUA dão muito dinheiro ao Canadá e que segundo os estadunidenses seria melhor para a segurança do país. "Só se o inferno congelar que o Canadá vai se tornar parte dos Estados Unidos. Os trabalhadores e as comunidades dos dois países se beneficiam do fato de serem os maiores parceiros comerciais e de segurança um do outro", foram as palavras do primeiro-ministro do Canadá. Já o ministro das relações exteriores do Panamá, afirmou em sua fala que a soberania não é algo negociável.¹⁶⁵

A Alemanha e a França afirmaram que a União Europeia não permitirá ataques às suas fronteiras soberanas, claramente Trump está ferindo o princípio de soberania nacional quando fala sobre tornar a Groenlândia um território estadunidense.¹⁶⁶ O interesse estadunidense na região pode ser explicado pela localização estratégica da região, especialmente pelos recursos naturais em grande escala que podem ser usados para a fabricação de tecnologia, equipamentos militares e até geradores de energia eólica e smartphones. Nota-se que este é um mercado que é dominado pela China, ou seja, isso chama atenção dos estadunidenses. Além disso, percebe-se que a Groenlândia está entre a Rússia e China, as duas potências podem significar um perigo para a ascensão militar e econômica dos Estados Unidos, sendo assim, torna-se uma rota estratégica para os

¹⁶⁴ COHEN, S. Ambição expansionista de Trump na Groenlândia colide frontalmente com a Otan. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2025/01/08/ambicao-expansionista-de-trump-na-groenlandia-colide-frontalmente-com-a-otan.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁶⁵ TRUMP. Trump ameaça anexar Canadá e tomar controle da Groenlândia e do Canal do Panamá. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/01/08/trump-ameaca-anexar-canada-e-tomar-controle-da-groenlandia-e-do-canal-do-panama.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁶⁶ [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/BBCNEWS](https://www.facebook.com/BBCNEWS). Groenlândia: a reação da Europa às ameaças de Trump de anexar território - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy8y83lmzx8o>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

EUA.

Donald Trump Jr. visitou a região na última semana e compartilhou em suas redes sociais, a seguinte mensagem: Tenho ouvido que o povo da Groenlândia é 'MAGA'. A Groenlândia é um lugar incrível e as pessoas se beneficiarão tremendamente se, e quando, se tornarem parte da nossa nação. Nós vamos protegê-la e cuidar dela, de um mundo muito perverso lá fora. Torne a Groenlândia Grande Novamente.¹⁶⁷ Apesar das visitas do filho do futuro presidente ao país, a Dinamarca comentou que a Groenlândia não está à venda e que pertence aos seus habitantes.¹⁶⁸

Apesar da distância, essa aproximação de Donald Trump com a Groenlândia, principalmente por causa da União Europeia, pode afetar o Brasil. Os brasileiros querem manter uma relação mais próxima com o bloco econômico, em especial, Alemanha e França. Portanto, se os Estados Unidos concretizar seus planos, eles podem perder o posto de referência democrática mundial. Dessa forma, facilitando a aproximação do Brasil como um exemplo de democracia com os demais países, principalmente a Alemanha e França. Ademais, este ano o Brasil presidirá a COP -30, que será um evento facilitador para essa aproximação que o país deseja.¹⁶⁹

O segundo mandato de Donald Trump acabou trazendo um grande empecilho que é a incerteza do que pode vir dos EUA sob Trump 2.0. Desde a sua vitória em novembro o futuro presidente do país, continuou ameaçando novas tarifas, especialmente com seus principais parceiros comerciais sendo assim, China, Canadá e México. Analistas acreditam que os Estados Unidos estão adotando uma postura política isolacionista, aumentando as tarifas e o protecionismo na indústria estadunidense. Apesar disto amplificar o crescimento dos EUA a curto prazo, com toda certeza irá prejudicar as relações comerciais com outros países que dependem do comércio com os Estados Unidos.¹⁷⁰

Por exemplo, na indústria de fabricação de automóveis existe uma dependência

¹⁶⁷ ARAÚJO, M. O que há na Groenlândia, território da Dinamarca que interessa a Trump? Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/01/08/o-que-ha-na-groenlandia-territorio-da-dinamarca-que-interessa-a-trump.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁶⁸ [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/BBCNEWS](https://www.facebook.com/BBCNEWS). Groenlândia: a reação da Europa às ameaças de Trump de anexar território - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy8y83lmzx8o>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁶⁹ LIMA, D. Sob sinais de um Trump expansionista, Brasil vê EUA perder posto de referência democrática. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2025/01/09/sob-sinais-de-um-trump-expansionista-brasil-ve-eua-perder-posto-de-referencia-diplomatica.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

¹⁷⁰ JOSEPHS, J. "Trump 2.0" looms large over the global economy. 10 jan. 2025.

de uma cadeia logística que está presente nos EUA, México e Canadá, caso essa logística seja impedida de acontecer por conta das políticas tarifárias de Donald Trump, pode ocorrer grandes prejuízos para o mercado automobilístico. Analistas têm receio que as tarifas de Trump em um sistema internacional com grande dependência no comércio poderia causar um período de recessão econômica.

O presidente Xi Jinping discursou reconhecendo que a China estava passando por um momento delicado, especialmente considerando "os desafios das incertezas no ambiente externo". As exportações de produtos acessíveis das suas fábricas são fundamentais para a economia chinesa. Uma diminuição na demanda, causada pelo aumento das tarifas, pioraria os diversos desafios internos, como o baixo consumo dos consumidores e o investimento das empresas, que o governo chinês está se esforçando para enfrentar. Contudo, acredita-se que ninguém está preparado para conseguir substituir a potência nas exportações que a China tornou-se nos últimos anos.

Os membros da União Europeia, especialmente considerando a Alemanha e França que representam as principais economias da Europa, estão preocupados com as medidas de Trump em sua nova gestão. Um dos motivos que atormentam estes atores é seu fraco desempenho em meio à instabilidade política no último ano. Portanto, significa que, apesar de uma recente retomada do crescimento, a zona euro corre o risco de perder impulso no próximo ano.

Em relação às práticas econômicas de Donald Trump, o Brasil avalia que poderia ser afetado duplamente. Primeiramente, por conta que os EUA é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, sobretudo considerando o grande número de exportações. As exportações alcançaram US\$36,9 bilhões em 2023, ou 10,9% do total exportado, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).¹⁷¹ Considerando isso, se as vendas para os Estados Unidos caírem, os brasileiros receberiam menos dólares, aumentando mais ainda a moeda em relação ao real. Por conseguinte, o mesmo pode ocorrer em relação a China, que é o principal parceiro comercial do Brasil. No ano de 2023, os chineses compraram US\$104,3 bilhões do Brasil, ou seja, 30,7% das exportações brasileiras.

¹⁷¹ AMANTÉA, R. Trump versus Kamala: como eleição afeta economia do Brasil. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/trump-versus-kamala-como-cada-candidato-pode-afetar-a-economia-do-brasil/>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Conjuntura e Cenários Futuros

Para a realização de uma análise de conjuntura, um dos passos mais importantes é traçar cenários futuros com base na interpretação dos dados e acontecimentos apresentados previamente. No caso das eleições americanas, é essencial compreender que vivemos em um sistema internacional interdependente, no qual decisões políticas e econômicas tomadas por uma grande potência, mesmo que distantes, podem impactar o Brasil de forma indireta. Este impacto é particularmente evidente em questões conjunturais e estratégicas. Diante disso, são delineados três cenários diferentes sobre os potenciais efeitos do resultado das eleições americanas para o Brasil.

Cenário positivo: As decisões políticas e econômicas adotadas por Donald Trump resultam na perda da posição dos Estados Unidos como a "maior democracia do mundo". Nesse contexto, o Brasil poderia alcançar maior protagonismo no cenário internacional, especialmente devido à relevância de suas relações comerciais com organizações como os BRICS e o Mercosul, que se tornariam ainda mais importantes. Além disso, se Trump cumprir as promessas relacionadas ao Fundo Amazônia, iniciadas durante o governo Biden, o Brasil teria benefícios significativos, especialmente considerando a realização da COP-30 neste ano. O cumprimento desses compromissos fortaleceria a posição do Brasil na agenda climática global e impulsionaria iniciativas de preservação ambiental na Amazônia.

Cenário negativo: Os Estados Unidos abandonam seus compromissos com políticas climáticas globais, prejudicando a possibilidade de resolver acordos estratégicos com a União Europeia e alimentando o discurso de negacionismo climático, inclusive em relação à Amazônia. Essa postura resultaria na interrupção do financiamento de projetos importantes para a preservação da região. Além disso, uma potencial queda nas exportações brasileiras para os EUA resultaria na entrada de menos dólares na economia nacional, agravando os desafios econômicos internos. A situação se tornaria ainda mais complexa se a China, principal parceiro comercial do Brasil, também enfrentasse dificuldades econômicas decorrentes das políticas protecionistas de Trump.

Worst Case: As políticas tarifárias isolacionistas de Donald Trump impactam severamente as economias de diversos países, incluindo China, Brasil e União Europeia, desencadeando uma recessão econômica global em cadeia. Nesse cenário, o sistema internacional enfrentaria uma grave crise econômica devido à incapacidade de adaptação

às políticas monetárias e protecionistas do governo Trump. Além disso, as tentativas de expansionismo territorial por parte dos EUA poderiam gerar tensões e conflitos militares e geopolíticos de grandes proporções. Considerando a potência militar e econômica dos Estados Unidos, essas disputas teriam consequências negativas profundas para a estabilidade global, impactando economicamente e politicamente os demais países, incluindo o Brasil.

África no Tabuleiro Geopolítico

Ygor de Souza Feitosa

Relações Estados Unidos-África: História e Contexto Atual

As relações entre os Estados Unidos e o continente africano oscilaram significativamente ao longo da história, refletindo as transformações políticas e econômicas globais. O ponto de partida dessas relações pode ser situado na lógica da Guerra Fria, especialmente na década de 1950, quando se iniciaram os processos de descolonização na África. A disputa por hegemonia entre os Estados Unidos e a União Soviética marcou profundamente o continente, com os EUA financiando grupos rivais aos movimentos comunistas, enquanto a União Soviética apoiava essas forças opositoras.¹⁷²¹⁷³

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria, a África perdeu parte de sua relevância estratégica para a política externa americana. Contudo, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 provocaram um redimensionamento da política externa e de segurança dos EUA, reorientando sua atenção para o continente. Além disso, a crescente presença chinesa na África e o movimento conhecido como Renascimento Africano contribuíram para a reconfiguração dessas relações.¹⁷⁴

No início dos anos 2000, durante o governo de George W. Bush (2001-2009), a "Guerra ao Terror" consolidou novas prioridades na política externa americana, com foco no Oriente Médio e na Ásia Central.¹⁷⁵ Embora a África não fosse uma prioridade inicial, sua integração na lógica global da luta contra o terrorismo tornou-se inevitável. O continente também vivenciou um momento de renovação em suas relações internacionais, marcado pelo fortalecimento das suas agendas comuns.¹⁷⁶ A criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) em 2001 e a transição da Organização da

¹⁷² Adam, Gabriel Pessin, and Nathaly Xavier Schutz. "Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018).

¹⁷³ DE OLIVEIRA, Ricardo Soares. "A AFRICA DESDE O FIM DA GUERRA FRIA." *Relações Internacionais* 24 (2009).

¹⁷⁴ Rodrigues, Alexandre Reis. "O 11 de Setembro e a política externa americana." *Relações Internacionais* 3 (2004): 05-11. Otavio, Anselmo. "Do Pan-Africanismo ao Renascimento Africano: Economia, Política e Segurança em um Continente em Transformação." *ÁFRICAS: REPRESENTAÇÕES E* (2019): 10.

¹⁷⁵ Rodrigues, Alexandre Reis. "O 11 de Setembro e a política externa americana." *Relações Internacionais* 3 (2004): 05-11

¹⁷⁶ Mateos, Elvira Sánchez. "El nuevo marco geopolítico de Oriente Medio." *Política y sociedad* 55.3 (2018): 673-692.

Unidade Africana (OUA) para a União Africana (UA) em 2002 destacam esse novo momento.¹⁷⁷

De acordo com Vesentini (2010), essa conjuntura possibilitou à África reafirmar sua posição no sistema internacional, com uma busca por paradigmas de desenvolvimento mais inclusivos.¹⁷⁸ Simultaneamente, a entrada de atores globais como China, Brasil, Índia e EUA na região consolidou o que ficou conhecido como Renascimento Africano. Segundo Adam e Schutz (2019), esse termo surgiu inicialmente como uma perspectiva política sul-africana no governo de Nelson Mandela, mas foi posteriormente adotado por todo o continente.

A Cooperação Sul-Sul desempenhou papel essencial nesse contexto, proporcionando um novo dinamismo às economias africanas, que começaram a se recuperar das crises da década de 1980 e das políticas neoliberais dos anos 1990. Contudo, a crescente influência chinesa na África tornou-se um catalisador para que os EUA reavaliassem sua abordagem ao continente.¹⁷⁹

Nos anos 1990, o baixo envolvimento americano com a África foi evidente após o fracasso da missão na Somália em 1995, conhecida como Batalha de Mogadíscio. A morte de 18 soldados americanos e mais de 70 feridos levou os EUA a repensarem sua política externa para o continente. Após esse evento, a atuação americana passou a ser limitada a questões de interesse direto.¹⁸⁰

Os ataques às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, marcaram um ponto de inflexão nas relações EUA-África¹⁸¹. Esses atentados levaram ao lançamento de iniciativas como o African Growth and Opportunity Act (AGOA) em 2000, que oferece isenção de tarifas para produtos de países africanos da África Subsaariana. Abrange produtos não têxteis e têxteis e foi reautorizado mais recentemente até 30 de setembro de 2025.¹⁸² Outro marco foi a Global Peace Operations Initiative

¹⁷⁷Visentini, Paulo G. Fagundes. 2010. *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI.

¹⁷⁸Visentini, Paulo G. Fagundes. 2010. *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI.

¹⁷⁹Adam, Gabriel Pessin and Nathaly Xavier Schutz. "Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018).

¹⁸⁰Adam, Gabriel Pessin, and Nathaly Xavier Schutz. "Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018).

¹⁸¹Ploch, Lauren. 2011. *Africa Command: U.S Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*. Congressional Research Service Report for Congress

¹⁸²U.S. Congress. (2000). *African Growth and Opportunity Act (P.L. 106-200)*. Recuperado de <https://www.cbpp.gov/trade/priority-issues/trade-agreements/special-trade-legislation/african-growth-and-opportunity>

(GPOI), criada em 2005, que busca fortalecer a capacidade internacional de operações de paz em apoio às Nações Unidas.¹⁸³

As mudanças na política externa dos Estados Unidos refletem-se em documentos estratégicos, como a Estratégia Nacional de Segurança (ENS). Na edição de 2002, a ENS identificava os Estados frágeis da África como potenciais abrigos para células terroristas, apontando a necessidade de atenção às implicações de segurança global relacionadas à instabilidade no continente. Já na Estratégia Nacional de Segurança de 2006, a África foi reconhecida como um espaço prioritário, destacando a urgência de abordar os problemas associados à fragilidade dos Estados e à debilidade de suas instituições democráticas.¹⁸⁴

Sob a administração de Barack Obama, a ENS de 2010 trouxe uma mudança significativa ao ampliar o foco das questões de segurança para uma abordagem mais abrangente de desenvolvimento, reconhecendo a necessidade de apoiar as economias africanas e fortalecer a governança democrática. Esse avanço foi consolidado na Estratégia Nacional de Segurança de 2012 para a África Subsaariana, que estabeleceu quatro pilares principais: fortalecimento das instituições democráticas, estímulo ao crescimento econômico, promoção do comércio e investimentos, e fomento da paz e segurança.¹⁸⁵

A ENS de 2015 identificou desafios recorrentes no continente, como corrupção endêmica, ausência de serviços públicos e repressão à liberdade, além de mencionar ações específicas relacionadas ao combate à AIDS, à fome e ao vírus Ebola¹⁸⁶. Já na ENS de 2018, sob a administração de Donald Trump, o foco voltou-se para conflitos violentos envolvendo grupos extremistas, instabilidade política e fragilidade dos Estados africanos.¹⁸⁷

A versão mais recente, a Estratégia Nacional de Segurança de 2022, adota uma abordagem mais equilibrada, evitando reduzir as relações internacionais ao prisma da competição estratégica. A nova estratégia busca promover uma agenda afirmativa focada na paz, segurança e prosperidade em todas as regiões. Na África, o dinamismo, a inovação e o crescimento demográfico são apontados como fatores centrais para a solução de problemas globais complexos. Nesse contexto, o avanço dos interesses nacionais dos

¹⁸³U.S. Department of State. (2009). Global Peace Operations Initiative (GPOI). Recuperado de <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/256733.pdf>

¹⁸⁴2010. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, White House.

¹⁸⁵2012. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, White House.

¹⁸⁶2015. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, White House.

¹⁸⁷2018. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, White House.

Estados Unidos dependerá de um trabalho mais próximo com nações africanas, órgãos regionais, como a União Africana, governos subnacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades da diáspora.¹⁸⁸

Washington planeja continuar investindo em grandes Estados africanos, como Nigéria, Quênia e África do Sul, ao mesmo tempo em que fortalece laços com países de médio e pequeno porte. O objetivo é estabelecer parcerias igualitárias para alcançar prioridades compartilhadas, como saúde, preparação para pandemias e combate às mudanças climáticas. Além disso, os Estados Unidos pretendem pressionar os parceiros a respeito de direitos humanos, combate à corrupção e comportamento autoritário, enquanto aprofundam parcerias com países que avançam em direção a uma governança mais aberta e democrática. Em coordenação com parceiros internacionais e órgãos regionais, esforços conjuntos buscarão combater retrocessos democráticos, impor custos para golpes de Estado e pressionar por progressos nas transições civis, garantindo espaço para as vozes dos líderes e povos africanos.

Portanto, o governo americano enfatiza seus interesses estratégicos no continente africano, incluindo o suprimento de petróleo, segurança marítima, combate ao terrorismo, resolução de conflitos armados e enfrentamento de epidemias, como a AIDS/HIV. Essas ações refletem uma tentativa de conter ameaças ao acesso e à influência dos Estados Unidos na região. Além disso, o crescente envolvimento da China e da Rússia no continente constitui uma questão central na agenda americana para a África, intensificando a competição geopolítica na busca por influência e acesso a recursos estratégicos.

A Presença chinesa na África

A presença chinesa no continente africano é um dos aspectos mais marcantes das Relações Internacionais contemporâneas. A China tem se consolidado como um parceiro de desenvolvimento alternativo para a África por meio de uma diplomacia que combina a não interferência política com incentivos econômicos, enfatizando laços históricos de amizade e benefícios mútuos. Em contraste com as potências ocidentais, que frequentemente marginalizaram a África no sistema internacional, tratando-a como um

¹⁸⁸ 2022. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, White House.

ator periférico, a abordagem chinesa destaca-se por atender às demandas africanas, sobretudo em termos de infraestrutura e desenvolvimento econômico. Historicamente, o papel do continente esteve associado aos efeitos devastadores do (neo)colonialismo e do imperialismo, uma condição que a presença chinesa busca, em certa medida, reconfigurar.¹⁸⁹

A relação entre a China e a África pode ser dividida em três grandes fases históricas. A primeira se inicia com o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egito, em 1956, e se estende até o final da década de 1970. Esse período foi marcado pelo apoio chinês aos movimentos de libertação africanos e pelos princípios de coexistência pacífica anunciados por Zhou Enlai na Conferência de Bandung, em 1955. A segunda fase, ocorrida na década de 1980, reflete o novo curso da política externa chinesa, com foco nas reformas econômicas internas e na integração à economia global, priorizando relações com a Europa e os Estados Unidos. Por fim, a terceira fase teve início no pós-Guerra Fria, intensificando-se a partir de 1993, quando a China se tornou importadora líquida de petróleo. Nesse contexto, o envolvimento chinês com a África adquire características mais pragmáticas, destacando-se a busca por recursos naturais, energia e relações econômicas mutuamente vantajosas.¹⁹⁰

As motivações chinesas para o aprofundamento das relações com a África incluem interesses econômicos, estratégicos e políticos. No âmbito econômico, a necessidade de recursos petrolíferos e minerais, como ferro, cobre e bauxita, é um dos fatores centrais. Além disso, a China busca novos mercados para seus produtos manufaturados, que são amplamente consumidos pelos Estados africanos devido à sua acessibilidade e à dificuldade de escoamento de mercadorias no mercado interno africano.¹⁹¹ Esses produtos atendem a demandas de países que frequentemente enfrentam limitações em infraestrutura e capacidade produtiva, além de menor concorrência e restrições legais em comparação a outras regiões do mundo.¹⁹²

A presença chinesa na África é amplamente visível na infraestrutura desenvolvida em troca de recursos naturais. Exemplos incluem a construção de portos e estradas no

¹⁸⁹Ouriques, Helton Ricardo. "As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica." *Carta Internacional* 9.1 (2014): 19-43

¹⁹⁰Ferreira, Patrícia Magalhães. "Cooperação Sul-Sul: a China em África." (2010).

¹⁹¹Ferreira, Patrícia Magalhães. "Cooperação Sul-Sul: a China em África." (2010).

¹⁹²Visentini, Paulo. "A África e as Potências Emergentes: o sul ea cooperação profana." *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations* 3.5 (2014).

Gabão em troca de acesso a depósitos de minério de ferro; barragens no Sudão; infraestrutura diversificada em Angola, paga com petróleo; investimentos na Guiné-Conacri em troca de acesso à bauxita; e empréstimos para escolas, centros de saúde e estradas na República Democrática do Congo, garantindo privilégios na exploração de minas de cobre e cobalto. Esses investimentos foram cruciais para alimentar a industrialização chinesa, enquanto a África recebia produtos manufaturados, como rádios, telefones e baterias.¹⁹³

Recentemente, a China tem intensificado suas parcerias no continente. Durante a Cúpula do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizada em setembro de 2024, o presidente Xi Jinping anunciou um pacote de investimentos de 360 bilhões de yuans (cerca de 45 bilhões de euros) para os próximos três anos. Esses recursos serão direcionados a setores como indústrias, agricultura, infraestrutura e saúde, reforçando a posição da China como o maior parceiro comercial da África.¹⁹⁴

Portanto, a influência chinesa no continente africano é inegável. O impacto positivo desse envolvimento é evidente, com um aumento significativo das trocas comerciais e dos projetos de investimento. Estima-se que o comércio sino-africano tenha contribuído com 1% a 2% do crescimento econômico da África nos últimos cinco anos. Além disso, a parceria permitiu que muitos países africanos desenvolvessem infraestruturas básicas essenciais para seu progresso. A China, ao combinar interesses econômicos com assistência pragmática, consolidou sua presença no continente e reforçou seu papel como ator global no sistema internacional.¹⁹⁵

Presença Militar Americana na África

A presença militar americana no continente africano torna-se evidente com a criação do Comando Militar dos Estados Unidos para a África (AFRICOM). Anunciado pelo presidente George W. Bush em fevereiro de 2007, o AFRICOM tem como principais objetivos salvaguardar a segurança dos Estados Unidos, proteger seus interesses estratégicos vitais e responder de forma eficaz a crises em todo o continente africano. O

¹⁹³Ferreira, Patrícia Magalhães. "Cooperação Sul-Sul: a China em África." (2010).

¹⁹⁴Euronews. (2024, 5 de setembro). China anuncia investimento de 45 mil milhões de euros em África. Recuperado de <https://pt.euronews.com/2024/09/05/china-anuncia-investimento-de-45-mil-milhoes-de-euros-em-afri>

¹⁹⁵Ferreira, Patrícia Magalhães. "Cooperação Sul-Sul: a China em África." (2010)

Visentini, Paulo. "A África e as Potências Emergentes: o sul ea cooperação profana." AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations 3.5 (2014).

comando opera em colaboração estreita com parceiros africanos, aliados e outras agências governamentais americanas, buscando implementar soluções de segurança que atendam tanto aos interesses dos EUA quanto às demandas regionais.¹⁹⁶ A criação do AFRICOM representa uma demonstração significativa da importância estratégica do continente africano para a defesa e segurança dos Estados Unidos.

O AFRICOM foi descrito por membros do Departamento de Defesa dos Estados Unidos como um “comando plus.” De acordo com Adam e Schütz (2019), o comando se diferencia dos demais por ir além das questões exclusivamente militares, ampliando sua atuação para outras esferas estratégicas e políticas. O Comando dos EUA para a África foi concebido para conduzir compromissos de segurança sustentados, com o objetivo de promover um ambiente político estável e seguro no continente africano, alinhado aos interesses da política externa estadunidense.¹⁹⁷

Sendo assim, o AFRICOM é concebido como uma força de escopo mais amplo, voltada para a construção de um ambiente seguro e estável no continente africano. O comando fundamenta suas ações em dois princípios essenciais: a compreensão de que nenhum problema pode ser resolvido exclusivamente pelo uso da força militar e a necessidade de manter pressões constantes sobre as redes terroristas, assegurando a neutralização de ameaças à segurança regional e aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.¹⁹⁸

Por outro lado, a criação do AFRICOM gerou receios entre os Estados africanos, especialmente os membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com destaque para a África do Sul. Esses países interpretaram a iniciativa dos Estados Unidos como uma tentativa de conter a crescente presença chinesa no continente, garantindo o acesso ao petróleo africano e utilizando a “guerra ao terror” como pretexto para avançar seus reais interesses estratégicos na região. O Parlamento Pan-Africano também se posicionou contrariamente à instalação do AFRICOM, argumentando que a iniciativa representava uma estratégia voltada exclusivamente para a defesa dos interesses americanos na África, em detrimento das necessidades e prioridades locais.¹⁹⁹

¹⁹⁶UNITED STATES AFRICA COMMAND. History of U.S. Africa Command. Disponível em: <https://www.africom.mil/history-of-us-africa-command>. Acesso em: 15 jan. 2025.

¹⁹⁷UNITED STATES AFRICA COMMAND. History of U.S. Africa Command. Disponível em: <https://www.africom.mil/history-of-us-africa-command>. Acesso em: 15 jan. 2025.

¹⁹⁸UNITED STATES AFRICA COMMAND. Annual report 2023. 2023. Disponível em: <https://www.africom.mil>. Acesso em: 15 jan. 2025.

¹⁹⁹Adam, Gabriel Pessin, and Nathaly Xavier Schutz. "Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018)." *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 6.2 (2019).

Uma vez instalado, as ações do AFRICOM no continente tornaram-se perceptíveis por meio de diversas iniciativas no âmbito de defesa e segurança. As cooperações já estabelecidas anteriormente no continente, especialmente a partir de 2005, passaram a ser coordenadas pelo Comando. Dentre essas iniciativas, destaca-se o programa de contraterrorismo "Iniciativa Pan-Sahel", lançado em 2002 e ampliado em 2005 para o "Programa de Contraterrorismo do Pan-Saara". Outra ação relevante é o "Posto de Parceria Africano", uma iniciativa de treinamento da Marinha dos Estados Unidos criada em 2004, voltada para o fortalecimento das capacidades marítimas de países africanos. Além disso, as iniciativas de cooperação bilateral, com destaque para o Marrocos, reforçam o papel estratégico do AFRICOM no continente, ampliando sua atuação em segurança e defesa.²⁰⁰

Uma ação que merece destaque é a Força-Tarefa Conjunta do Chifre da África, estabelecida em outubro de 2002, com o objetivo de capturar e identificar grupos terroristas. Essa iniciativa desempenhou um papel estratégico na região, não apenas no âmbito militar, mas também na promoção de estabilidade. A força contribuiu significativamente para a Operação de Manutenção da Paz da União Africana na Somália, oferecendo treinamento militar às tropas envolvidas e fortalecendo sua capacidade operacional. Além disso, colaborou com organizações não governamentais, promovendo ações humanitárias, como o fornecimento de medicamentos e assistência às populações locais

Para além da operação no Chifre da África, há diversas forças subordinadas ao controle do Africom, destacando-se sua abrangência e estrutura estratégica. Entre essas forças estão: o Exército dos EUA para África (USARAF), com base na Itália; as Forças Marinhas dos EUA para Europa e África (MARFOREUR/AF), localizadas na Alemanha; e a Força-Tarefa Marítima-Aéreo-Terrestre para Propósitos Especiais e Resposta a Crises na África (SPMAGTF-CR-AF8), operando a partir da Espanha. Além disso, estão as Forças Navais dos EUA para Europa e África (NAVAF9), as Forças Aéreas dos EUA para a África (AFAFRICA10), o Comando de Operações Especiais para a África (SOCAFRICA11) e a Força de Resposta do Leste Africano (EARF12) (Usafricom, 2018).

Atualmente, os Estados Unidos mantêm uma presença militar significativa na África, com pelo menos 34 bases militares distribuídas pelo continente. Essa presença é

²⁰⁰Pham, Peter J. 2014. "The Development of the United States Africa Command and its Role in America's Africa Policy under George W. Bush and Barack Obama". *Journal of the Middle East and Africa* 5, no. 3. <https://doi.org/10.1080/2152084.4.2014.980192>.

concentrada, sobretudo, no Norte, no Oeste e no Chifre da África, regiões estratégicas para os interesses geopolíticos e de segurança dos EUA.²⁰¹

Ainda de acordo com o Usafricom, os Estados Unidos conduzem diversas outras operações no continente africano, reforçando sua presença estratégica e seu papel como ator relevante em questões de segurança e resposta a crises. Uma parte fundamental da missão do Comando dos EUA para a África é responder a emergências e promover estabilidade regional. Na primeira década de sua existência, o comando esteve envolvido em uma série de operações de contingência no continente. Essas iniciativas incluíram proteção de civis, combate a ameaças terroristas na Líbia, apoio às operações da União Africana na Somália, África Central e na Bacia do Lago Chade, além de responder ao maior surto de Ebola registrado na história. Entre as tarefas permanentes, destaca-se a proteção de embaixadas dos EUA e a segurança de cidadãos americanos na região.

Uma operação de destaque foi a Operação Odisseia, na qual, em 2011, as forças militares dos Estados Unidos realizaram ações para cumprir a Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A resolução autorizava o uso de todos os meios necessários para proteger civis na Líbia que estavam sob ameaça de ataque pelas forças do regime de Muammar Kadafi. A operação foi liderada pela Força-Tarefa Conjunta Odyssey Dawn, sob o comando do Almirante Samuel J. Locklear III. Essa força-tarefa foi criada pelo Comando dos EUA para a África para fornecer controle operacional e tático da participação americana no esforço internacional, ressaltando o papel do Africom como facilitador de ações multilaterais de segurança e proteção no continente.²⁰²

Em suma, o Comando Militar dos EUA para a África (Africom) configura-se como um instrumento estratégico da política externa americana, direcionado à defesa e segurança, com o objetivo central de resguardar os interesses dos Estados Unidos no continente africano. Por meio do Africom, diferentes ações e operações são realizadas em diversos Estados africanos, consolidando seu papel como um dos principais mecanismos de cooperação em defesa e segurança entre os EUA e os países do continente.

²⁰¹INTERCEPT. Presença norte-americana na África. Intercept, 25 dez. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/12/25/presenca-norte-americana-na-africa/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

²⁰²UNITED STATES AFRICA COMMAND. United States Africa Command: The First Ten Years. Stuttgart: Headquarters United States Africa Command, 2018. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/GOVPUB-D-PURL-gpo213506/pdf/GOVPUB-D-PURL-gpo213506.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

A crescente presença chinesa na África, assim como o avanço dos BRICS de forma geral, tem se tornado uma preocupação estratégica para os Estados Unidos, devido ao ganho político e econômico que esses atores não ocidentais vêm conquistando em suas relações com o continente. Essa expansão de influência representa um desafio direto à hegemonia americana na região, alimentando a necessidade de ações mais assertivas do Africom.

Com a vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA pela segunda vez, líderes africanos enviaram suas felicitações, mas também surgiram questionamentos sobre o impacto de sua administração para o continente. Críticos apontam que, durante seu primeiro mandato, Trump demonstrou uma postura negligente em relação à África, cortando parte do financiamento americano para o continente, restringindo políticas de imigração e se referindo a países africanos de forma depreciativa, como "países de merda." Esses antecedentes geram incertezas sobre como o "Trump 2.0" poderá influenciar as relações EUA-África e o futuro do Africom na região.²⁰³

Em relação ao comércio e investimento, a gestão Biden enfrentou desafios para traduzir o entusiasmo por parcerias em acordos substanciais, conforme aponta Moore, Yude Moore, membro do Centro para o Desenvolvimento Global e ex-ministro da Libéria. No entanto, isso não significa que a estratégia americana para a África durante a administração Biden tenha sido infrutífera.

Um exemplo disso é o anúncio, em 2023, de que os Estados Unidos haviam investido mais de 22 bilhões de dólares no continente desde o início do mandato de Biden. Esse montante reflete o compromisso de promover iniciativas de desenvolvimento, comércio e infraestrutura em países africanos, apesar das dificuldades em firmar parcerias de maior impacto estratégico.²⁰⁴

Há preocupações de que o governo Trump reverta ações estratégicas realizadas em administrações anteriores devido ao seu caráter protecionista e ao seu slogan de "América Primeiro". Um dos pontos de maior apreensão é a possível descontinuidade da Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA), implementada em 2000, que permite aos países africanos elegíveis exportar determinados produtos para os Estados

²⁰³BBC NEWS BRASIL. África é o novo campo de disputa entre Rússia e China por influência comercial e política. BBC News Brasil, [s.l.], 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c4gz29yn00no>. Acesso em: 15 jan. 2025

²⁰⁴DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. U.S.-Africa Leaders Summit. U.S. Department of State, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-africa-leaders-summit/>. Acesso em: 15 jan. 2025

Unidos sem o pagamento de tarifas. Essa política tem sido um pilar das relações comerciais entre os EUA e o continente africano.

Durante sua administração anterior, Trump indicou que não renovaria o esquema após seu vencimento em 2025. No entanto, existem relutâncias em relação à interrupção total dessas parcerias, especialmente porque o próprio Trump reconheceu que, para conter a crescente influência econômica da China na África, os Estados Unidos precisam manter algum nível de cooperação econômica com os países africanos. Isso coloca a continuidade da AGOA no centro das discussões sobre como os EUA podem equilibrar sua política externa protecionista com a necessidade de preservar sua relevância estratégica no continente africano.²⁰⁵

Já sobre o aspecto da segurança, a presença crescente da Rússia no continente africano tem sido motivo de preocupação para os Estados Unidos. Uma das principais estratégias do Estado russo para aumentar sua influência é fornecer tropas e armas a países severamente afetados por militantes jihadistas, como Mali, Níger e Burkina Faso. Essas ações não apenas fortalecem a presença russa na região, mas também criam um contraponto à influência ocidental no continente.

A posição assertiva da Rússia no continente alarmou os EUA, uma vez que os dois países são rivais históricos em questões geopolíticas. Embora a arquitetura de segurança nacional dos Estados Unidos veja a Rússia como uma ameaça estratégica, o comportamento de Donald Trump durante seu primeiro mandato não refletiu essa percepção. Trump frequentemente adotou uma postura que sugeria menor preocupação com a Rússia, distanciando-se da visão tradicional de segurança nacional americana que considera Moscou como um adversário prioritário. Essa abordagem gera incertezas sobre

²⁰⁵BBC NEWS BRASIL. África é o novo campo de disputa entre Rússia e China por influência comercial e política. BBC News Brasil, 15 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.bbc.com/news/articles/c4gz29yn00no>. Acesso em: 15 jan. 2025

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. U.S.-Africa Leaders Summit. U.S. Department of State, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-africa-leaders-summit/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SOUTH CHINA MORNING POST. Trump win makes balancing act between China and US even trickier for developing countries. South China Morning Post, [s.l.], 15 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.scmp.com/news/world/article/1234567/trump-win-makes-balancing-act-between-china-and-us-even-trickier-developing-countries>. Acesso em: 15 jan. 2025.

E MONDE. Le retour de Donald Trump donne des sueurs froides aux exportateurs africains. Le Monde, [s.l.], 14 nov. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2024/11/14/le-retour-de-donald-trump-donne-des-sueurs-froides-aux-exportateurs-africains_6393160_3212.html. Acesso em: 15 jan. 2025.

como sua administração lidaria com a crescente influência russa na África em um eventual segundo mandato.²⁰⁶

A presença chinesa no continente africano é um fator crucial para a relação EUA-África. Em 2024, o presidente Joe Biden visitou Angola para promover um projeto ferroviário, demonstrando o compromisso dos Estados Unidos com o continente e buscando conter a crescente influência chinesa. Durante sua administração, Biden enfatizou a necessidade de um engajamento mais significativo com os países africanos, em resposta ao avanço estratégico da China.

Entre 2017 e 2020, a política externa dos EUA sob a liderança de Donald Trump teve como foco limitar a presença de China e Rússia na África. A administração Trump percebeu o continente como um campo de batalha estratégico, onde era necessário reafirmar a influência americana frente à expansão chinesa. Nesse contexto, o governo buscou estreitar relações comerciais com países africanos e promover uma agenda que se opunha ao que Trump descreveu como "subserviência" à China. Essa postura visava fortalecer parcerias bilaterais e contrabalançar o crescimento das potências emergentes no continente.

O crescimento do BRICS e sua influência no continente africano são avassaladores, pois o bloco oferece uma alternativa à ordem liberal tradicional liderada pelos Estados Unidos. Por meio de investimentos em infraestrutura, comércio e parcerias estratégicas, os BRICS têm consolidado uma presença robusta na África, desafiando diretamente o domínio ocidental e abrindo espaço para um novo equilíbrio no sistema internacional. Essa dinâmica representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para os Estados Unidos, que precisam reposicionar sua estratégia para competir com atores não ocidentais no continente.²⁰⁷

²⁰⁶THE WASHINGTON POST. BRICS summit: Russia and China strengthen ties amid global tensions. The Washington Post, Washington, 23 out. 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2024/10/23/brics-summit-russia-china/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

²⁰⁷THE WASHINGTON POST. BRICS summit: Russia and China strengthen ties amid global tensions. The Washington Post, Washington, 23 out. 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2024/10/23/brics-summit-russia-china/>. Acesso em: 15 jan. 2025. THE WASHINGTON POST. Trump, Harris e a eleição: democracia versus autocracia. The Washington Post, Washington, 30 out. 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2024/10/30/trump-harris-election-democracy-autocracy/>. Acesso em: 15 jan. 2025. RT. África demonstra crescente interesse no BRICS. RT, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.rt.com/africa/607564-africa-show-growing-interest-brics/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Conjuntura e Cenários Futuros

A análise de cenários futuros é essencial para compreender os possíveis desdobramentos das relações internacionais e suas implicações para o Brasil, especialmente diante de eventos como a reeleição de Donald Trump e as dinâmicas de influência no continente africano. O Brasil, como um ator relevante no sistema internacional e membro do BRICS, encontra-se em uma posição estratégica que pode ser impactada tanto por oportunidades quanto por desafios geopolíticos. Nesse contexto, é crucial avaliar como diferentes cenários – positivos, negativos e o pior caso – podem moldar as relações econômicas, políticas e estratégicas do Brasil, considerando sua interação com o BRICS, os Estados Unidos e a África, um continente de importância crescente para as disputas de poder global.

Cenário Positivo: o cenário positivo para o Brasil é a dominação do BRICS no continente africano pelos seguintes motivos. Primeiramente, o fortalecimento da cooperação Sul-Sul visa aproximar países em desenvolvimento e promover parcerias estratégicas, especialmente em áreas negligenciadas pelas potências globais. Isso é particularmente atraente para regiões da periferia e semiperiferia, que frequentemente enfrentam marginalização em discussões globais. O bloco oferece uma plataforma para que esses países amplifiquem suas vozes e promovam seus interesses em áreas como governança global, reformas econômicas e desenvolvimento sustentável. Em segundo lugar, a ampliação das relações comerciais entre os países do BRICS pode beneficiar o Brasil ao proporcionar acesso a mercados em crescimento, especialmente no setor agrícola e de infraestrutura. Além disso, a diversificação das Relações Internacionais do Brasil ajuda a reduzir sua dependência de mercados tradicionais como os EUA e a Europa, garantindo maior autonomia estratégica. Por fim, o fortalecimento do BRICS representa uma oportunidade significativa para o Brasil em termos de aumento do comércio bilateral, ampliação de cooperação em infraestrutura, incentivo à inovação tecnológica e maior peso nas decisões globais.

Cenário Negativo: a reeleição do presidente Trump pode intensificar a disputa geopolítica e econômica pelo continente africano entre os EUA e os BRICS. O Brasil, que busca expandir suas relações econômicas e diplomáticas, pode sofrer restrições, já que os EUA buscam conter a expansão dos BRICS. O possível investimento americano na África pode prejudicar as relações comerciais entre o Brasil e o continente africano. Por exemplo, entre 2005 e 2015, aproximadamente 500 empresas brasileiras iniciaram

operações em países africanos, especialmente em setores como agricultura, construção civil e energia. O comércio bilateral é diversificado, abrangendo produtos como alimentos, máquinas e combustíveis. No entanto, em 2017, a África representava apenas cerca de 4,3% das exportações brasileiras, enquanto 3,6% das importações do Brasil vieram do continente, demonstrando uma relação comercial ainda limitada.²⁰⁸ A competição com produtos de origem americana, somada a incentivos comerciais oferecidos pelos EUA, pode se intensificar, dificultando o acesso brasileiro ao mercado africano.

Worst Case: A disputa entre os Estados Unidos, China e Rússia no continente africano tem impactos diretos no Brasil. As influências chinesa e russa na África fortalecem o poder político e econômico do BRICS, do qual o Brasil é um membro fundador e estratégico. A dominação americana total da África é o pior cenário para o Brasil, visto que comprometeria sua capacidade de adotar políticas externas mais independentes e pragmáticas em relação a Washington. Essa dependência ampliada dos EUA e de suas políticas econômicas limitaria as margens de manobra do Brasil no cenário global. Além disso, a promessa de Trump de impor tarifas de 60%²⁰⁹ para a China impacta diretamente as relações econômicas do Brasil, dado que o Estado chinês é o principal parceiro comercial brasileiro e um dos principais consumidores de commodities como soja e minério de ferro. O continente africano é essencial como área de influência, cooperação e desenvolvimento estratégico para o BRICS, que atua como um vetor de transformação e contestação da ordem internacional predominante. A importância da África para o BRICS é multifacetada, refletindo tanto a necessidade de incluir a representação africana em fóruns globais quanto as oportunidades econômicas e políticas que essa relação pode proporcionar.

²⁰⁸Jorge, N. (Org.). (2018). História da África e relações com o Brasil. Brasília: FUNAG. Recuperado de https://funag.gov.br/loja/download/Historia_da_Africa.pdf

²⁰⁹CNN Brasil. Mercados globais já precificam riscos de tarifas prometidas por Trump. CNN Brasil, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mercados-globais-ja-precificam-riscos-de-tarifas-prometidas-por-trump/>.



RETORNO DE TRUMP



Observatório da Política
Externa Brasileira

